



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

LEVY FELIX RIBEIRO

**TERRITÓRIO E MEMÓRIA:
UMA ETNOGRAFIA NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO
MUQUÉM EM UNIÃO DOS PALMARES – ALAGOAS**

Maceió - AL

2018

LEVY FELIX RIBEIRO

**TERRITÓRIO E MEMÓRIA:
UMA ETNOGRAFIA NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO
MUQUÉM EM UNIÃO DOS PALMARES – ALAGOAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Rechenberg.

Co-orientador: Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim

Maceió - AL

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

R484t Ribeiro, Levy Felix.

Território e memória: uma etnografia na comunidade remanescente quilombola de Muquém em União dos Palmares – Alagoas / Levy Felix Ribeiro. Maceió, 2018. 126 f. : il. color.

Orientadora: Fernanda Rechenberg.

Coorientador: Siloé Soares de Amorim.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Maceió, 2018.

Bibliografia: f.113-120.

Anexos: f. 121-126.

1. Antropologia social. 2. Comunidade quilombola. 3. Muquém (União dos Palmares, AL) – Memória. 4. Enchentes – Alagoas. 5. Etnografia. I. Título.

CDU: 39:316.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

LEVY FELIX RIBEIRO

TERRITÓRIO E MEMÓRIA:

**UMA ETNOGRAFIA NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO
MUQUÉM EM UNIÃO DOS PALMARES – ALAGOAS**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e aprovada em 20 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª Dr.ª Fernanda Rechenberg (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Ufal



Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim (Co-orientador)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Ufal



Prof.ª Dr.ª Sílvia Aguiar Carneiro Martins (Examinadora Titular Interna)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Ufal



Prof. Dr. Pedro Simonard (Examinador Titular Externo)
Professor PPG Pleno II/ UNIT - AL

Para todos os moradores da Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém, que a partir de suas histórias me permitiram vivenciar e construir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

E não foi fácil. A trajetória deste caminho, muitas vezes em um clima de descontração e outros até tenso. Mas, quero deixar aqui minha eterna gratidão a todos aqueles que foram de extrema importância para a possível realização desse sonho, pois um muito obrigado ainda é pouco para expressar tudo o que sinto.

Agradecimentos especiais aos professores Dra. Fernanda Rechenberg e Dr. Siloé Amorim por todas as contribuições feitas ao longo desta formação e, mais ainda, pela sensibilidade e paciência ao me acompanharem como orientadores na etapa final desta pesquisa. Agradecimentos estes que estendo também à professora Dra. Claudia Mura, que me conduziu no início da pesquisa trazendo importantes colaborações que ajudaram a concretizar este estudo.

Quero agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), pelo apoio que me possibilitou desenvolver esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), os quais tive a oportunidade dos ensinamentos e aos funcionários da secretaria pela atenção.

A minha mãe Sônia Maria Ribeiro Felix e meu pai José Félix (*in memoriam*) aos meus irmãos, a todos da minha família, às minhas irmãs que o destino achou de traçar e colocar essas mulheres maravilhosas em minha vida, Sheila, Danúbia e Adriana, que mesmo estando em outro estado sempre estavam comigo com palavras de conforto e carinho

Em especial, aos amigos que entre os primeiros dias de aula aceitaram minha amizade e me permitiram compartilhar momentos de suas vidas, e àqueles que dividiram durante o período da pesquisa o apartamento alugado como: Moisés Oliveira e Sergiana Santos, que com o tempo só permitiram uma maior proximidade.

A Waldson Costa pela atenção, consideração e pelas diversas vezes que passamos horas e horas ao telefone, sempre nos apoiando um ao outro. Aos amigos que fiz no programa de Antropologia Social e aos colegas de salas que compartilhei disciplinas eletivas.

Aos membros do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) pela disponibilidade no fornecimento de dados.

Finalmente, gostaria de agradecer à Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém, que me recebeu de braços abertos, dando-me todo suporte. A todos os interlocutores, aos membros da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Povoado

Muquém, e à Associação Ádapo Muquém Remanescente Quilombola, aliás todos os moradores da comunidade, pois sem eles não seria possível a evolução deste trabalho.

Não menos importante, quero agradecer a todos que não consegui mencionar: “muito obrigado” não chega a ser suficiente para demonstrar o quanto importante foram para desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as narrativas de uma parcela de atores sociais da Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém em União dos Palmares – AL, sobre a construção do território, identidade e as memórias que os moradores constroem a respeito da região, com base na experiência de acontecimentos históricos e conflitos que marcaram a coletividade. Esta comunidade quilombola é uma das 68 em Alagoas a ser certificada pela Fundação Cultural Palmares e reconhecida como remanescente de quilombos. A comunidade do Muquém passou por diversos acontecimentos, logo após sua certificação em 2005, e a enchente de junho de 2010 é um dos acontecimentos que permitiram e modificaram a organização social, cultural e política na vida dos moradores. Desse modo, surge a necessidade de repensar os sentidos e significados de identidade, território e memória existentes durante anos e cada vez mais presentes na luta dos espaços pela terra e no sentido de pertença quilombola. Das observações em campo e das conversas realizadas com vários interlocutores até o atual momento, pude perceber a enorme riqueza das memórias que ajuda a compreender as bases sobre as quais se sustenta a reivindicação do grupo como quilombola, isto é, reconhecem-se como pertencentes a uma coletividade etnicamente diferenciada. Portanto, buscou-se aprofundar o conhecimento das histórias dessa comunidade na construção da fronteira étnica, no reconhecimento político enquanto comunidade quilombola, na organização do antigo e novo Muquém pós-enchente, na atuação dos agentes externos e internos na formação das associações e construções identitárias da comunidade.

Palavras-chave: território; memória; quilombola; Muquém; enchente.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif de comprendre les narratives d'une parcelle d'acteurs sociaux de la Communauté Rémanescente Marron du Muquém, à União dos Palmares – AL, concernant la construction du territoire, l'identité et les mémoires que les habitants construisent par rapport à la région, fondées sur l'expérience des événements historiques et des conflits qui ont marqué la collectivité. Cette communauté marron est l'une des 68 présentes en Alagoas certifiée par la Fondation Culturelle Palmares et reconnue en tant que rémanescente de marronnages. La communauté du Muquém a connu divers événements, depuis qu'elle a obtenu sa certification en 2005. Les crues de juin 2010 en font partie et ont suscité des modifications dans l'organisation sociale, culturelle et politique dans la vie de ses habitants. S'impose alors la nécessité de repenser les sens et les significations de l'identité, du territoire et de la mémoire qui perdurent depuis si longtemps et qui sont de plus en plus présents dans la lutte pour les terres et pour le sens de l'appartenance au marronnage. Des observations sur le terrain et des conversations réalisées avec plusieurs interlocuteurs jusqu'au moment présent, se dégagent une énorme richesse des mémoires qui contribuent à la compréhension des bases sur lesquelles se fonde la revendication du groupe en tant que marrons, c'est à dire, se reconnaissant comme appartenant à une collectivité ethniquement différenciée. Nous avons donc cherché à approfondir la connaissance des histoires de cette communauté dans la construction de la frontière ethnique, dans la reconnaissance politique en tant que communauté marron, dans l'organisation de l'ancien et nouveau Muquém à la suite des inondations, dans la manière de procéder des agents externes et internes pour ce qui est de la formation des associations et des constructions identitaires de la communauté.

Mots-clés: territoire; mémoire; quilombola; Muquém; Inondation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização das Comunidades Quilombolas em Alagoas (certificadas e algumas em processo.....	15
Figura 2 - Localização da Comunidade Quilombola do Muquém – União dos Palmares / AL.....	17
Figura 3 - 1º Encontro de Comunidades Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiro - Comunidade Quilombola do Muquém	19
Figura 4 – Artesanato da comunidade.....	65
Figura 5 - Comunidade Quilombola do Muquém – União dos Palmares/AL.....	86
Figura 6 - Comunidade Quilombola do Muquém – Área atingida pela enchente.....	89
Figura 7 - Acesso estrada de barro do Muquém.....	90
Figura 8 - Estrada de acesso para o Antigo Muquém (antes da cheia)	91
Figura 9 - Estrada de acesso para o Antigo Muquém (depois da cheia)	91
Figura 10 - Antigo Muquém – Casas atingidas pela cheia de 2010.....	92
Figura 11 - Casa derrubada pela enchente	92
Figura 12 - Área atingida pela cheia – casa próxima a antiga escola.....	93
Figura 13 - Casa atingida pela cheia	93
Figura 14 - Casas atingidas pós a enchente de junho de 2010	94
Figura 15 - Árvore (jaqueira) antes e depois da enchente.....	101
Figura 16 - Ao lado da jaqueira, placa erguida com os nomes dos moradores que buscaram nos galhos, no telhado da escola e no feixe de lenha amparo diante da enchente	102
Figura 17 - Barracas cedidas logo após a enchente para os desabrigados	103
Figura 18 - Barracas cedidas logo após a enchente de 2010 (parte mais alta do Muquém).....	104
Figura 19 - Banheiros construídos para os moradores do Muquém.....	105
Figura 20 - Organização interna das novas casas.....	107
Figura 21 - Conjunto Camila do Muquém	109
Quadro 1 - Andamento do processo para titulação	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
Conepir	Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial
Enconquite	Encontro de Comunidade Quilombola e Povos Tradicionais de Terreiros
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERAL	Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas
MinC	Ministério da Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
MTur	Ministério do Turismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PMQP	Parque Memorial Quilombo dos Palmares
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PSF	Programa Saúde da Família
RICA	Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Demilitação
SAAE	Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secult	Secretaria de Cultura do Estado
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE QUILOMBO E A COMUNIDADE DO MUQUÉM.....	25
1.1 De “agricultores e negros do Muquém” ao grupo étnico quilombola.....	27
1.2 Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) - Constituição Federal de 1988 e a aplicação da lei.....	29
1.3 Identidade cultural quilombola: “lá vem o negro do Muquém”	38
1.4 De sítio à comunidade quilombola: formação de um território	43
1.5 Memória.....	47
2 DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS À PESQUISA NO MUQUÉM	52
2.1 Quilombo dos Palmares.....	53
2.2 De fazenda, a povoado – contexto histórico de União dos Palmares	59
2.2 A Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém	61
2.5 O processo da titulação das terras	77
3“A MINHA HISTÓRIA É ESSA AQUI” – TÃO PERTO DO RIO MUNDAÚ E FOI TUDO MUITO RÁPIDO	84
3.1 Tudo mudou com a enchente – Antigo Muquém ao Novo Muquém.....	87
3.2 Da enchente trago memórias	95
3.3 Um divisor de águas – Enchente de 2010	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	113
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

Durante o período colonial, dos séculos XVII ao XIX, o Brasil foi um dos maiores mercados de negros escravizados. Nesse período, os africanos trazidos como escravos trabalhavam no cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e na mineração, mas só com o processo de abolição da escravatura no nosso país, bem tardio se comparado a outros países, os negros começaram a ocupar outros espaços de trabalho como a agricultura de subsistência e os serviços domésticos¹.

Segundo Carvalho (1982 apud ROCHA, 2013, p. 43), no estado de Alagoas, em União dos Palmares (Zona da Mata do estado, antiga Cerca Real dos Macacos), o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, foi o que resistiu por mais tempo entre outros que surgiram pelo interior brasileiro. Esses quilombos eram formados pelos povos vindos do continente africano, escravizados que não aceitaram a condição que lhe foi imposta pela sociedade nacional, diante das condições e subordinação sofridas.

Essas violações, que hoje são consideradas infrações aos direitos humanos, eram aceitáveis no período colonial, sem nenhum prejuízo moral, além do que essas atitudes eram legalmente protegidas pelo governo. Dessa maneira, a alternativa para essas pessoas era se rebelar por meio da fuga. Estas fugas deram origem aos conhecidos quilombos (ROCHA, 2013, p. 42 - 43).

Assim, a fuga e a busca por uma melhor qualidade de vida foi uma aspiração, mas um ato de resistência. Nesse âmbito, o Quilombo dos Palmares em Alagoas representou e foi um dos maiores movimentos de resistência à escravidão, em que, segundo Souza (2008, p. 2)², “(...) homens, mulheres, negros buscaram o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente, em contraponto à lógica colonial e pós-colonial”.

A partir do que foi mencionado, o presente trabalho tem como tema o território e a memória da Comunidade Quilombola do Muquém, situada na cidade de União dos Palmares – AL.

Este trabalho baseia-se em uma etnografia que permitiu compreender a construção da identidade dos quilombolas do Muquém, as dinâmicas territoriais e a elaboração da memória desses interlocutores, a partir de suas vivências em um contexto perpassado por inúmeros conflitos.

¹ABREU; PEREIRA (2011)

² SOUZA (2008)

A motivação deste trabalho surgiu das idas a campo na Serra da Barriga e na comunidade do Muquém, entre os anos de 2013 e 2015. Meu primeiro contato com este grupo quilombola, cujo povoado fica a aproximadamente 4 km ao pé da serra em União dos Palmares – AL, cidade que é localizada a 72 km da capital Maceió, aconteceu ainda fora do universo acadêmico, em novembro de 2007. Logo após a implantação do Parque Memorial Quilombola dos Palmares – (PMQP) que foi implantado em 2007 pelo Ministério da Cultura – (MinC), através da Fundação Cultural Palmares.

Durante a graduação de bacharel em Turismo no Polo Penedo da Universidade Federal de Alagoas, entre 2007 e 2011, comecei uma pesquisa para desenvolver a monografia, com foco nas políticas públicas, primordialmente no planejamento e desenvolvimento do Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar, conhecido também como Rica, no estado de Alagoas. Assim, passei a visitar a cidade de União dos Palmares, bem como as outras seis cidades que faziam parte do roteiro³, uma vez por mês, durante o ano de 2009 até agosto 2010.

O RICA trazia como proposta fomentar e consolidar novos roteiros turísticos por meio de ações impulsionadas pelo Ministério do Turismo (MTur) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), os quais a partir de 2005 agiram de forma conjunta a partir da Rede de Cooperação Técnica para Roteirização, tentando promover roteiros para os nove estados do Nordeste.

Nesse período, surgiram muitos questionamentos, os quais não poderiam ser compreendidos apenas com os estudos do Turismo. Isto porque as abordagens dessa área de conhecimento não ofereceram subsídios teóricos para explicar as seguintes questões: a comunidade do Muquém estava inserida no processo de gestão e articulação do roteiro turístico em União dos Palmares? Quais eram e se existiam políticas públicas construídas para o turismo para a comunidade? Os moradores do Muquém se viam dentro de um roteiro? Como a atividade econômica ligada ao turismo poderia ou não contribuir para o desenvolvimento da comunidade?

³Com a elaboração e planejamento em 2009, o Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar - RICA foi apresentado em 2010 na 5ª Edição do Salão de Turismo em São Paulo, o roteiro contemplava as cidades de União dos Palmares, Maceió, Maragogi, Rio Largo, Pilar, Marechal Deodoro e Coruripe, além de Alagoas, estados de Pernambuco e Paraíba também contemplaram municípios que fizeram parte deste roteiro.

A minha então orientadora do curso de graduação em Turismo sugeriu-me a leitura do livro *A civilização do açúcar* (2007), organizado pela professora e antropóloga Fátima Quintas⁴, livro que resulta

de uma extensa pesquisa, com foco na contextualização do projeto turístico Roteiro Integrado da Civilização do Açúcar– envolvendo os Estados da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas –, nascida por solicitação do Sebrae, na tentativa de aprimorar “possíveis” conceitos ao longo da sua implementação (QUINTAS, 2007, p. 11).

As questões e inquietações que orientaram aquela pesquisa diferem bastante daquelas que norteiam o presente trabalho. A minha trajetória de início, para a submissão do projeto de pesquisa na seleção do mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), apresentava traços e questionamento que carreguei comigo logo após a graduação e na Antropologia poderia melhorar e buscar na teoria e prática, tudo o que não havia sido possível condensar e muito menos esboçar em minha monografia.

A princípio, o foco da pesquisa proposto era correlacionar a comunidade quilombola que fica aproximadamente a 4 km da Serra da Barriga, próximo ao Rio Mundaú, onde habitam aproximadamente 700 pessoas, com os moradores que ocuparam as terras do platô da serra, nas imediações do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Entretanto, logo após as orientações, a pesquisa centralizou-se no Muquém e seus moradores.

⁴ Maria de Fátima de Andrade Quintas (Recife, 28 de fevereiro de 1944) é antropóloga, contista e cronista. Membro da Academia Pernambucana de Letras, onde ocupa a cadeira 31, desde 3 de abril de 2003. Em janeiro de 2012, assumiu a Presidência da APL. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. É formada em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Pernambuco, e fez pós-graduação em Antropologia Cultural, no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, em Lisboa. Disponível em: <<http://www.funeso.com.br/andre/letras.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

Figura 1 - Localização das Comunidades Quilombolas em Alagoas (certificadas e algumas em processo e aguardo para certificação)



Fonte: Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – (ITERAL)⁵

⁵Disponível em: <<http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/Mapa%20das%20Comunidades%20Quilombolas-2011.JPG>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

Assim, o objetivo desse estudo é compreender as narrativas de uma parcela de atores sociais da Comunidade Quilombola do Muquém sobre a construção do território, as memórias que os moradores constroem a respeito desta região, com base na experiência de acontecimentos históricos que marcaram a coletividade.

Ressalta-se que essa é uma comunidade que ocupa terras ainda não demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra)⁶, assunto que será discutido no terceiro capítulo do trabalho, e que, assim como tantas outras existentes pelo Brasil, carregam lembranças e memórias que se transmite pelas gerações na forma de organização social, de modos de saber e viver, do uso da terra para agricultura, das relações de parentesco estabelecidas entre os moradores, da herança das terras e da referência histórica quilombola. Desse modo, surge a necessidade de repensar os sentidos e significados de identidade e território existentes durante anos e cada vez mais presente na luta dos espaços pela terra e no sentido de pertença quilombola, com referências (re)memoradas no passado histórico dos quilombos e na busca de direitos que lhes foram negados: o território de resistência negra, a construção da identidade, a formação, manutenção e reivindicação da identidade étnica do grupo.

Segundo a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – (Incra – DFQ)⁷, em um quadro geral dos andamentos dos processos das comunidades quilombolas no território brasileiro, no resultado anual de 2005 – 2016, receberam titulação das terras 86 comunidades quilombolas. Existem em Alagoas 68 comunidades⁸ quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, totalizando 6.889 famílias, além de outras que se encontram em análise (ITERAL, 2016)⁹. Em todo Brasil, são 2.465 certificados emitidos para 2.890 comunidades quilombolas.

6 Por força do Decreto Nº 4.887, de 2003, o Incra é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. Os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária. Para cuidar dos processos de titulação, o Incra criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. Com base na Instrução Normativa 57, do Incra, de 20 de outubro de 2009, cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do Incra do seu Estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

7 INCRA (2017) <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

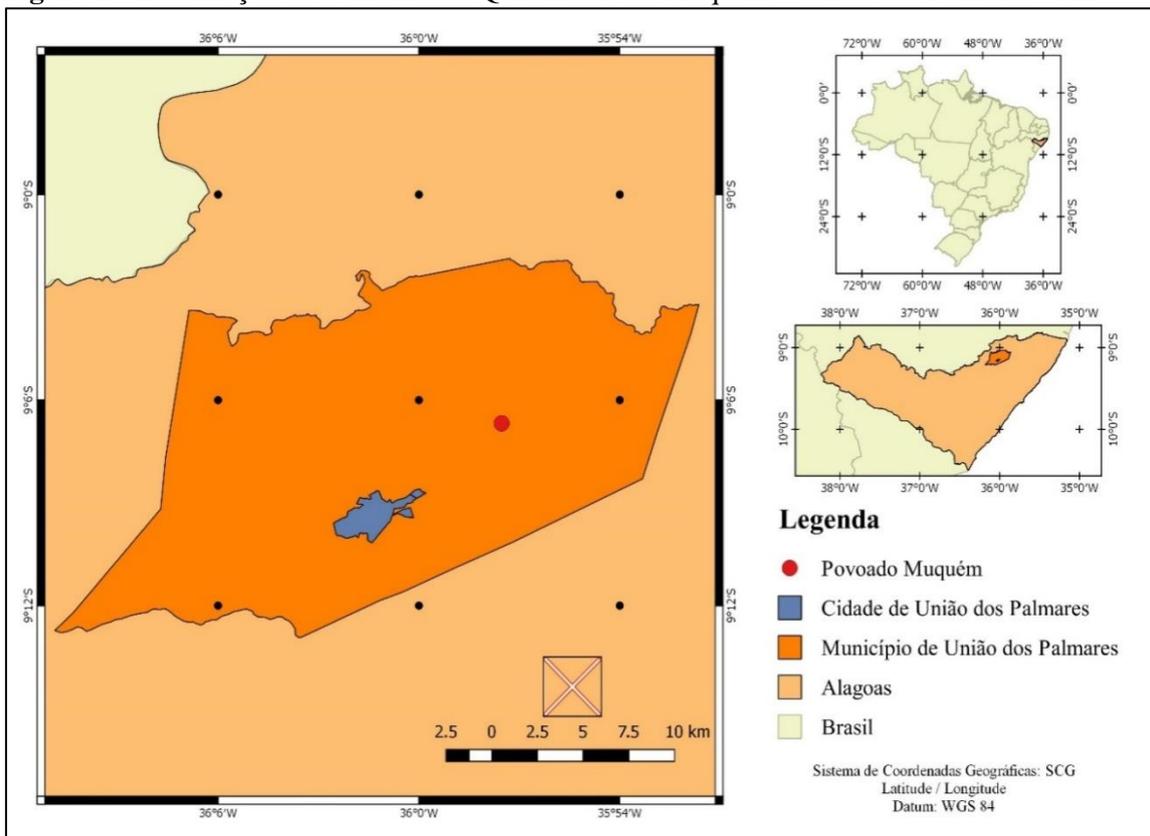
8 O uso do qualitativo remanescente está menos relacionado a uma estratégia argumentativa do que um *habitus* semântico que emerge da própria linguagem e prática dos aparelhos do Estado e que introduz o tema dos quilombos contemporâneos em um certo senso prático (ARRUTI, 2006)

9 ITERAL (2016). Disponível em: <<http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

A comunidade, Tabacaria que fica localizada na cidade de Palmeira dos Índios, foi uma das primeiras comunidades quilombolas de Alagoas a ser reconhecida e receber a demarcação como território quilombola¹⁰.

Relacionado à Comunidade Quilombola do Muquém, podemos observar o mapa de localização que contém uma referência do município de União dos Palmares, e posição aproximada do Muquém:

Figura 2 - Localização da Comunidade Quilombola do Muquém – União dos Palmares / AL



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas (Levy Felix Ribeiro, 2017)

Nesta pesquisa, evitei abordar este povoado como uma ilha, em que o território e a identidade os diferenciaria e possibilitaria um distanciamento, alinhado à crítica de Eric Wolf (1987) acerca de algumas abordagens que especializam e recortam mundos de povos separados em suas respectivas sociedades e culturas, os quais podem ser isolados, para efeito de descrição etnográfica. Tal crítica também está presente no estudo de Fredrik Barth (2000), ao definir uma constituição de limites de unidade étnicas, se diferenciando de uma visão tradicional que considerava raça = cultura = linhagem, por fim define uma sociedade que discrimina as

¹⁰ INCRA (2016). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombolas-de-palmeira-dos-indios-fazem-festa-para-celebrar-imissao-na-posesse>>. Acesso em: 20 jun. 2017

outras. Conceber que as comunidades originárias de quilombos mantivessem propriedades sociais e culturais herdadas, de modo praticamente contínuo, tanto no tempo quanto no espaço, seria desconsiderar as variações passíveis de descrição a partir da situação do contato (O'DWYER, 2002).

Nesse sentido, trago aqui relatos das vezes que visitei a comunidade e também de um evento do qual participei, na condição de ouvinte. Nele me familiarizei com alguns quilombolas do Muquém e foi então que decidi que o meu local de destino era o esse. Nessa época, permaneci na cidade de União dos Palmares por três dias, em 2015. Durante o evento, beneficiei-me do encontro, mantendo contato com os moradores. O local me foi apresentado como um lugar e território quilombola, assim percebi e assumi o interesse pelo grupo, imaginando o quanto seria interessante a proposta de um tema de pesquisa.

Entre 14 a 16 de agosto 2015, no 1º Encontro de Comunidades Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiro de Alagoas, que aconteceu na Comunidade de Remanescente Quilombola do Muquém, encontraram-se representantes do Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial (CONEPIR), Incra, Secretaria de Cultura do Estado (Secult), Fundação Cultural Palmares, Organizações Não Governamentais (ONG's) e povos de religião de matriz africana.

Como é possível observar na fotografia abaixo, estavam presentes moradores da comunidade do Muquém e representantes do Conepir. No grupo, que se diferencia do público geral pelas vestimentas, havia algumas ialorixás (mães de santos). No entanto, como é possível observar, alguns moradores da comunidade também se fizeram presentes com vestidos que marcam identidades de religiões de matrizes africanas.

Figura 3 - 1º Encontro de Comunidades Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiro - Comunidade Quilombola do Muquém



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2015).

Nesse encontro, foram discutidos ações e programas direcionados às comunidades quilombolas e povos tradicionais do Estado de Alagoas. Não obstante, o intuito principal do evento era escutar os moradores do Muquém sobre seus direitos, necessidades e representatividade diante dos órgãos de esfera estadual e federal e questioná-los sobre o processo de demarcação territorial da comunidade.

Os moradores dessa comunidade se autoreconhecem como “remanescente quilombola” e afirmam se sentir muitas vezes esquecidos por estarem afastados do centro de União dos Palmares e pela falta de acesso e apoio das agências: Fundação Cultural Palmares; Prefeitura Municipal de União dos Palmares – Secretaria de Cultura; Governo do Estado de Alagoas; Secretaria de Estado da Cultura; Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e Incra.

Ao participar do evento como ouvinte, embora não pretendesse entender ou definir quem pertence ou não à comunidade, tomei nota dos questionamentos que foram colocados em pauta pelos moradores e por representantes das agências sobre o que ressaltam nos aspectos culturais e sociais impostos à comunidade: o que é ou quem é quilombola? Se aquele que mora em outro povoado casar com algum quilombola, ele passa a ser visto como um quilombola? Os seus filhos se reconhecerão como quilombolas? A pele branca faz ou não com que o membro da comunidade deixe de ser quilombola? Como será a comunidade depois

que os mais velhos se forem? Como será contada e retratada a história do Muquém? E qual a memória que os moradores deixarão para os mais novos, se ela não for contada e/ou escrita?

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura sobre os temas propostos e, em seguida, pesquisa de campo com observação participante na Comunidade Quilombola do Muquém. Durante o período de campo, entre novembro de 2015 e novembro de 2017, pude perceber nas observações e nas conversas realizadas com vários interlocutores, a enorme riqueza das memórias que nos ajudam a compreender as bases sobre as quais se sustenta a reivindicação do grupo como quilombola, isto é, reconhecem-se como pertencentes a uma coletividade etnicamente diferenciada.

O período de campo foi essencial para a coleta de dados, pois me proporcionou pensar e trazer outras reflexões a respeito do grupo estudado para redefinir a pesquisa e me possibilitou uma aproximação e contato nas diversas tarefas diárias de alguns moradores.

Durante a pesquisa de campo produzir registros fotográficos o que foi introduzida no texto como ilustração e, sobretudo no capítulo três, como recurso compreensivo das transformações da paisagem após a enchente de 2010.

Optei por realizar entrevistas, acompanhei grupos em suas atividades cotidianas individuais e coletivas, como ir à roça, situações em almoços familiares, reuniões das associações, aos ensaios de percussão e dança afro das crianças. Acompanhei ainda os artesãos no seu trabalho diário – desde a retirada do barro das margens do rio até o processo final das peças artesanais – nos momentos sociais pelas ruas, nas partidas de futebol, nas festas da comunidade, na convivência entre amigos.

Também entrevistei as lideranças como: Maria da Dores (Dorinha), Albertina, Edson (Edinho), Dona Irinéia, que moram nesse território quilombola, a fim de reconstruir a partir de suas memórias. Procurei dados, documentos e li atas do processo para titulação das terras com o intuito de dar visibilidade à memória dos quilombolas do Muquém e sua história, retomada nessa dissertação com total consentimento dos sujeitos aqui apresentados.

Adotei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que consiste na anuência do participante da pesquisa, seja criança, adolescente ou indivíduo que, de forma temporária ou não, participaram na construção dos dados por meio das entrevistas gravadas, das fotografias feitas em campo e repasse de dados que foram fundamentais para a conclusão dessa dissertação. Assim, todos optaram por participar, após o esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, benefícios e riscos. Isso se justifica no fato de que, na Antropologia, o trabalho de campo se mostra como um espaço inusitado, em que o próprio objeto da pesquisa

é negociado, tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo (OLIVEIRA, 2004).

Quanto à orientação teórica, esta pesquisa utilizará os conceitos de grupo étnico e etnicidade propostos por Barth (1998) na construção e conhecimento da comunidade quilombola do Muquém. Além disso, utilizará os trabalhos *Identidade, etnia e estrutura social* (OLIVEIRA, 1976), *Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais* (OLIVEIRA, 1998), além de autores como Villar (2004), Arruti (1995; 1997), Little (2002), O'Dwyer e Almeida (2002), Turner (2008), Wolf (1987), entre outros, que se debruçaram no desenvolvimento de trabalhos com foco nas identidades e dinâmicas territoriais de diversos grupos sociais e a partir de abordagens teóricas diferentes.

De grande utilidade para o desenvolvimento deste trabalho são também as teorias de autores como Bosi (2003), Halbwachs (2004) e Pollak (1989), cujo enfoque é o tema “memória” como uma abordagem principal enquanto algo importante no pertencimento de um grupo. Isto é, nos sentimentos, nas especificidades da vida de cada interlocutor e nas lembranças contadas por meio da história oral, recordam-se os fatos passados que podem reconstruir o histórico de um determinado grupo.

Os traços relacionados ao histórico, resistência e ancestralidade negra que participam de um contexto ao definir o conceito de quilombo, foram, durante as últimas décadas, alvo de debate sobre sua conceituação e identificação desses qualificados como “remanescentes quilombolas”, para fins de aplicação do preceito constitucional (O'DWYER, 2002).

Alguns autores, em seus estudos, retomam o termo quilombo e como ele foi utilizado. Porém, com a Constituição de 1988, o termo adquire significados atualizados, o que lhe confere direitos territoriais aos remanescentes. Contudo, há uma dificuldade em reconhecer o processo histórico existente antes da Constituição de 1988, que vincula os quilombos às “terras de preto”, como eram também chamadas. O'Dwyer (2002) e Almeida (2008, 2011) e outros autores buscaram e trouxeram um esquema interpretativo sobre o conceito de quilombo, o que estava sendo colocado em pauta.

Almeida (2002) traz em seu texto como era colocada a produção do reconhecimento para o termo de quilombo, desde o conceito do período colonial até o que lhe é conferido pela Constituição de 1988, que era veiculado pelas fontes bibliográficas disponíveis e como ele era utilizado por associações da sociedade civil.

Os relatos históricos compartilhados pelos indivíduos desta comunidade estão intrinsecamente ligados ao grupo em sua memória coletiva e individual. Para Halbwachs

(2003), os dados tornam-se uma imagem viva que reaparece fazendo recordá-las, por que os outros também trazem observações de cada ponto de vista.

Na medida em que se foi construindo a pesquisa, o olhar, o ouvir e escrever foram ofícios necessários para o pesquisador em campo (OLIVEIRA, 1996), isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. É na memória dos moradores do Muquém, precisamente a partir da história oral, com as histórias de vidas que são contadas e configuradas, que cada indivíduo constrói sua vida, sua história. Assim, é no ouvir que obtemos os dados e uma melhor compreensão da sua identidade e território.

Não é à toa, portanto, que a reconstituição a partir de processos históricos vivenciados por diversos grupos é formada por documentos oficiais e isso ergue duas finalidades: explica a perda das terras e de seus traços culturais característicos, e a outra explicita a situação de contato a partir da qual a fronteira se configura (OLIVEIRA, 1998). Little (2002) define a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”.

Portanto, em uma análise antropológica do território, Little (2002), no intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utiliza o conceito de cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território.

Uso também a proposta de Fábio Mura (2006), que em suas reflexões utiliza a noção de “dinâmica territorial”, que é o movimento contínuo no tempo, por meio dos processos que ocorrem em um determinado espaço geográfico. Assim, os grupos sociais e étnicos se configuram e ajustam o território em um determinado modo. É na reflexão do autor que me sustento para entender a construção do território do Muquém, e por meio dos quilombolas sua percepção social do que é o território, e como os agentes envolvidos norteiam as atividades para o processo da demarcação. Sigo à frente para entender essa dinâmica a partir do grupo social e da situação de pertença deles à terra.

De grande utilidade para este trabalho foram as abordagens de Arruti (2006) e Almeida (2010), que fazem uma análise contextual do processo da formação quilombola por meio de um diálogo entre Antropologia e História e apontam alguns conflitos que são encontrados, tratando do território demarcado ou da formação do grupo étnico.

Almeida (2002) destaca em suas análises que a Constituição de 1988, no art. 68 do ADCT, trabalha com uma contraversão de valores, quando se refere aos quilombos, se for comparado ao texto do conselho ultramarino do período colonial, como se a autodeclaração quilombola fosse vista como um crime, no sentido de conseguir a partir da Constituição reparar danos e acessar direitos.

Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias desses grupos, uma denominação também possível para esses agrupamentos identificados como “remanescentes de quilombo” “seria a de terras de preto, ou território negro, tal como é utilizada por vários autores, que enfatizam a sua condição de “coletividades camponesas”, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO2002) e Silva (2012).

Para Arruti (2006), o sentido de remanescentes deixa de designar povos isolados, ligados à movimento de rebeldia, não se definindo pela quantidade de pessoas, mas agora o remanescente quilombola é definido como grupo que reproduz e desenvolve práticas características do lugar. Tal visão encontrada no art. 68 reduz todo um significado no sentido de remanescente, diferente do que muitos autores têm problematizado, mas indo em lado oposto e com a quebra da antiga definição de quilombo. São os moradores e a comunidade que se identificam, reconhecem entre si a partir dos conflitos sociais que vivem (ALMEIDA, 2002).

O reconhecimento a partir da certificação da comunidade possibilitou para os moradores direitos constitucionais, assim como o direito as terras na demarcação territorial, também a implementação de projetos sociais e políticas públicas direcionadas aos “remanescentes” quilombolas. É necessário entender como os próprios moradores se definem, como os agentes sociais se acionam pelos seus interesses e conflitos.

Com essas contribuições e com o envolvimento das diversas agências que interagem e atuam no campo para nomeação de uma identidade, de fato, tem suma importância os próprios sujeitos, pois se mobilizam, fortalecem-se e constroem uma identidade no território.

Assim, para Almeida,

tal visão permanece intocável, inquestionável e soberana numa interpretação do art. 68 da Constituição Federal de 1988, onde ‘remanescente’ é sinônimo de resíduo, de sobrevivência, daquilo que sobrou. Aqui está, portanto, a dificuldade de continuarmos a operar com esse esquema interpretativo para compreender as situações que hoje são entendidas como quilombo (ALMEIDA, 2002, p. 67).

No primeiro capítulo, serão abordadas as contribuições teóricas de alguns autores que oferecem ferramentas importantes para a compreensão dos processos de construção de identidades, dos processos territoriais e da elaboração da memória.

Nesse capítulo, abordam-se conceitos teóricos que foram pesquisados durante as últimas décadas e seus direcionamentos para compreender a identidade nesse espaço, para relacionar as teorias e como esta imagem se constrói.

O ponto de partida sobre o conceito de território, para se entender essa conjuntura que é representada pelo grupo étnico, e como esse território pode ser compreendido, pois no domínio das ciências sociais o conceito de território é associado ao pertencimento, herança, expressa uma ação concreta do espaço apropriado, entre outros segmentos que surgiram ao longo da pesquisa. Mas, é na história e memória que há uma relação direta para a construção da identidade.

O segundo capítulo inicia-se com uma discussão sobre a dinâmica do território, aspectos históricos do (Quilombo dos Palmares); apresento o local da pesquisa; o processo de ocupação do território; narro sobre a enchente que aconteceu em 2010 e suas memórias; contextualizo também sobre a constituição da comunidade quilombola; e, por fim, quais são as políticas públicas formadas e direcionadas para a gestão do território.

No terceiro capítulo, trarei as memórias e trajetórias de alguns atores sociais quilombolas. A princípio, com os presidentes das associações que existem na comunidade do Muquém, como elas se relacionam e interatuam, os artesãos mais antigos e outros interlocutores que serão abordados durante o trabalho de campo.

Levantei dados a respeito da demarcação do território quilombola, e as relações com Fundação Cultural Palmares, Incra, Secretaria de Cultura do Estado, Secretaria de Cultura de União dos Palmares, Conepir e quais são os discursos heterogêneos sobre o sentido de pertença no território, suas reivindicações e memórias diferentes, trazidas também por outros interlocutores que surgiram durante o trabalho de campo apresentado neste trabalho.

1. CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE QUILOMBO E A COMUNIDADE DO MUQUÉM

Neste capítulo, busco uma aproximação sobre os conceitos e interpretações acerca de grupo étnico e em especial do termo quilombola, como uma organização social, histórica e política. Os debates sobre identidade étnica e outros apontamentos sobre memória e reconhecimento norteiam este trabalho, para o qual a pesquisa se construiu durante o processo de inserção de campo, pois aquilo que se mostrou importante nas falas dos moradores foi a forma de identificá-los como grupo étnico.

Foi entre os primeiros contextos históricos no país que o termo quilombo/quilombola surgiu como forma de resistência ao período escravista e por muito tempo foram colocados em diversas situações históricas. Mello (2012, p. 33) contextualiza que o termo foi “tanto para desqualificar e reprimir modalidades alternativas de gestão do espaço e da vida como para inspirar e simbolizar mobilizações políticas”.

Em 1740, o Conselho Ultramarino português definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002, p. 47)¹¹. Atualmente, esta definição não pode mais ser aplicada e sustentada, porque uma comunidade de quilombos tem, em sua formação, claramente um aspecto de continuidade histórico-temporal, mas ganhou uma nova significação, uma ressemantização (ARRUTI, 2006).

Assim, a partir de 1988 com a formulação da Constituição Federal do Brasil, depois de mais de 200 anos, em resposta ao Conselho Ultramarino que conceitua em elementos descritivos uma caracterização do termo ou do que tenha sido o quilombo, a definição de 1740 deve se prestar, unicamente, para uma leitura crítica, e não como afirmativa do termo.

Autores que pesquisaram e foram influenciados com a conceito de quilombola, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957, 1958, 1966), alinharam seus pensamentos e atribuíram aos quilombos fundamentos cristalizados no processo histórico do período da escravidão, além de caracterizarem-nos exclusivamente como expressão da negação do sistema escravista, aparecendo como espaços de resistência e de isolamento da população negra Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 2).

No entanto, como enfatizaram Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 2), “embora o trabalho desses autores seja importante e legítimo, ele não abarcara, porém, a diversidade das

¹¹ Almeida refere-se ao conceito, por elementos descritivos, no texto do Conselho Ultramarino.

relações entre escravos e sociedade escravocrata e nem as diferentes formas pelas quais os grupos negros apropriaram-se da terra”.

Neste sentido, cabe esclarecer o conceito de quilombo seguiu como uma resposta ao período colonial e foi utilizado por pesquisadores como um tema clássico por muitos anos. Portanto, este era o cenário para o qual estava definida a história do quilombo, que, segundo Pinheiro (2015, p. 17), a visão “era negativa aos quilombos, pois o espaço político possível para o desenvolvimento de sua etnicidade lhes era desfavorável, remontava a preconceitos coloniais e a memória da escravidão”. Dessa maneira, qualquer imposição à formulação de um conceito ou categoria era remetida ao processo histórico e gerava indefinições.

É necessário compreender que o Brasil é um país que tem uma grande diversidade cultural e isso pode ser notado pelas variedades de povos e comunidades que são encontrados em todos os estados.

Esses povos e comunidades do Brasil são grupos que se autoidentificam por aspectos de organizações sociais, ancestralidade, políticas e muitos estão ligados diretamente em relação ao território e à natureza, no âmbito nacional. Assim, podemos citar como exemplos os povos indígenas e quilombolas.

É importante apontar que, segundo Almeida (2008), a expressão “povos tradicionais” não garantiu um aparelhamento no processo burocrático-administrativo, tampouco significa o atendimento e demandas encaminhadas pelos movimentos sociais ao poder público. Assim, recebe destaque nesta pesquisa a Comunidade Quilombola do Muquém em União dos Palmares – AL, no sentido de atribuir-lhes uma visibilidade que alcance outros espaços fora de contextos definitivos.

Quando Almeida (2008) afirma que o termo “tradicional” afastou-se mais do passado e possui um outro significado cada vez mais aproximado ao tempo presente, leva-nos para um entendimento mais amplo, como o de mobilização, ao qual, o autor diz que:

Neste sentido a noção ‘tradicional’ não se reduz à história, nem tampouco a laços primordiais que amparam unidades efetivas, e incorporadas às identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização (ALMEIDA, 2008, p. 30).

Dessa maneira, com o passar do tempo, os estudos acerca do conceito de quilombo passaram por diversas alterações, deixando de lado o sentido único de pertencimento ao grupo de descendentes negros escravizados de uma história do período colonial, e também como o

mesmo está vinculado ao sentido de pertencimento de território, passando a contrariar a definição do Conselho Ultramarino (ALMEIDA, 2011).

O que se pode afirmar é que as características ligadas a esses grupos, nesse caso, a Comunidade do Muquém, caracterizam-se como tradicionais, inseridas, por exemplo, em conflitos no processo de demarcação territorial, com costumes, as práticas, modo de vida, relação social, cultural, e a produção do artesanato, entre outros aspectos que o situam como um grupo específico. Aspectos que ganharam repercussão em novas gerações, marcados por uma ação de inversão (ALMEIDA, 2008), pois o reconhecimento das comunidades de quilombo, a partir da Constituição Federal de 1988, garantem-lhe o acesso à direitos definitivos sobre as terras ocupadas por essas comunidades. É, portanto, nesse contexto, que tracei meus apontamentos na pesquisa, a partir da organização, da memória e de como se deu a reconstrução de pertencimento ao território e autodeclaração do grupo étnico – Quilombolas do Muquém.

1.1 De “agricultores e negros do Muquém” ao grupo étnico quilombola

Foi a partir dos conceitos e do processo de inserção de campo no que tange o grupo étnico a ser estudado, que busquei nas concepções de Barth (1969), a reflexão sobre etnicidade e a persistência de fronteiras formadas por parte desses grupos, como contraponto à concepção equivocada de que para os grupos étnicos manterem sua diversidade cultural deveriam estar isolados geograficamente e socialmente. Para Barth (1969), a definição de grupo étnico afasta-se das hipóteses ligadas a uma perpetuação biológica e a um compartilhamento cultural, mas se aproxima de como eles se identificam e como são identificados pelos outros.

De acordo com a proposta de Barth (1969), a construção desse grupo étnico quilombola do Muquém, como uma organização social, pode ser vista como demarcador de uma categoria étnica e se classifica por meio de um pertencimento mais geral, acionado pela memória dos indivíduos que sustentam uma relação com o território e reivindicam a identidade.

De fato, pode-se dizer, então, que o próprio grupo étnico se define e surge a partir de uma categoria que os identifica e, assim, a identidade étnica emerge a partir de contraste entre “nós” e os “outros”, estabelecendo as fronteiras étnicas que são reconhecidas a partir das interações entre os agentes sociais, enfatizando o que mais lhe beneficiam perante a dinâmica do grupo.

Isso foi notado no texto de Barth, ao apresentar a relação entre os grupos étnicos dos *pathans* e os *punjabis*, que são paquistaneses que vivem na Noruega. São aproximadamente 30 mil, no período de 1950 a 1960, e em seu trabalho o objetivo era observar a relação dos paquistaneses com a Noruega. Quando elementos são acionados pelos indivíduos, os quais compartilham assim uma ideia de uma identidade paquistanesa, pois aquilo que se mostrava como um contraste étnico entre esses dois grupos se torna irrelevante, uma vez que todos são paquistaneses na Noruega, é dessa forma que sua categoria étnica emerge. Ou seja, para Barth, a fronteira étnica de um grupo não se define necessariamente pelo território, mas sim sob outros aspectos, conforme veremos a seguir.

As anotações sobre o entendimento que tem Barth sobre esse debate é que a identidade étnica nos direciona ao sentido de união do grupo em busca de objetivos, ora pelo (re)conhecimento de identidade, ora pela luta do território. Dessa forma, a Comunidade Quilombola do Muquém nos permite compreender, a partir do conceito do autor, a dinâmica do grupo étnico e suas fronteiras na construção de uma identidade étnica, que ao longo do tempo foi sendo construída em busca da luta por suas terras e do reconhecimento de sua história, aspectos que aos poucos foram sendo incorporados durante o trabalho de campo.

Quando cheguei à cidade de União dos Palmares, em uma das minhas primeiras visitas em janeiro de 2016, ainda de maneira informal, perguntei a um moto taxista, que estava próximo a uma padaria no centro da cidade, como faria para chegar na comunidade quilombola, mesmo já sabendo o trajeto. O senhor me respondeu com um tom de questionamento: “É a comunidade dos negros do Muquém?”.

Esse discurso para os moradores da cidade, quanto aos próprios moradores da comunidade, parece retórico em suas falas. O termo “negros quilombolas do Muquém”, ao serem nomeados, eles se diferenciam daqueles que vivem próximo ao seu território como nos povoados da Sementeira e Taquari, os quais estabelecem suas fronteiras.

Na prática, “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença de exclusão” (BARTH, 1969, p. 195).

Ao pensar nesse pertencimento ao território, é necessário refletir sobre como esses moradores se denominam quilombolas do Muquém, uma vez que podemos dizer que esse pertencimento a uma identidade cultural é construído a partir de relações compartilhadas dos indivíduos e que a identidade étnica passa a ser notada a partir da correlação com outros grupos, uma vez que se existir o isolamento, essa identidade não será evidenciada.

Desse modo, a comunidade começa a ser percebida e ressaltada a situação do Muquém, que a partir dos processos de relação com outros povoados, e de sua aproximação do meio urbano do município de União dos Palmares, passa a estabelecer fronteiras e se (re)afirmar enquanto quilombolas.

1.2 Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) - Constituição Federal de 1988 e a aplicação da lei

Em 1988, com a elaboração e implementação da Constituição Federal do Brasil, o artigo 68 do ADCT esclarece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p. 1). O artigo revelava uma preocupação pelas questões de demarcação e titulação das áreas ocupadas pelos negros, e isso se seguiu com apontamentos e movimentos que apareceram na década de 30, mas que tomaram outras proporções após 1988.

Para Leite (1999, p. 130), a “Assembléia Nacional Constituinte de 1988, após mais de vinte anos de ditadura militar, trouxe, de fato, algumas novidades, e uma das mais instigantes foi justamente o conceito de “remanescente de quilombo”. Desde então, o Brasil não é mais o mesmo. Devido à construção do ato do art. 68 do ADCT da constituição e sua implementação o que pareceu foi que não existia uma concordância, Mello (2012, p. 34) diz que “não existia um consenso absoluto, nem mesmo entre os constituintes, sobre quais sujeitos de direitos a categoria se referia. Pelo contrário, estimava-se serem raros os agrupamentos que se adequariam à legislação”.

Com isso, o artigo chamou atenção do movimento negro, pesquisadores, juristas e cientistas sociais, para interpretar e fazer uma reflexão sobre o que texto garantia a essas comunidades de remanescentes quilombolas. Sendo que os movimentos negros surgiram a partir das lutas dos movimentos sociais, que apresentaram e reivindicavam, sobretudo na segunda metade do século XX, com a formação do Movimento Negro Unificado (MNU), retratações por todo o sofrimento vivenciado ao negro durante anos¹².

Mas, a busca que inspirara uma luta contra o racismo vem desde a década de 1930, e para a autora Leite:

¹² PEREIRA (2011).

Os movimentos sociais negros vêm paulatinamente recuperando essas experiências por meio de uma pauta especificamente negra, e, nos anos 30 do século XX, isto se traduziu na Frente Negra Brasileira, a mais importante organização dentre tantas que existiram na luta contra o racismo. No século XXI, as noções se ampliam e o quilombo ressurgiu como uma forma de denunciar a continuidade da ideologia do embranquecimento e a exclusão dos negros do projeto republicano de modernização do País (LEITE, 2008, p. 968).

Esses movimentos sociais que buscaram a luta contra o racismo passam a ser reconhecidos e tomam outras proporções dentro do cenário brasileiro, e foi no golpe de 1964 que o Movimento Negro formou organizações que lutaram contra o autoritarismo do governo. Em um processo histórico, Silveira (2003) diz que foi em 1971 que militantes negros sediados na cidade de Porto Alegre criaram o Grupo Palmares e escolheram a data 20 de novembro (data da morte de Zumbi) em um contraponto ao dia 13 de maio de 1888, dia instaurado como data oficial da abolição da escravidão no Brasil pela princesa Isabel.

No mesmo período de 1970, as mobilizações dos movimentos trouxeram outros argumentos em defesa do quilombo, e essas questões apontadas por Leite (1999) decorrem de uma reflexão ao termo constituinte: se o quilombo seria capaz de expressar a dimensão política da identidade negra no Brasil? Esse questionamento é direcionado aos próprios grupos negros e começam a serem debatidos

Dessa forma, em 1988 o artigo 68 do ADCT da Constituição passou a categorizar o conceito de quilombo ou remanescente de quilombo, conferindo por meio deste ato, o direito a conferir suas terras, mas outros questionamentos são levantados mediante ao que está escrito, a quem são chamados remanescentes de quilombos, e quais são os seus direitos perante o dispositivo legal? (O'DYWER, 2002).

A atribuição desse ato levou pesquisadores a se envolverem com esse termo jurídico numa perspectiva de compreender junto com o movimento negro, o conceito de quilombo, o que lhes eram conferidos a uma atribuição elaborada pelo Estado. Mas, Arruti (2006 apud MELLO, 2012, p. 36) afirma que “ainda que aqueles que participaram diretamente da formulação e da aprovação do artigo 68 não tivessem nenhuma certeza sobre o conceito que criavam, ele estava diretamente ligado às conversões simbólicas do termo quilombo”.

Apesar disto, o conceito “quilombo” esteve – muitas vezes atrelado por seus representantes de comunidades – relacionado com a resistência durante o período dos negros escravizados, ainda assim vinculado ao histórico de uma ideia do passado. É importante refletir que o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 em seu texto reconheceu aos quilombos o direito de uma reparação do que lhe foi

negado por séculos, e que mediante o avanço, o papel do antropólogo durante anos tem sido essencial nesse diálogo.

Tal necessidade de diálogo demandou atenção a uma reflexão de acordo com os processos que estavam surgindo, pois se exigiu do antropólogo um conhecimento e uma inserção no campo. Esse direcionamento ao campo para os profissionais da antropologia, permitiu, por meio da Associação Brasileira de Antropologia, questionar-se sobre os conceitos que foram construídos para as titulações dos grupos, a fim de que cada grupo étnico fosse acompanhando durante os processos de sua certificação e titulação, pois cada comunidade possui características e necessidades diferentes.

A partir disso, é necessário refletir o papel do antropólogo com a comunidade, segundo Oliveira (2005, p. 148) em um de seus trabalhos, o qual deve passar por um “rito de passagem” para se transformar um profissional da área. Nesse sentido, durante as minhas inserções a campo na Comunidade de Remanescente quilombola do Muquém entre 2016 e 2017, foi esta a tarefa de observar e compreender a organização social das características da comunidade do Muquém.

Apesar dos debates suscitados pela aplicação do artigo 68, foi necessário que a diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na gestão de 1994-1996, sob a orientação de João Pacheco de Oliveira, definisse como desafio para a gestão a inserção da ABA em campos de atuação que não envolvessem apenas as questões indígenas, criando um Grupo de Trabalho com o objetivo de refletir sobre a “conceituação de Terras de Remanescentes de Quilombos, e o papel do antropólogo nesse processo” (O’DWYER, 2008 apud SOUZA, 2011, p. 141)¹³.

O conceito foi levado a eventos, seminários e encontros que trouxeram o debate para uma reflexão sobre as condições das comunidades negras rurais¹⁴ ao direito de suas terras, em especial no Maranhão e Pará, local onde surgiram as primeiras entidades ligadas às comunidades.

Com a demanda de pesquisa nos anos 90, órgãos como a Fundação Cultural Palmares (FCP), ligada ao Ministério da Cultura (MinC), realiza um seminário sobre o Conceito de Quilombo e, em 1994, o texto final do Grupo de Trabalho criado pela ABA sobre Terra de Quilombo, constituído com o fim de estabelecer parâmetros na perspectiva do antropólogo e na atuação nesse campo sobre a questão quilombola, defende que “o termo

¹³ SOUZA (2011).

¹⁴ Sobre comunidades negras rurais ver Arruti (2006) e Souza (2008).

quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada, tanto para os grupos, indivíduos e organizações” (O'DWYER, 2002, p.18).

O artigo 2º do Decreto Nº 4.887, de 20/11/2003, define como remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Assim, para entender como as comunidades quilombolas se inserem em um contexto histórico, pesquisas elaboradas desde a Constituição de 1988 e o Decreto Nº 4.887 de 2003 tiveram papéis decisivos sobre os questionamentos quanto à definição dessas comunidades. Disso, conclui-se que a Constituição Federal de 1988 representou um avanço referente ao reconhecimento das comunidades quilombolas, marcadas pelo isolamento e exclusão (ALMEIDA, 2002, 2008, 2011; O'DWYER, 2002; BRASILEIRO; SAMPAIO 2002; ARRUTI, 2006).

Portanto, acredito que seja interessante começar com conceitos que explicitem sobre a identidade social construída por um grupo étnico – e que se autodeclare, tendo como formação as diversas análises históricas do conceito de quilombo e de seus direitos que ao longo dos anos foram se consolidando.

Com a formação de análises do conceito de quilombo por diversos campos, os quilombolas que a partir de então estavam dentro de um processo estatal de reconhecimento, o que antes era lhe negado, desde o direito à terra que foi lhe tomada, assim, o ato teve uma reconfiguração ao que permitiu o quilombo alcançar a partir dos meios sociais e políticos uma cidadania e um reconhecimento, ainda que em processo.

É importante ressaltar que os movimentos de grupos sociais começam a reivindicar sua identidade e seu território, uma vez que seus direitos estão presentes na Constituição de 1988. Assim, desde a década de 80, o movimento negro, atrelado a órgãos governamentais, demandou realizações de eventos que buscam compreender e reivindicar direitos e compreensão, baseados na teoria da etnicidade de Fredrik Barth (1998).

O'Dwyer (2002) traz uma análise dos possíveis conceito e contextualização histórica a respeito do termo quilombola, partindo do direito da posse e regulamentação do território quilombola. Para que isso fosse possível, a autora no primeiro momento traz uma síntese de reflexões sobre a produção de laudos antropológicos realizados por diversos autores, em localidades que reivindicam, através do art. 68, e fundamento da ADCT por configurar o direito territorial aos remanescentes quilombolas.

Os laudos levantados pela autora e por outros pesquisadores trazem consigo uma abordagem etnográfica, são construídos pelo histórico e acompanhamento da comunidade que se autorreconhece como comunidade quilombola. Trata-se de fazer um levantamento minucioso e indicativo sobre legibilidade dessa comunidade; discute-se as implicações que são atribuídas para o reconhecimento e pertinência do direito e do poder de suas diferenças.

As produções desses laudos trouxeram a formação de um sujeito político, baseado no termo histórico “quilombola” – um grupo étnico que toma conhecimento dos direitos instaurados no artigo 68 (Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios) na Constituição de 1988. É na Carta Magna que se define um reconhecimento aos quilombos, termo conferido para lhe dar direitos territoriais, como também às terras que estejam ocupadas, e como obrigação do Estado emitir certificado e título.

Dessa forma, o texto constitucional informa que:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 1988).

Por outro lado, Arruti (2003, p. 8)) afirma que:

Esse novo artigo constitucional implica uma inovação no plano do direito fundiário, mas também, no plano do imaginário social, da historiografia, dos estudos antropológicos e sociológicos sobre populações camponesas e no plano das políticas locais, estaduais e federais que envolvem tais populações. Ato de *reconhecimento jurídico*, o artigo 68 é, também e simultaneamente, um ato de *criação social*, em vários planos. Mas o mais desconcertante do ponto de vista político e interessante do ponto de vista sociológico é que toda essa produtividade não resulta de uma ação consciente, de um projeto, mas antes é o efeito da inesperada captura da lei pelo movimento social, que a transformou em ferramenta afiada na abertura de novos caminhos para a luta social, ao contrário do que sua formulação inicial pretendia.

Nessa citação, o autor chama atenção sobre a construção jurídica da categoria de comunidade quilombola, que nomeia também os grupos indígenas. Dessa forma, tanto os

grupos indígenas quanto os quilombolas acabaram atualizando e transformando essa hierarquia jurídica a seu favor. Ideia também compartilhada por O'Dwyer (2002, p. 18):

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

O'Dwyer (2002), ao analisar os laudos dessas comunidades, nota que na maioria das vezes há necessidade de se encontrar artefatos e resíduos que comprovem o reconhecimento delas, através de sua história, práticas e organizações socioculturais que o antropólogo, como pesquisador, possa contribuir para o estabelecimento de parâmetros de reconhecimento étnico entre a experiência do grupo e os aspectos jurídicos.

Nesse sentido, Arruti (2006, p. 79), ao se referir às comunidades indígenas no Nordeste, afirma que elas estavam em ação de emergência étnica desde a década de 30 e 40. E que o mesmo termo-chave “remanescente”, tanto como um rearranjo classificatório, quanto ao senso comum acadêmico, já era utilizado. O autor faz também referências sobre o uso desse termo e seu significado em períodos diferentes, que introduz uma alteração do sentido do termo “quilombo”, o qual a partir da Constituição brasileira de 1988, inclui o termo de “comunidades” e passa a respeitar suas organizações sociais, que nutriram por décadas sua identidade coletiva em um território comum.

Neste espaço comum, de acordo com Almeida (2002) os próprios sujeitos se autorrepresentam e criam critérios “político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade (...)” e deixa claro que os procedimentos de classificação que interessam “são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos” e não aqueles que são produtos de categorias ou classificação externas, geralmente, estigmatizantes (ALMEIDA, 2002, p. 67 – 68).

O que autor traz à tona na análise foi notado nas conversas com os interlocutores durante o meu período em campo na Comunidade Quilombola do Muquém. Os atores em seus discursos contavam sobre a formação da comunidade por descendentes de negros escravizados, como também o valor e a representatividade do barro na vida dos mais idosos e na construção de peças artesanais, o que lhe são de valor cultural.

Na classificação que se arrastou por muitos anos e na busca de um conceito de identidade, povos indígenas, quilombolas, tradicionais, ganharam por meio do processo histórico e cultural a representação do sentido das diferentes identidades étnicas. Para isso, foram necessárias construções de argumentos políticos e sociais que além de demandarem estudos, fossem suficientes para que se repensasse essa nomeação dos grupos étnicos.

O Decreto 4.887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e diz que:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Entretanto, por meio do Decreto Federal Nº 4.887/2003 – o processo para identificação, reconhecimento e demarcação para a titulação de terras – o Incra (órgão responsável por tal procedimento) diz que o que deve ser colocado em primeira instância é autodefinição¹⁵ da própria comunidade. A identificação com os limites das terras da comunidade é elaborada juntamente aos próprios moradores, a partir de estudos científicos e relatórios técnicos antropológicos que tragam características no aspecto social, cultural, ambiental e econômico.

O Decreto 4.887/2003 foi de suma importância. De fato, transfere para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário) a responsabilidade para identificação dessas comunidades.

Neste Decreto, pela primeira vez no Brasil, utiliza-se a autoatribuição como critério para definir as comunidades quilombolas, assim como a extensão dos territórios reivindicados, seguindo os preceitos da Convenção 169 da OIT.

¹⁵A autoidentificação guarda sintonia com norma internacional de Direitos Humanos, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que considera a consciência como critério fundamental. Tal Convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional com o Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, apresentando status constitucional, uma vez que foi aprovado seguindo o rito equivalente às emendas constitucionais (art. 5º, §3º da CF/1988).

Por sua parte, a Instrução Normativa No. 57, do Incra (de 20 de outubro de 2009), regulamenta o procedimento administrativo de regularização de terras quilombolas, isto é, normatiza o Decreto 4.887/2003. Existe também legislação específica dentro de algumas constituições estaduais do Brasil, que tratam do dever do estado em emitir os títulos territoriais para as comunidades quilombolas, como é o caso de Maranhão, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Pará (CONAQ, 2010 apud ARGUEDAS, 2015, p. 49).

Embora o art. 68 do ADCT tenha sido produzido anos depois da abolição de 1888, a pretensão que se estendia a esses direitos era por princípios arbitrários e por conflitos que levaram ao dissenso em torno do conceito quilombola, dos procedimentos operacionais e das terras por parte dos ex-escravos (ALMEIDA, 2002). Isto é, a noção de quilombo rompe com os preceitos geográficos e formalistas.

O autor continua afirmando que “a incorporação da identidade coletiva para as mobilizações e lutas, por uma diversidade de agentes sociais, pode ser mais ampla do que a abrangência de um critério morfológico e racial” (ALMEIDA, 2002, p. 69).

Por isso o conceito clássico de território, associado quase exclusivamente com um tipo de recorte político-espacial específico (definido pelo Estado-nação) não dá conta dessas complexas dinâmicas territoriais protagonizadas por aqueles que foram excluídos no processo de formação dos estados nacionais, como é o caso das comunidades quilombolas. Assim, propomos através desta discussão dar-lhe uma significação atualizada ao conceito de território, uma nova interpretação (ARGUEDAS, 2015, p.34).

É necessário compreender o processo de organização social do grupo étnico e como eles se relacionam, não reduzindo a um conceito de quilombo engessado em momentos históricos, e sim se permitindo analisar a partir dessa complexidade e multiplicidade de eventos que marcam as vidas dos moradores, e reinterpretar a partilha deste território.

Pensar o que Almeida (2002) enfatiza sobre abandonar aquela definição histórica vista como um conceito engessado e não permitir também se utilizar do conceito que foi postulado no período colonial, é considerar o que o próprio autor apontou, quando disse que o conceito está mais atrelado ao passado, e a comunidade quilombola parece seguir mais a um conceito jurídico, procurando assim que se enquadre nessas normas para serem, de fato, reconhecidas.

Enquanto a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), durante 1994 – 1996, tratou com muito cuidado as diversas pesquisas sobre os apontamentos e estudos de comunidade de “remanescente quilombola” e sobre o território que vivem, no Muquém a narrativa não segue a proposta que o Incra, responsável pelo o estudo e relatório para titulação das terras dos moradores, pensou a ser elaborada.

O contexto na comunidade do Muquém se emparelha com as normas dispostas pelo que estava proposto na Constituição enquanto autodeclaração, porém ao tratar sobre titulação das terras, mediante as narrativas de alguns moradores, o que aparenta é que seguirão na contramão pela não certificação dessas. Ainda que, para ser reconhecido, um grupo étnico precisa obter a certidão de registro no cadastro geral de remanescente de comunidades quilombolas, que é emitida pela Fundação Cultural Palmares, e atualmente o Incra é o órgão responsável pela inserção de campo e levantamento técnico, para a construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para demarcação das terras tradicionais.

No que tange ao conceito dessas terras tradicionais, pode ser notado um espaço que corresponde e é compartilhado e ocupado pelo grupo, com base nos costumes e situações vivenciadas pelos indivíduos. Isso é notável na comunidade do Muquém, pois existe entre eles uma partilha do terreno – chamo de terreno ‘*o barreiro*’, local alagadiço e com vegetação rasteira, dividido pelos moradores para retirada do barro para elaboração de peças artesanais, como também na alimentação dos animais, na retirada de areia lavada do Rio Mundaú.

Ao observar a comunidade quilombola do Muquém, nota-se que não se afastou do que Arruti (2006) chamou de um modelo criado, pois existe a partir dos moradores uma ligação do que foi o Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga. Em via de fato, essa comunidade sempre esteve ali, não posso dizer que isolada, mas marginalizada e esquecida perante a sociedade que compartilha de um território e um marco histórico.

Um marco das relações sociais entre a comunidade e a sociedade, acionando dispositivos de resistência e leis para lhe assegurar direitos enquanto comunidade quilombola, foi a fundação, no início de 1992, de sua primeira associação, que passa, em 2006, a utilizar o termo “remanescente”. Surge a Associação de Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém.

A titulação das terras não foi para os moradores o tema central de imediato, mas sim a autodeclaração e a certificação enquanto grupo étnico de remanescente de quilombo. Desta maneira, tomam espaço as questões de uma visibilidade da comunidade com a certificação da Fundação, de fato, e é claro que os moradores se beneficiaram com as ações implementadas para o Muquém.

Esses moradores e artesãos são reconhecidos pelo trabalho executado na elaboração de peças de artesanato feitas com barro, e para eles a certificação permitiu uma ascensão das vendas das peças para o setor do turismo e reconhecimento da comunidade.

As questões diretamente ligadas à terra e à divisão dela só começam a ser cogitadas a partir de 2010, quando a comunidade é atingida pelo aumento das águas do Rio Mundaú.

Após a enchente, houve um período em que os moradores passaram a morar em barracas de lona cedidas pela Defesa Civil e é a partir desse cenário triste e atormentador, para muitos que vivenciaram a enchente, que se começa a pensar sobre o território e sobre a titulação dele.

Entre 2010 e 2013, é solicitado o início e o levantamento das terras da comunidade ao Incra/AL, a pedido da Associação de Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém, mas antes mesmo da enchente, a posse dessas terras não era registrada com escrituras; poucas são. Aliás, nas conversas informais soube que apenas o Sr. Edson possui escrituras das terras do Muquém, que foram deixadas por seu pai José Bezerra Silva.

O Incra, em agosto de 2010, não possuía uma equipe com profissional na área da Antropologia, porém existia uma empresa de consultoria com duas antropólogas que foram acionadas junto aos responsáveis que estavam na gestão do instituto na época depois da enchente, para uma visita e acompanhamento das reuniões da associação.

Porém, aparecem problemas e conflitos entre aqueles que queriam a titulação das terras e aqueles que não concordavam. Mesmo com as visitas e o encaminhamento dos trabalhos, não foi possível dar andamento devido às acentuações de conflitos, porque surgiu então uma outra associação, que se contrapunha à antiga, pois essa outra não compartilhava com a ideia da titulação das terras. Assim, as visitas e reuniões não procederam ao processo e elaboração para RTID.

São com esses entraves que se faz necessário, frente ao reconhecimento da Comunidade de Remanescente Quilombola do Muquém, fazer uma reflexão sobre o que a autodeclaração trouxe para esse grupo, se pensarmos numa emergência étnica que é acionada através dos atores sociais, e como esse grupo se (re)organizou, como interage com seus membros e como acionaram uma identidade quilombola.

1.3 Identidade cultural quilombola: “lá vem o negro do Muquém”

Ao tentar compreender o Muquém enquanto comunidade quilombola¹⁶, o estranhamento a este grupo me fez questionar a relação sobre sua identidade cultural, na formação do território e na própria noção de quilombo que o grupo internalizou, dando a partir de um contexto histórico o sentimento do *ser negro* do Muquém estava relacionado ao pertencimento *quilombola*.

Em agosto de 2015, no Encontro de Comunidades Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiros (Enconquite), realizado na Comunidade de Remanescente Quilombola do

¹⁶Utilizei o termo “comunidade quilombola” por ser atualmente a maneira que os moradores em suas falas se referem ao território compartilhado pelo grupo.

Muquém, a moradora da comunidade do Muquém que fazia parte da mesa de apresentação de trabalho, mas também estava como presidente da associação de moradores Adápo¹⁷ do Muquém fez uma fala sobre o que é ser quilombola, que identidade se esperava construir de um povo negro, sofrido. O discurso começa a se elaborar, se construir, confirmar o que é esta identidade quilombola, quando fala que “ser quilombola, não é apenas ser negro ou de cabelo crespo ou estar ligado diretamente com as religiões de matriz africana, mas ser quilombola é se autodeclarar, mesmo sendo branco, olhos verdes, cabelos lisos. É viver a comunidade e ter trabalho coletivo, é ajudar o outro, pois mesmo que você vá morar em outro lugar, não deixará de ser quilombola, e o uso da terra comum, da terra do preto” (Maria das Dores – Dorinha, 2016).

O discurso da moradora me fez lembrar muito o que Almeida (2002) fala: os próprios sujeitos criam seus critérios e relação para formação de uma identidade e esses moradores constroem sua identidade coletiva e individual por meio dos processos sociais, conflitos e das relações com os agentes externos.

Almeida (2002, p. 53) traz uma aproximação da construção histórica da identidade quilombola ao reconhecer o que sobrou, o que é visto como residual. Ao contrário, dever-se-ia trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Não é discutir o que foi, e sim o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente.

Atualmente, o grupo do Muquém se autorreconhece como quilombola, mas o termo remanescente passa a ser visto com um outro olhar, de acordo com os direitos sociais e territoriais, diferentemente do que era proposto na tradição dos negros escravizados e de uma resistência. A autodeclaração parte dos próprios moradores; é o que atualmente está acontecendo com as comunidades quilombolas. No entanto, a interpretação que os órgãos públicos atribuem a grupos étnicos é uma construção genérica, formalizada sobre estes sujeitos que por séculos lutam por seus direitos.

Ainda nas primeiras idas ao Muquém, nos meses de novembro e dezembro de 2015, já no mestrado em Antropologia Social observei como era a relação dos moradores com os membros externos, se esses aceitam o termo quilombo, a relação com o território, os conflitos sociais, e suas fronteiras, quais são essas, e pensar também sobre a proposta de ressignificar o conceito de remanescente e suas fronteiras étnico-raciais:

¹⁷ Segundo a presidenta da associação Maria das Dores, “Adápo” é uma palavra de origem africana que significa união, aliança. A palavra pode ser encontrada no dicionário Iorubá, que também é uma religião que compreende as crenças ao povo Iorubá. A associação foi criada em 2010, logo após a enchente e começou a atuar em 2011.

A percepção da fronteira étnico-racial no interior do Brasil/Nação iniciou-se com as lutas indígenas pela preservação do seu território invadido e ocupado no processo colonial, vindo até os dias atuais. Uma antropologia das sociedades indígenas deu visibilidade e fundamentação teórica às reivindicações dos grupos chamados todos pelo amplo conceito de indígenas ou índios. Com isto, algum tipo de reconhecimento foi sendo feito por parte do estado brasileiro: decretando áreas reservadas, legislação protetora e instituições assistencialistas. Índios e negros, por vezes aliados, lutaram desde o início da ocupação e exploração do continente contra os vários procedimentos de expropriação de seus corpos, bens e direitos (LEITE, 1999, p. 132).

Pode-se dizer que um dos seus objetivos dos moradores do Muquém, enquanto comunidade autodeclarada quilombola, seria o direito e conquista das terras que ali vivem, uma vez que trazem fatores específicos no cenário em que compartilham este território. Porém, deve-se levar em conta que nem todas essas designações estarão presentes, e que traduzir a experiência por meio da etnografia de uma comunidade é perceber, então, as diversas configurações sociais e históricas que cada grupo étnico possui.

Assim, logo após a constituição, reflexões e estudos elaborados por diversos atores, foi necessário compreender que existe uma mobilização acontecendo nos diversos contextos e essas comunidades e seus agentes estão reelaborando estratégias para sobreviver, a partir do conceito de etnicidade de Barth (1969).

Os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. Então, *um traço fundamental torna-se [...] a característica da auto-atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica*. Uma atribuição categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional (BARTH, 1998, p. 193-194).

Barth (1998) desenvolve através de uma investigação empírica duas argumentações principais: (1) as distinções entre categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação e, (2) relações sociais estáveis não dependem de uma ausência de interação social e aceitação sociais. Assim, nota-se que para o autor a interação social não proporciona o desaparecimento por mudança e aculturação; que pode haver diferenças culturais apesar do contato inter-étnico e da interdependência dos grupos.

Barth nos convida a refletir sobre a interação social, investigando os fatos empíricos e o conceito de grupo étnico. Este, por último, aceitável e identificado pelos seus próprios

atores, e assim perceber e explorar os diversos processos que permeiam para a constituição da categoria e manutenção desses grupos.

Outros autores, ao definir grupo étnico, (NARROL 1964 apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998), para designar uma população, enumeram: (1) perpetuação biológica; (2) compartilhamento de valores culturais fundamentais; (3) campo de comunicação e interação; e (4) conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, constituindo uma categoria diferente de outras categorias da mesma ordem.

Barth (1998) critica esta definição e admite que está não é uma forma muito diferente do que se postula que uma raça = uma cultura = uma linguagem, e sociedade.

Arruti (2006, p. 39) enfatiza que “Tais grupos não têm, na maioria das vezes, relação física com aquilo que a historiografia reconhece como quilombos (grupos de escravos fugidos), mas essa autoatribuição é atualmente tão efetiva que se tornou impossível não considerá-la um fato relevante, além de socialmente produtivo”.

A formulação de Arruti, ao dizer que para se reconhecer quilombo a autoatribuição está ligada ao processo da historiografia, isso é muito decorrente nas comunidades pesquisadas, um exemplo que posso trazer sobre os moradores do Muquém são suas narrativas sobre a origem do território, um ou outro sempre relacionam aos negros que desceram da Serra da Barriga.

As ideias postuladas sobre o conceito quilombola enfatizaram, entretanto, um caráter organizacional. Os grupos ao se autodeclararem estão constituindo os próprios limites de relações sociais com outros indivíduos ou outros grupos. Para Barth (1969), o que se constituem são “fronteiras” e que essas se consolidam. Se um grupo guarda sua identidade quando os membros interatuam com outros, isso implica em critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão, porém os limites são construídos no sentido de classificar as pessoas dentro ou fora desses grupos étnicos.

Arruti (2006, p. 39) concorda com essa definição que Barth traz, em termos gerais, que a análise que ele chama de generativa, são as melhores orientações para análise de grupos que se autodefinem com base na origem ou em atributos de formação, porém apresenta algumas limitações e críticas, o que sugere, por um outro lado, uma revisão de movimentos analíticos, e, a consideração da problemática e de realidades desconhecidas ou desconsideradas. Isso para Barth significa que:

Um grupo pode também ter uma participação interna uniforme, já que todos que compartilham uma determinada posição possuem direitos e deveres iguais. Além disso, os grupos podem ser estáveis, no sentido que a estrutura

do grupo permanece sem mudança através do tempo por meio de um padrão consistente de recrutamento, apesar da mudança e da substituição de pessoal. Em todos esses aspectos, o social apresenta propriedades distintas do cultural. Boa parte da confusão (e talvez também da importância premente) a respeito dos grupos étnicos surge dessa tensão entre a natureza dos grupos sociais e a natureza dos materiais culturais sobre os quais se baseia a definição de grupos étnicos como unidades sociais (BARTH, 2005, p. 17).

Esta compreensão nos permite entender a identificação de um grupo étnico através de características morfológicas, pois tais grupos não podem/devem ser identificados a partir de uma permanência do tempo. Segundo Arruti (2006, p. 40):

A ênfase depositada na “autoatribuição e atribuição pelos outros” (BARTH, 1969) foi fundamental no embate político em defesa dos direitos quilombolas (assim como já fora na defesa dos direitos indígenas, cf. CUNHA, 1987) contra a estratégia, que se opunha a tais direitos, de condicionar a aplicação da categoria à observação de um rol fixo e restritivo de características, sempre baseadas em estereótipos culturalistas ou historicistas. Mas é preciso reconhecer que, desempenhado esse papel social, a teoria deixa de avançar no plano propriamente teórico. A atenção na autoatribuição, nas fronteiras interétnicas, na contrastividade ou mesmo na situacionalidade identitária não dá conta da passagem entre os fenômenos de adscrição étnica (necessariamente local) do grupo (o etnônimo) e a sua adesão à categoria genérica e englobante de “indígena” (ou de “quilombola”), de caráter jurídico-administrativo.

Certamente, percebe-se o quão importante foram e ainda são os conceitos de Barth (1969) e Cunha (1987) para os desdobramentos das categorias e reconhecimento desses indivíduos, na busca e garantia de seus direitos, no sentido ainda de ajudar e compreender a sociedade nacional no processo de desconstrução com o conceito cristalizado de identidade indígena e quilombola vivenciado pelo senso comum.

Essa identidade é o que se distingue dos outros grupos, pois quando se pensa na possibilidade de uma identificação, procura-se grupos fechados, estáticos, que estejam longe e que cause um estranhamento, e até mesmo um recorte geográfico. Porém, essa identidade não parece ser simples, ainda que nos sejam apresentados registros históricos que guiem nossa pesquisa, esses dados não seriam suficientes para desenhar e compreender o percurso da construção de uma identidade, pois os grupos vão se formando e sua identidade étnica pode ser construída de forma dinâmica.

Para Luvizotto (2009, p. 29 - 30) “Dessa maneira, a concepção de etnicidade está além da definição de culturas específicas e, portanto, é composta de mecanismos de diferenciação e identificação que são acionados conforme os interesses dos indivíduos em questão, assim como o momento histórico no qual estão inseridos”.

A Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém é uma delas e durante os últimos anos vem enfrentado algumas dificuldades para o processo das demarcações territorial, a invenção de identidade político-social e a formação dessas agências permitiram aos grupos a reivindicação das terras que lhe são por direito. Essas definições sempre são verificadas através de relatos históricos, das memórias dos moradores, e da identidade que é autodeclarada e que se mostra uma representação interpretativa, quando esta ideia se une à cultura de um grupo étnico (ALMEIDA, 2002); e a manutenção de uma mesma forma organizacional, a qual prescreve um padrão unificado entre os membros e os não-membros daquele grupo

1.4 De sítio à comunidade quilombola: formação de um território

O olhar sobre a dinâmica do território nas comunidades quilombolas, que durante os últimos anos vem se reinventando com a busca pelo reconhecimento dos seus direitos, como também pelos direitos as suas terras, mostra uma mudança que se configura dentro de um processo histórico dessas sociedades. Para se referir ao território, é necessário compreender a luta, direito e permanência dos grupos quilombolas, para o uso delas para o trabalho, como também permitir seu modo de vida e saber.

Assim para Lira e Neto (2016, p. 40), “o território é compreendido como espaço de reprodução social e se constitui em uma dimensão material e imaterial – lócus de vida e de reprodução de valores, crenças, dentre outros, mas também espaço de luta, de resistência para continuar se reproduzindo na terra”.

Esses territórios de comunidades quilombolas estão normalmente atrelados a um pertencimento histórico, e por vezes podem ser entendidos como território para uma organização social, político e espacial, mas além desse marco histórico, algumas comunidades, como enfatizam os autores:

se formaram através de doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão; da compra de terras pelos próprios “escravos”, possibilitados pela desestruturação do sistema escravista; bem como de terras que foram conquistadas pelos negros pela prestação de serviço de guerra, lutando contra insurreições ao lado de tropas oficiais (LIRA; NETO, 2016, p. 42).

Das terras originadas por processos históricos, os territórios quilombolas atuais assumem uma forma bem diversificada; as terras agora estão ligadas a uma relação de parentesco, pertencimento. Os estudos estão mais direcionados, não remetem mais àquele

conceito de negro fugido, mas agora trazem a ideia de identidade, de um território compartilhado, de processos históricos e sociais.

Mediante os conceitos de identidade e território, é na autoafirmação dos moradores da comunidade, ao se autodeclarem quilombola, permitir e aproximar as narrativas históricas, as memórias, mas muitas dessas comunidades estão e são silenciadas devido ao processo histórico gerado no período colonial.

Com isso, ao tratar desse direito à terra como propriedade coletiva e privada, Almeida alude:

O sistema repressor não fala por si só e precisa de suporte econômico. Escasseando os recursos financeiros dos grandes proprietários, os mecanismos de coerção e justiça privada não funcionam com a mesma intensidade. Nesse quadro, o processo de acamponesamento ou de formação de uma camada de pequenos produtores familiares tende a se expandir e consolidar. Eis o que explica esses casos de existência autônoma nos limites das fazendas, no quintal e na própria senzala. Dessa forma, a noção de quilombo se modificou: antes era o que estava fora e precisava vir necessariamente para dentro das grandes propriedades; mas, numa situação como a de hoje, trata-se de retirar as famílias de dentro das fazendas, ou seja, expulsá-las da terra. Antes era trazer para dentro do domínio senhorial: essa é que era a lógica jurídica que ilegitimava o quilombo. Hoje é expulsar, botar para fora ou tirar dos limites físicos da grande propriedade (ALMEIDA, 2002, p. 59).

Essa configuração sobre o uso das terras por posseiros ou fazendeiros é revista pela comunidade negra rural, agora comunidade quilombola. A ocupação e uso coletivo pelos moradores permitem a redefinição do conceito deste grupo étnico que será acionado a partir dos seus indivíduos, o que pode assim proporcionar uma melhor qualidade de vida, a partir do uso de suas terras.

Um autor que expõe suas reflexões sobre esse tema é Mura (2006), quando estuda o grupo Kaiowa e o Nãndeva de Mato Grosso do Sul e vê uma noção de “dinâmica territorial”, pois a entende como o movimento continuado no tempo, resultante de uma pluralidade de processos que ocorre em um determinado espaço geográfico e que leva os integrantes de grupos sociais e étnicos a configurar e/ou ajustar territórios de um determinado modo (MURA, 2006).

Dessa maneira, é entender que o tempo atua constantemente na mudança dos processos das dinâmicas territoriais e que nesse espaço geográfico o grupo se reconfigura e estabelece seu meio de se relacionar.

Essa territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente

das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (CASIMIR 1992 apud LITTLE, 2002, p. 3).

Dessa forma, para que seja possível analisar essa dinâmica de território de um grupo, é necessário trazer aspectos históricos, fontes orais dos moradores da comunidade quilombola, para o processo da ocupação dessas terras, bem como o significado que os atores sociais atribuem ao coletivo ao qual pertencem e à terra que reivindicam.

E Little vai além com esses aspectos históricos e sua relação com essa identidade no território e traz o conceito de cosmografia:

Definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 4).

Essa noção de território é algo que permite a pertença do grupo, porém em perspectiva geral sobre essas sociedades. RAMOS (1986 apud LITIG; WANDERLEY p. 382) aborda que:

a terra não é e não pode ser objeto de propriedade individual. De fato, a noção de propriedade privada da terra não existe nas sociedades indígenas. (...) embora o produto do trabalho pudesse ser individual, ou, melhor dizendo, familiar, o acesso aos recursos era coletivo. (...) A terra e seus recursos naturais sempre pertenceram às comunidades que os utilizam, de modo que praticamente não existe escassez, socialmente provocada, desses recursos.

Oliveira (1993 apud Oliveira 1998) não chamou de territorialidade, mas sim uma territorialização, o processo que atribui a uma sociedade a base territorial e sua apreensão das mudanças por que ela passa. “Nesse sentido, a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

A necessidade de ocupar e de obter um território está ligada às experiências de vida dos quilombolas, e no Muquém essa identidade e território têm sido marcados no dia a dia dos moradores, na condição de uma sobrevivência do grupo. Para Lira e Neto (2016, p. 47), é

“importante ressaltar que a terra é pensada não como propriedade individual, mas como apropriação comum ao grupo. Nesse sentido, o regime de uso comum permitiu a consolidação do território étnico e representa um fato fundamental de identidade cultural e coesão social”.

Porém, nem todas as comunidades quilombolas pensam que deve existir uma propriedade (território) de uso coletivo, divergindo do que Lira e Neto (2016) trouxeram em sua pesquisa na comunidade de Mata Grande, localizada no município de Monte do Carmo – TO.

Como ressalta Arruti (2006), entre os anos de 1988 e 1991, estudos já se debruçavam sobre questionamentos de uma política indigenista e seus direitos a terra.

Em termos analíticos, pode-se adiantar que tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativamente transitórias características das regiões de ocupação recente. (ALMEIDA, 2008, p. 28).

Portanto, pode-se dizer que a identidade quilombola do Muquém está marcada pelo sentido do uso e dinâmica territorial, o que se mistura por uma relação individual ou coletiva, a qual se apoia na ocupação e nos conflitos que são evidentes pela demarcação territorial da comunidade, e que estão ligadas a fatos históricos de uma construção do Novo Muquém, por meio dos conflitos na esfera social das associações e no deslocamento das moradias com a enchente de 2010 e suas narrativas.

Muitos autores como Anjos (2009), Oliveira (1994), Almeida (2002), Arruti (2006) nas diversas áreas têm se debruçado em estudos sobre território, o que garante a constituição de uma identidade étnica, estabelecendo assim uma organização social na comunidade.

Uma vez que esse território abordado envolve todo um processo histórico vivenciado durante anos pelos moradores da comunidade do Muquém, advindo de representações de uma identidade cultural, Carril (2006, p. 41) anota a importância do que é um território, quando afirma que “o quilombo tem sua identidade reconstruída através de seu território”, o que permite pensar que esse grupo vive em constante processo de resgate de suas memórias, transformação e reorganização coletiva.

1.5 Memória

A aproximação com os moradores e o dia a dia do campo me permitiram contato com diversos interlocutores e foi através da história oral que tentei compreender a Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém nos aspectos sociais e políticos, pois a questão da oralidade tem sido foco de diversos trabalhos e diversas disciplinas. Lozano (2006, p. 15) diz que “abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo da comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humanas”.

As narrativas da história oral sobre a origem da comunidade e da enchente apareceram constantemente nas falas dos moradores, pois além da vinculação com território, identidade, a memória é algo que se coloca ligada a diversas interpretações, e para uma compreensão desse tema, uso Halbwachs (2003) que deu grande contribuição nas pesquisas relacionadas à memória, assim como outros autores como Bosi (2003) e Pollak (1989).

Halbwachs, ao explicar a relação da memória com a lembrança diz que:

Admitimos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. Não obstante, conforme participa de uma ou de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal – as mesmas que lhes são comuns com outra só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue de outros (HALBWACHS, 2003, p. 71).

Para Bosi (2003, p. 15), “a memória oral é um instrumento precioso se desejarmos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa ‘ideologização’ da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da histórica política hegemônica”.

A história oral dos interlocutores nos fez relacionar uma memória coletiva capaz de reconstruir os fatos da memória histórica, ainda que a história oral sirva como norteadora de uma compreensão dos dados, a reflexão entre os temas memória e história não deve ser confundida.

E foi durante o campo, na observação e contato com os mais jovens da comunidade, que percebi uma relação de delegação da história do Muquém aos mais velhos, assim as

narrativas são sempre relacionadas a fatos históricos de um território pertencente ao povo negro, e também da memória coletiva e individual de um novo ordenamento territorial devido à enchente de 2010. Bosi (2003) diz que “a memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.)”.

Mas não se pode deixar de lado a memória social destes moradores do Muquém afirmando com uma verdade única, quando se fala sobre a origem da família, do surgimento do Muquém, e de uma nova comunidade após a cheia, até porque, como expressou Bosi (2003, 49), “será o resgate da memória como que uma História alternativa? Ou será um método diverso de abordar a História, que complementa as fontes escritas?”.

Para Halbwachs (2003) não é diferente, pois “recorremos ao testemunho para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos sobre um evento o qual já tivemos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós”. De certa maneira, o indivíduo nunca está só, as recordações são sustentadas pelas lembranças de outras pessoas.

Assim, os relatos e as vivências dos interlocutores do Muquém têm sido de grande importância para construir essa etnografia, pois os fatos que guardamos em nossas lembranças, de impressões de algum lugar, de algum acontecimento em especial, conhecer alguém, até mesmo as memórias mais doloridas, são lembranças; para Halbwachs, é reconhecimento e reconstrução. O autor enfatiza:

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com os outros ambientes. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Então, a lembrança é vivenciada por todos de maneira individual. Cada pessoa guarda em sua memória os acontecimentos, nem todos com tantos detalhes. Os indivíduos têm em suas recordações traços pertinentes diferenciáveis, e para a comunidade quilombola do Muquém, a qual durante os últimos 20 anos tem traçado sua história como remanescente de quilombos, a partir da fundação da Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Muquém

em 1992, e que em 2006 passa a se chamar Associação de Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém.

Em meio à construção de uma história, a observação e o dia a dia com os moradores da comunidade são apresentados por meio da memória individual que compartilhei com eles, porém quando esse grupo se une a relação da memória coletiva começa a se formar, tipo um jogo de quebra-cabeça, o qual cada indivíduo traz em suas lembranças aquilo que lhe foi guardado como algo importante. A memória, para Halbwachs (2003), não está isolada, fechada, de modo que:

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Entretanto, é seguindo os conceitos do autor, que a história do Muquém é compartilhada por aqueles moradores que se autodeclararam como quilombolas e que mesmo que estejam sozinhos ao contar suas diferentes histórias, a ideia de fazer parte do grupo estará sempre presente, pois não existe lembrança que não reapareça, se não relacionar ao grupo. Uma das lembranças que está presente nos discursos dos interlocutores é a enchente de junho de 2010.

A necessidade de se conhecer melhor os lugares apontados pela memória, as narrativas, precisei entender como esse fato natural, “a enchente”, agiu nos moradores da comunidade, no seu processo de territorialização, na disposição das novas casas construídas, no trauma vivenciado por aqueles que perderam suas moradias, sendo levadas pelas águas do Rio Mundaú, e após enchente, como passaram por essa tragédia e sofrimento até conseguirem retornar a suas casas.

Uma vez que a história do território do Muquém não pode somente estar ligada a um mito de origem, a um mito de fundação da comunidade a partir da relação do casal fundador, porque tornaria as coisas mais fáceis para compreensão deste ambiente, se pudéssemos pensar a vinculação que eles possuem com o território, somente com os fatos que estão lá no passado, no processo de construção da comunidade, isso não seria suficiente. O que se deve analisar é muito além disso; é trazer as histórias, as memórias, os conflitos, pois a memória

não vai estar se referindo a um tempo imemorable, mas sim no presente no cotidiano, nas histórias de vidas das pessoas.

Arruti compreende isso em uma das passagens do seu texto:

De modo um tanto diferente, nos propomos a abordar a memória sem recorrer nem ao subjetivismo que a postula apenas como mito ou como justificação nem ao objetivismo que vê nela apenas uma fonte alternativa de reconstituição do passado. Partimos da ideia de que, se tais abordagens revelam aspectos da memória, ela não pode ser reduzida a essa dicotomia. Na prática das “histórias de vida” ou dos relatos de domínio coletivo, não está em jogo apenas o que “de fato aconteceu no passado”, nem apenas a construção de uma personagem, biográfica, mas também, com a mesma importância, as formas pelas quais o presente relaciona-se com o passado, as interpretações conflitantes que ajudam a multiplicar os pontos de vista sobre aqueles eventos do passado até então presos apenas em uma dimensão cultural (ARRUTI, 2006, p. 37 - 38).

Para Bosi (2003), cada um constrói sua história ao longo da vida, a partir de cotidianos muitas vezes corriqueiros, mas sempre relevantes, e que a todo instante somos capazes de recuperar aspectos de nosso passado. É como se constássemos histórias a nós mesmos. Alguns chegam a registrá-las em forma de diário e esses relatos contados pelos moradores fazem entender nas idas ao campo como aqueles que ali vivem, suas memórias são transformadas em palavras e vivenciadas em um momento histórico.

Entretanto, a comunidade do Muquém assume uma reconstrução da memória histórica através dos atores sociais ligados ao povo negro e à Serra da Barriga, e passou pela compreensão do grupo de uma memória coletiva acerca do reconhecimento como comunidade quilombola. Como já citado por Halbwachs, memória e história ocupam lugares diferentes para relação e estabelecimento desses fatos.

Ainda assim as narrativas se apropriam de fatos e das experiências cotidianas do grupo, pois a entrevista permite além trazer acontecimentos destes fatos, faz com que o interlocutor (re)memore em suas lembranças momentos bons e ruins, até porque a memória não é só lembrar do que está no passado, é fazer uma ligação com o tempo presente.

Vejamos em Pollak:

Por definição reconstrução *a posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismo, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões (POLLAK, 1989, p. 13)

Em União dos Palmares, a Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém está marcada por acontecimentos, que dizem de onde surgiram os antigos moradores, qual o significado da palavra Muquém, a relação de casamento entre primos como uma antiga tradição, se eles se reconheciam como negros. Ao mesmo tempo, os fatos que surgem com a formação da associação, a enchente de 2010, todos esses acontecimentos estão ligados ao pertencimento do território da comunidade.

2 DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS À PESQUISA NO MUQUÉM

A comunidade rural do Muquém, perante os órgãos oficiais de reconhecimento, autodeclarou-se com sua identidade etnicamente diferenciada – remanescente quilombola – em 2005.

Para entender o contexto desta comunidade e seu processo de construção, é necessário refletir sobre as dinâmicas territoriais ali desenvolvidas. Também, como já foi abordado no primeiro capítulo, fez-se necessária uma descrição e o reconhecimento dos territórios que são ocupados, bem como as compras dessas terras atestadas por meio da autodeclaração do grupo, fato que se associa também ao processo e surgimento do movimento social quilombola e das políticas públicas direcionadas para essas comunidades.

De facto, os esquemas de percepção e de apreciação que estão na origem da nossa construção do mundo social são produzidos por um trabalho histórico colectivo, mas a partir das próprias estruturas deste mundo: estruturas estruturadas, historicamente construídas, as nossas categorias de pensamento contribuem para produzir o próprio mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes. É na medida e só na medida em que os actos simbólicos de nomeação propõem princípios de visão e de divisão objectivamente ajustados às divisões preexistentes de que são produto, que tais actos têm toda a sua eficácia de enunciação criadora que, ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída (BOURDIEU, 1989, p. 238).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 traz no art. 215 a garantia a todos do pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e que apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Porém, foi no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que foi reconhecido o direito à propriedade definitiva dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras; assim, cabe ao Estado lhes garantir títulos.

Se a demanda dos moradores para o processo de demarcação em 2010, só veio bem depois da certificação que aconteceu em 2005, como comunidade remanescente quilombola, agora, que lhe é facultada pelo Estado, e que esta se conceitua em observações de diferentes aspectos históricos, geográficos, étnicos e culturais aí compreendidos, “a necessidade de atrelar tal reconhecimento a um ato de nomeação do Estado, no entanto, levou também a

converter aquela subversão inicial em um processo de fixação e cristalização de novas identidades – não só administrativas e legais, mas também políticas e étnicas” (ARRUTI, 2006, p. 122).

2.1 Quilombo dos Palmares

A história do Brasil foi marcada por diversos acontecimentos que se intensificaram a partir do século XV com as expansões marítimas, e foi no processo de colonização do território brasileiro pelos europeus que, segundo Lima (2008), originou-se o problema do racismo, associando o elemento “raça” às conquistas culturais, prática que inferiorizava os povos vítimas desse processo.

Assim, o modelo instalado nesse período estava direcionado à mão de obra escrava, pois as colônias estabeleceram uma estrutura social a partir do sistema escravocrata, como resposta a essa estrutura econômica e social, surgiram os quilombos. Entre tantos no Brasil, um dos que teve maior destaque no cenário foi o Quilombo dos Palmares.

Autores como Carneiro (1966), Moura (1972; 1981; 1993), Décio Freitas (1984), Flávio Gomes (1995) e Dirceu Lindoso (2007; 2011) contribuíram com suas pesquisas e foram de grande importância para a contextualização histórica brasileira, ao se tratar da formação dos quilombos.

É no período colonial que o Quilombo dos Palmares é criado, a partir de um pequeno refúgio de negros escravizados localizado na Serra da Barriga, que tomou força ao passar do tempo. Para Silva (2010), na história contada admite-se que cerca de 30 mil pessoas viveram no platô da serra, transformando-o assim em um “estado autônomo”, que resistiu aos ataques de holandeses, de portugueses e de bandeirantes, perdurando por quase todo o século XVII, dominando território, resistindo aos diversos conflitos e ofensivas batalhas de proprietários rurais e do governo colonial.

Mas, foi a partir do processo de invasão dos holandeses do Nordeste brasileiro, entre 1630 e 1654, que segundo Silva (2014) os quilombos se fortaleceram, pela dificuldade em se travar duas lutas no mesmo território: a luta entre holandeses e portugueses não podia acontecer ao mesmo tempo que aquela a ser travada contra negros fugidos. Ao contextualizar o processo histórico de Palmares, pesquisadores que estiveram no Brasil a serviço da Holanda durante este período também produziram alguns trabalhos e crônicas e nelas incluíam relatos sobre o Quilombo de Palmares.

Ainda que estudos tenham sido publicados nesse período, muito não se escutou sobre o Quilombo dos Palmares de forma positiva, pois havia uma necessidade dos autores no período colonial, que eram das classes dominantes de Portugal e Holanda, registrarem o perigo que esse quilombo representava. Mas, tendo essa origem vinculada a esse contexto histórico colonial, que significados adquire hoje, no século XXI, a palavra *quilombo*?

No período colonial, boa parte das regiões do Brasil ocupou-se em lidar com uma multiplicidade étnica, que foi o verdadeiro extrato das batalhas travadas pela imposição e atos praticados aos povos indígenas e africanos. Assim, como Leite (1999) pontuou, nas diversas situações, índios e negros estavam lado a lado na luta do início ao fim, no processo de ocupação e exploração do continente.

Entretanto, devido ao processo de ocupação e exploração, os quilombos no Brasil surgiram como uma oposição a estrutura agrária colonial. Seguindo autores que trouxeram contribuições acerca do termo *quilombo*, pode-se dizer que esse é polissêmico; é o que Barros (2007), conceitua ao interpretar essa palavra, pois apresenta vários sentidos.

Essa contribuição se deve a autores como Abdias do Nascimento (1980), quando afirmou que o quilombo passa a ser “um movimento amplo e permanente”, e como Kanbegele Munanga (1995; 1996) que, em *Origem e histórico do quilombo na África*, assim define:

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (MUNANGA, 1995, p. 58).

Para o antropólogo africano Munanga, o significado de *quilombo* recupera a relação do quilombo com a África. Ele afirma que os quilombos brasileiros são de tal maneira uma reprodução dos existentes no continente africano:

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar (MUNANGA, 1995, p. 63).

Nessa comparação entre povos brasileiros e africanos, o termo *quilombo* foi utilizado pela primeira vez dentro da historiografia, nos registros do Conselho Ultramarino quando designou o seu significado. E nesse processo histórico, segundo Lima (2008), quando pontua o significado do termo *quilombo* definido pelas autoridades portuguesas, eles foram organizações marginais, que resistiram e configuravam ameaça durante o período colonial à Coroa portuguesa.

Portanto, os quilombos foram uma forma de resistência à escravidão e ao mesmo tempo em que resistiam, formavam-se locais em que se construíram valores ligados à cultura, à religião, à política.

Aquele conceito engessado de *quilombo* que surgiu durante o período colonial, passou a permitir e a influenciar uma geração de estudiosos a partir da década de 70. O fato é que assim como os indígenas, as comunidades quilombolas são oriundas de um processo de preconceito e racismo de uma triste história que marcou a construção do nosso país.

Dentre essa perspectiva, o livro intitulado *Os quilombos e as novas etnias*, Almeida, fez uma crítica ao conceito de quilombo. Em suas pesquisas para uma compreensão histórica através dos fatos, percebeu que o conceito estava sempre ligado ao período colonial, como ele mesmo apresenta em seu texto:

Quase todos os autores consultados, sejam do presente ou do passado – por exemplo do clássico de Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil* – ensaio histórico, jurídico, social que é de 1866, até os recentes trabalhos de Clóvis Moura, de 1996 –, trabalharam com o mesmo conceito jurídico-formal de quilombo (ALMEIDA, 2011, p. 59).

Esse termo *quilombo* surge em outros trabalhos mencionados, na formação de um povo, ligado ao nome agora de Quilombo dos Palmares, na região da antiga capitania de Pernambuco, agora estado de Alagoas.

Em seu estudo, Santos (2008) descreve que o Quilombo dos Palmares surgiu por volta de 1580 e foi destruído em 1695 e que seu nome se deu a partir da grande quantidade de palmeiras que existia na região. Por fim, Palmares estava localizado na região que hoje compõe os atuais estados de Alagoas e Pernambuco, e se constituía por ser um local de difícil acesso devido à inclinação do relevo e à mata fechada.

Assim, o conhecimento sobre Quilombo dos Palmares se estabelece desde o século XVI, quando as matas do Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco estavam sendo ocupadas pela diversidade étnico-racial, ou seja, negros e índios, além de brancos pobres. Para Lima (2008, p. 20), “já no século XVII se tornaram espaço de luta, testemunho do esforço de

homens e mulheres negras escravizadas, e com a participação de índios em migração e brancos pobres e mestiços se rebelaram contra o poderio sesmeiro-escravista da Colônia e do Império”.

Nos quilombos, concentravam-se grande parte dos negros escravizados e outros povos, e tradicionalmente estavam afastados das regiões urbanas, pois ficavam embrenhados nas matas, nas vegetações fechadas. Assim, desenvolveram e organizaram núcleos e se transformaram em centros de resistências.

Ainda que só a partir da década de 70 os estudos sobre o Quilombo dos Palmares voltassem a ser um assunto central, foi a partir desses registros, mesmo que escassos, que conseguimos contextualizar o Quilombo dos Palmares e sua importância no processo de um fato histórico.

O Quilombo de Palmares organizou-se a partir de mocambos que foram núcleos de povoamentos. Para Gomes (2005), mocambo era como um acampamento militar ou pequenas moradias para os falantes das línguas bantu originários da África; e Lima (2008) afirma que macambeiras seria de origem banto, da língua quimbundo, e que significa pequenas cidades. Assim, mocambo e macambeiras têm o mesmo significado e ambos – Gomes e Lima – admitem que o mais importante entre todos os mocambos que existiu foi o Macaco, que estava localizado na atual Serra da Barriga, na cidade de União dos Palmares.

O mocambo Macaco foi um dos mais importantes, porque nele se concentrou toda a atividade administrativa e política contra a dominação colonial, e por ser lá onde morava o principal líder, Zumbi; além de tudo o Quilombo de Palmares possuía a maior população dentre eles.

Um autor que também descreveu o Quilombo dos Palmares foi o historiador e etnógrafo Dirceu Lindoso (2007), que em seu estudo abordou a questão dos mocambos *versus* os quilombos. O autor relata que as comunidades de mocambos que existiam passaram por um processo de evolução dentro do cenário da história social. Segundo o autor:

O Quilombo dos Palmares é um fato histórico difícil de entender, e pelo fato dos preconceitos historiográficos dos que assumiram a tarefa de esclarecê-lo e explicá-lo. É que a criação de uma comunidade de mocambos, e que depois se organizou num quilombo, implica que não se tratou de um fato meramente de fugas de escravos, mas de um enorme fato político, que abalou a estrutura do Estado Colonial. [...] Pois o que se tentou no Quilombo dos Palmares foi mais do que criar um estado de alforria por conta própria, foi criar um estado de nação (LINDOSO, 2007, p. 18 – 19).

O texto acima revela a compreensão do que foram os mocambos e como eles foram importantes para o desenvolvimento do quilombo, e como isso assegurou a formação de uma estrutura social e política para aquela comunidade. Lindoso também destaca o quanto Palmares foi de fato uma ameaça à sociedade da época e como o quilombo sofreu com as diversas tentativas de destruição. Essa tentativa de destruição de Palmares pela Coroa Portuguesa durou muitos anos e se intensificou por volta da década de 1670. Em uma visão histórica da luta em Palmares, Lindoso pontua que:

O simples fato de ser negro, na sociedade colonial, não era condição bastante para lutar ao lado do Quilombo dos Palmares. O fato de ser negro era um dado natural, étnico. Mas para lutar ao lado dos Palmares era preciso ter passado pela condição de membros das comunidades mocambeiras, como condição de vida, e lá ter feito a opção de quilombola. Aí é que aparece a condição de líder de Zumbi (LINDOSO, 2007, p. 74).

Nesse cenário de disputas e na formação de uma nação, bem antes do aparecimento de Zumbi como principal líder dessa luta, acordos foram feitos por Ganga Zumba que governou Palmares de 1670 a 1687. Porém, só depois deste período Zumbi assume a liderança do maior quilombo. Ainda que acordos tivessem sido feitos com Ganga Zumba, o reduto Palmarino continuava resistindo às ofensivas da Coroa.

Diante do novo líder Zumbi, os portugueses tentaram estabelecer uma relação para apaziguar os conflitos no Quilombo dos Palmares, porém o pacto entre Zumbi e os portugueses não foi estabelecido.

Esses comandantes, de fato, preocupam-se com a recusa de Zumbi em negociar naqueles termos, ou seja, a rendição dos não nascidos em Palmares, o confinamento em algumas partes da serra e o pior, a devolução dos negros fugidos dos engenhos que chegassem aos mocambos. Sem acordo, ocorrem novas ofensivas contra Palmares (GOMES, 2005 apud SANTOS, 2008, p. 57).

Assim, os portugueses recorrem e contratam paulistas para um plano de ofensiva a Palmares, e quem comanda esses paulistas é Domingos Jorge Velho. O então bandeirante é contratado pela Coroa Portuguesa para executar a batalha, obter as terras e extinguir o quilombo construído em Palmares. Mas é em 1694, sob o comando do bandeirante Domingos Jorge Velho, que o mocambo Macaco é atingido e destruído, durante a grande guerra que se abateu sobre o Quilombo dos Palmares.

No conflito, o líder nesse período, Zumbi, consegue fugir e tenta reerguer o Quilombo dos Palmares, entretanto com os diversos conflitos, cansaço e perda de muitos de

seus homens, não é possível que o mocambo Macaco se restabeleça, e depois de um ano da queda de Palmares, Zumbi é morto em uma emboscada no dia 20 de novembro de 1694.

Essa história sobre os mocambos e os quilombos que surgiram no Brasil, nos idos dos séculos XVII, começa a aparecer entre as décadas de 70 a 90 do século XX, e em menor escala, antes, quando autores se deixaram permitir, entender e escolher outras maneiras de retratar Palmares.

Textos como: *O quilombo dos Palmares*– Edison Carneiro (1966); *Palmares: a guerra dos escravos* (1984) e *República de Palmares: Pesquisa e comentários em documentos do século XVII* (2004) – Décio Freitas; *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas – século XIX* (1995) e *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul* (2005), de Flávio dos Santos Gomes; *O poder quilombola* (2007) e *A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica* (2011), de Dirceu Lindoso são exemplos disso.

De fato, o que aconteceu foi a revalorização da ideia do quilombo, pois muitos desses textos trouxeram narrativas que foram transmitidas por meio da oralidade, assim se garantiu uma ressignificação, tornando-se uma referência histórica. Para Domingues e Gomes (2013, p. 10), o quilombo foi “um símbolo no processo de construção e afirmação social, política, cultural e identitária do movimento negro contemporâneo no Brasil”.

A ideia de quilombo estava ligada ao processo de resistência ao modelo escravocrata. Então foi a partir do contexto histórico da guerra e ofensivas ao Quilombo dos Palmares, e mais ainda com a morte de Zumbi, que ele se converteu em símbolo de luta e de afirmação de uma herança e busca de uma identidade étnica.

Esse símbolo surge como uma forma de afirmação da identidade histórica relacionada ao que aconteceu no Quilombo dos Palmares, especialmente com a morte de Zumbi, como forma de minimizar o sofrimento. Portanto, foi a partir de 1970, que movimentos surgiram com o objetivo de lembrar esse episódio, lembrando a luta e a expressão de um Zumbi (heroico), contrapondo-se com a data do dia 13 de maio, dia em que se comemora a Lei Áurea (abolição da escravatura) assinada pela princesa Isabel.

Argumentava-se que a lembrança do passado centrada na “heroica” resistência do Quilombo dos Palmares traria uma identificação mais positiva do que a Lei Áurea (abolição da escravatura), até então vista como uma dádiva da Princesa Isabel (SILVEIRA, 2003 apud DOMINGUES; GOMES, 2011, p. 10).

Como pontuou esta autora:

Atualmente, no Brasil, em 20 de novembro é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra, data em que o ícone da resistência contra a opressão da população negra foi assassinado. O dia 20 de novembro é comemorado em aversão ao dia 13 de maio, data em que foi assinada a Lei Áurea que “libertou” negras e negros que ainda se encontravam como escravizados. Essa oposição é em decorrência do dia 20 de novembro ser mais significativo para a comunidade negra, pois revela o racismo existente e a luta da população negra por uma sociedade que respeite os seus cidadãos e cidadãs, pois a data do 13 de maio não desconstrói e repassa a ideia de que a população negra sempre foi passiva ao processo de escravização; as lutas e insurreições negras não são evidenciadas (SANTOS, 2008, p. 65).

Essa configuração histórica se consolidou a partir desses movimentos e permitiu à cidade de União dos Palmares, em especial à Serra da Barriga, sede do antigo Quilombo dos Palmares, passar por uma ressignificação baseada em um contexto histórico diferenciado de aproximação ou de afastamento do que era visto ou analisado devido aos grandes conflitos.

Assim, quando a Serra da Barriga foi tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1985, debates, estudos e pesquisas voltados para as áreas da História, da Antropologia e da Arqueologia, só para citar as mais evidentes, começaram a se intensificar.

É durante o mês de novembro, que a cidade de União dos Palmares se planeja para as festas do Dia da Consciência Negra. E no dia 20, dia com maior movimentação, atrai diversas pessoas de todas as cidades circunvizinhas, adeptos ou não de religiões de matriz-africana, membros de jogos de capoeira (mestres e alunos), estudantes da rede pública e privada, pesquisadores, esfera pública representada pela Secretaria Estadual e Municipal de Cultura, pela Fundação Cultural Palmares, além de membros da prefeitura local, coletivos de danças e outros.

A monumentalização do antigo Quilombo de Palmares e da Serra da Barriga foi de grande importância por possibilitar uma reflexão sobre aos modos, as trajetórias e as narrativas relatadas e as fontes pesquisadas por muitos autores, seja para perpetuar o acontecimento histórico na memória local e nacional, seja para colaborar com o desenvolvimento da cidade de União dos Palmares.

2.2 De fazenda, a povoado – contexto histórico de União dos Palmares

A cidade de União dos Palmares está localizada ao norte do estado de Alagoas e, segundo o último censo, ocupa uma área de 472.825 km² e possui cerca de 66.255

habitantes¹⁸. Ela foi uma das cidades marcadas pelos históricos conflitos que surgiram na Serra da Barriga, mas foi durante o século XVII e XVIII que se ouviu falar do primeiro povoado chamado Cerca Real dos Macacos, e que se estabelecia nas proximidades do Rio Mundaú.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o povoado se estabeleceu com a chegada de um colonizador português, Domingos José de Pino, aproximadamente em 1748, trazendo com ele a imagem da Santa Maria Madalena que ficou em suas terras, na Fazenda Gordo. Segundo Lima (2008, p. 28), “essa configuração delimita o caráter cultural e social característico dos engenhos presentes na consolidação do latifúndio ao logo de todo o Estado”.

O local teve como marco a construção da primeira capela, na parte de terra doada por Domingos J. de Pino. Essa capela, hoje atual matriz da cidade, dá início a uma tradição católica, mas que ainda dividia, à época, com outras religiões, a de matriz africana, por exemplo, o universo das crenças. E como a primeira capela foi dedicada a Santa Madalena, a povoação passou a ter o nome da padroeira.

Segundo a autora, em seu trabalho sobre a origem de União dos Palmares, diz que:

Na trajetória do desenvolvimento do povoado foram vários os nomes adquiridos mediante a alternância de subjugo ao poder da Coroa Portuguesa e o poder da igreja católica, posto que, em 1810, com a construção da capela em homenagem à santa, esta recebe o nome de Maria Madalena. Em 1831 recebe por lei o nome de Vila Nova da Imperatriz em homenagem a Imperatriz Leopoldina, até o seu desmembramento do município de Atalaia em 13 de outubro de 1831, quando assume por lei o nome de Santa Maria Madalena e passa a categoria de padroado.

Em 1890, já reconhecida como cidade, recebe o nome União até 1944, quando a este é acrescentado “dos Palmares”, um tardio reconhecimento ao fato da relevância da existência do Quilombo dos Palmares na região (LIMA, 2008, p. 29).

O nome da cidade nos é explicado pelo IBGE: “União” surgiu a partir de um decreto no ano de 1890, que se caracterizava por ser uma cidade que estabelecia um elo entre as estradas de ferro de Alagoas e Pernambuco. É bem depois, só em 1944, como já citado acima, que a cidade acrescenta mais um nome, “Palmares”, em defesa e homenagem ao Quilombo dos Palmares, afinal foi um dos quilombos que permaneceu por mais tempo, quase

¹⁸ Segundo censo de 2016. Fonte IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 28 dez. 2016.

um século. Só a partir da década de 80, a Serra da Barriga passa a ser visitada no dia 20 de novembro.

Assim, esse território traz as marcas do processo histórico que atravessou, do que aconteceu naquele local. A “Serra da Barriga”, o silenciamento e o esquecimento, desde o extermínio dos quilombolas, estiveram, e ainda estão diretamente ligados às narrativas históricas da Serra e também ao povoado quilombola Muquém.

2.2 A Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém

No artigo intitulado *Conceitos de comunidade, local e região: interrelações e diferenças*, os autores Peruzzo e Volpato (2009) buscaram a aproximação de algumas definições clássicas com reelaborações mais recentes sobre o conceito de comunidade, e se questionam: “O que pode ser considerado comunidade?”. Para responder a essa questão, refletem a partir de um texto de Palácios (2001):

Defende que alguns elementos fundamentais caracterizam uma comunidade na atualidade: a) sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos (PALÁCIOS, 2001 apud PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 143).

Ao analisar a definição, podemos dizer que o Muquém está intrinsecamente definido neste sentido, uma vez que os moradores estão unidos e têm forte sentimento de pertencimento referente às suas origens e às suas terras. Portanto, ainda que essa comunidade e esse território assumam uma determinada postura a partir de um novo contexto simbólico sobre o pertencimento, foram os fatos que aconteceram nos últimos anos que permitiram uma relação e a organização social dos membros.

Assim, pode-se considerar que:

não é que o território não possua mais valor para a comunidade. Ocorre que agora esse território pode ser físico-geográfico ou simbólico. Assim, adquire relevância o sentimento de pertença, já que se pode pertencer à distância. O que está em jogo é a vontade e os interesses dos membros. (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 143).

Esse entendimento dos autores permitiu compreender que comunidade quilombola são grupos formados por membros, relações entre familiares, negros e negras, e que

conseguem a partir do convívio estabelecer uma relação histórica com o antigo quilombo e um sentimento de pertença com território.

Durante minha pesquisa de campo, tentei reconstituir e compreender por meio das conversas com os moradores a formação territorial do Muquém durante esses últimos anos, já que essa parte do presente estudo contextualiza, em um primeiro momento, eventos que aconteceram na comunidade, para que ela se tornasse e se reconhecesse como quilombola e, em segundo lugar, a percepção sobre a existência de conflitos dentro do grupo, a partir das contestações das terras a serem demarcadas, como também a formação das associações e suas trajetórias.

A Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém localiza-se próximo à Serra da Barriga, ao pé do Planalto da Borborema, e encontra-se na zona rural do município, a aproximadamente 4 km da cidade de União dos Palmares.

Trabalhos de autoras como Fernandes (2006), Santos (2008), Lima (2008) e Rocha (2013), que em suas pesquisas fizeram uma descrição a respeito da comunidade quilombola do Muquém, mostram que suas observações foram e são de grande importância nas análises e na apresentação de como vive a comunidade remanescente de um quilombo.

Foi durante as idas a campo na comunidade, e na permanência lá nos fins de semana, que percebi o aumento do número de moradores durante os últimos dez anos, isso se formos comparar aos dados colhidos e fornecidos por Fernandes (2006), que ao fazer um levantamento no Muquém, constatou que ali existiam aproximadamente 500 pessoas, dentre elas 104 crianças.

Essa descrição apontada por Fernandes foi importante, porque já se passaram mais de dez anos da data de realização da referida pesquisa, e a comunidade teve um aumento de cerca de 200 pessoas. Esses dados só foram possíveis, porque durante uma conversa na sede do Posto de Saúde Santa Luzia, localizado na comunidade, a moradora Maria Albertina (diretora do posto, presidenta da Associação dos Remanescentes de Quilombola do Povoado Muquém e artesã) disse que em 2017 o número de moradores era de aproximadamente 710 pessoas. Essa contagem foi resultado do acompanhamento do agente de saúde que mapeou as 180 famílias distribuídas pelo território da comunidade.

A autora traz, ainda, apontamentos a respeito da distribuição das casas e da invisibilidade dos moradores, pela falta de assistência. “Tal percepção pode ser analisada como uma invisibilidade por parte daqueles que não percebem que a grande maioria dos quilombos está ainda passando fome, morrendo, sem assistência à saúde e sem atendimento educacional” (FERNANDES, 2006, p.4). A comunidade do Muquém ainda sofre uma

invisibilidade, algumas vezes pelo acesso que dificulta a chegada ao local, e mais ainda nos períodos de chuva, entre maio e agosto, quando a estrada de barro fica quase intransitável, e o caminho muitas vezes é feito a pé ou de motocicleta.

O trajeto para chegar ao Muquém é realizado através da Rodovia AL-205, em sentido à cidade de Santana do Mundaú. Logo após sair de União dos Palmares, atravessando a Rua da Ponte, à esquerda podemos encontrar o acesso à subida da Serra da Barriga. À direita, passando pelos povoados de Taquarí e Sementeira, já se enxerga a placa indicando o acesso à comunidade do Muquém. Mas é necessário enfatizar que as margens desta rodovia já são território da comunidade e para se chegar à maioria das casas o acesso é por uma estrada de barro, trajeto que também é feito a pé por alguns visitantes e moradores.

Um fator que para os moradores torna importante a vida naquele território é o Rio Mundaú, que passa por trás da comunidade. Dele é retirada a água para o uso diário, para atividades domésticas da casa e, muitas vezes, para o preparo da alimentação, pois só a partir de 2012 a comunidade passou a possuir sistema de abastecimento de água. Ainda assim, os moradores afirmam que passam de 8 a 15 dias sem água, e a única maneira é recorrer ao rio, mesmo que a água não tenha tratamento adequado.

De fato, a comunidade conta dentro de seu território com equipamentos para uso dos moradores, tais como o Posto de Saúde Santa Luzia, construído após 2012. Vale ressaltar que antes o posto de saúde funcionava em uma casa cedida pelo senhor Edson para atendimento de consultas de pré-natal e para as consultas diárias. Conta também com uma casa de farinha, uma escola municipal do ensino básico até o médio, que atende aos moradores da comunidade e povoados vizinhos, um espaço cultural, um forno para a queima das peças artesanais e um espaço ecumênico.

O Muquém já possuía equipamentos para os moradores, mas só a partir de 2012 é que o local foi beneficiado com infraestrutura de novas casas devido ao episódio da enchente que assolou o território da comunidade. Um caso interessante que notei durante a observação em campo foi a formação dessa comunidade por idosos, homens, mulheres e muitas crianças, e mais ainda, é o fato de que boa parte das casas é conduzida por mulheres, já que muitos dos homens, devido à falta de emprego no local, acabam saindo em busca de trabalho em outros municípios e até outros estados. Assim, as mulheres são em número maior na comunidade.

Nas minhas observações em campo, escutei algumas narrativas que davam conta de que a comunidade do Muquém começou a existir, quando o Quilombo dos Palmares foi atacado e destruído, em 1695. Se isso procede, seria possível dizer que a comunidade tem entre 150 a 200 anos, podendo-se crer que o local surgiu por meio dos marcos históricos que

ocorreram durante o período colonial, em especial no período da abolição da escravatura, no final do século XIX, 1888. Como bem enfatizou Santos (2013), quando alegou que a abolição não foi um motivo para que os negros escravizados deixassem de lutar por seus direitos, em busca de melhores condições de vida, fortalecendo-se, principalmente, longe dos grandes centros. Não foi diferente para os moradores da zona rural de União dos Palmares.

A comunidade remanescente de quilombo, assim designada de povo negro, sobreviveu ao passar do tempo e até hoje traz em sua cultura e tradição a produção de cerâmica, o que lhe permitiu a sustentabilidade e renda para muitos moradores do Muquém.

Nos últimos anos o número de artesãos diminuiu significativamente, de quase 85 para pouco mais de dez artesãos de cerâmica artesanal, fato agravado por ser uma atividade realizada pela geração dos mais velhos. Entre os ativos, ainda na comunidade estão D. Marinalva e seu marido Sr. Olério que a ajuda no recolhimento do barro, famosa pelas panelas, cuscuzeiras e utensílios usados para cozinhar, e D. Irinéia, que ficou conhecida pelas suas obras antropomórficas (as famosas cabeças de Dona Irinéia). Após a enchente de 2010, ela decidiu retratar em suas peças um dos episódios que eles vivenciaram na cheia, quando dezenas de pessoas ficaram ilhadas e todas se salvaram, porque subiram em um pé de jaqueira. Além de Sr. Edson e de Dona Geneide (Zena), que também fazem peças artesanais, inclusive imagens de santos e outros objetos, estão também nessa lista a filha de Dona Marinalva, Carmem Lúcia, Aparecida (Fifia), Maria Julieta (Preta) e, recentemente, a partir de 2013, Mônica, uma das filhas de Dona Irinéia, que “tomou gosto” pela arte e execução das peças. Esses artesãos são reconhecidos por seu belo artesanato, assim como outros artesãos que fazem parte desta comunidade, que são Maria das Dores (irmã de Sr. Olério) e a Albertina (diretora e presidenta da associação dos remanescentes de quilombo do povoado Muquém).

Na (FIG. 4) se encontram algumas fotografias que vão desde a retirada do barro no barreiro, até a finalização das peças nos ateliês de alguns moradores. Entretanto, o barro divide espaço com a vegetação que por vezes é utilizada para alimentação de bois e cabras.

As fotografias mostram também (FIG. 4) peças do artesanato feitas por dois artesãos da comunidade, o que se pode notar de acordo com os registros da observação é de como as peças são expostas e de como são confeccionadas.

Figura 4 – Artesanato da comunidade



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2017).

No período da pesquisa de campo não foi notado nenhum jovem que se dedicou a esta atividade e ao conversar com um dos mais novos quilombolas, ele falou que não se interessam em fazer o artesanato, sendo os motivos a dificuldade das vendas e quantidade de tempo e de trabalho que demanda.

Quando se trata de terras e do uso delas, os moradores do Muquém, que ainda não possuem registros da demarcação territorial, ali vivem com suas famílias e não sabem ao certo a dimensão das terras, a quantidade em hectares ou tarefas, vivenciando, assim, um mar de conflitos que os cercam.

Além disso, o uso das terras é pouco compartilhado, apenas uma parte do território, a que eles chamam de “*barreiro*”, região alagada dos córregos da água da chuva, é o que possibilita a todos do Muquém, em especial àqueles que são produtores de cerâmicas (artesanato), a disponibilidade do barro na formação das peças artesanais, como também na alimentação de animais como boi, cabra e galinhas. Esse local fica próximo ao Rio Mundaú e é imprestável para a agricultura.

É a partir dos mais velhos que, em seus registros, as lembranças são passadas de pai para filho. Elas tratam sobre a origem e a formação do Muquém, tentam traçar uma linha genealógica de seus familiares, remetem-se ao pertencimento e à herança das terras.

No contexto histórico sobre a origem do Muquém, as falas dos interlocutores se enchem de fatos, e nelas se percebe o quanto trazem consigo a importância de se contar os detalhes sobre a fundação daquela comunidade. Quase que de forma única, as narrativas sobre essa origem nos direcionam para o fato de o Muquém ter se constituído quando um casal de descendentes do antigo Quilombo dos Palmares desceu da Serra da Barriga e decidiu, como falam os moradores se “*amuquenhar*”, que significa “*esconder-se*” ali.

A versão dos fatos narrados pelo Sr. Edson, morador da comunidade e artesão, remonta a um período sobre as posses das terras do Muquém. Eleito e respeitado quase de forma unânime pelos moradores, é visto como um porta-voz que transmite conhecimentos e informações sobre a fundação da comunidade. É na sua fala que se percebe a cronologia sobre o histórico da comunidade. Outros entrevistados também me passaram informações sobre o Muquém, mas ao conversar com Edson, a narrativa de como as terras foram apropriadas pelos seus familiares, e de como tudo se formou, trouxe mais detalhe. Ainda que essas terras tenham muitas histórias e tenham passado pelas mãos de muitos donos, as falas dos interlocutores foram de suma importância para a compreensão e o desenvolvimento deste estudo.

As terras que hoje fazem parte do Muquém foram um dia chamadas de Fazenda Gorda, e estavam próximas ao mais importante quilombo – o dos Palmares. Segundo Edson, os povoados que faziam parte deste território eram Mocambo, Muquém, Jurema, Caboje, Timbó, Canoas, Anhumas e Santo Antônio da Lavagem. Até hoje, na cidade de União dos Palmares os povoados ou fazendas mantêm esses respectivos nomes.

Essas terras, depois de terem passado por muitos donos, chegaram a ser propriedade de um casal. E é nesse ponto que ele descreve a formação do Muquém. Segundo Edson, as terras passaram a ser de Cassimiro Bezerra da Silva e de Felícia Maria da Conceição. Ainda segundo o morador:

Esse casal arrendaram a propriedade do Muquém ao Basiliano Sarmiento, e aqui o casal tiveram treze filhos: Camila Maria da Conceição; Miguel Bezerra da Silva, esse Miguel aqui também não tem nada a ver com o outro Miguel; conhecido como Miguelã; Antônia Maria da Conceição, Francisco Bezerra da Silva; João Bezerra da Silva (João Doiô); Venâncio Bezerra da Silva; Maria da Conceição (Maria Boi) apelido dela.

– Por que esse apelido: Maria Boi?

Porque era ela doida, solteirona, ela pegava um picarete e tacava na cabeça de um, só bastava olhar para ela, mas olhe cara, guerreira, viu cara, não deixou o Muquém ser invadido não; Santina Maria da Conceição; Cecília Maria da Conceição, Joana M. da Conceição; Tina M. da Conceição; Maria Madalena da Conceição – apelido Coroca; Manoel Bezerra da Silva. (Jose Edson - “Edinho” 52 anos, artesão, 2017).

Assim, é a partir deste casal que a comunidade do Muquém surge, isso segundo o morador, e através deles e de seus filhos é que se dá o pontapé inicial ao desenvolvimento e construção do território. Mas, a questão de como essas terras foram distribuídas é retratada quando Edson fala sobre o histórico das terras e de como elas foram parar na mão de seus familiares.

Com a morte do Basiliano Sarmiento, homem que emprestava dinheiro e mais rico da época, é claro, as terras que pertenciam a ele foram para o governo do estado, por isso o nome da praça em homenagem a ele na cidade de União dos Palmares; só tem a praça em frente à matriz, não tem bojo, nem banco. Mas, o que aconteceu é que as terras de Basiliano ficaram para o governo, e uma outra parte das suas terras foram leiloadas e aonde as terras foram leiloadas se tornou o Muquém, só que meu pai, assim quando eu tinha uns doze, quase uns treze anos, eu não perguntei ao meu pai, quem foi esse senhor tão generoso, que comprou o Muquém e deu ao meu tataravô em escritura passada. Porque as terras que foram leiloadas foram compradas por um senhor o qual não sei o nome, e ele deu essas terras ao meu tataravô, porque esse senhor não achava justo com toda família já instalada no Muquém sair daqui com as trouxas na cabeça sem receber nada, pois se outra pessoa comprasse ele teria que sair daqui sem nada com toda família, e eles iam para onde? (Jose Edson - “Edinho” 52 anos, artesão, 2017).

É entre os moradores mais velhos que essa história sempre se apresenta nos diálogos, ainda que de forma imprecisa, sempre retomam a indicação do Sr. Edson como o guardião da memória deste grupo, quando se fala a respeito dos registros históricos da comunidade. Ainda que a história seja contada pelos mais velhos, um ou outro acaba contando a história de uma outra maneira, embora seja sempre mencionado que os primeiros moradores do Muquém vieram do pé da Serra da Barriga, constituíram uma família e dela o Muquém se tornou, como eles dizem, “uma só família”.

Essa conversa só foi possível devido ao convite que Sr. Edson me fez em uma das visitas, pois como ele estava prestes a sair para um evento na escola, convidou-me para ficar e passar o fim de semana em sua casa e me perguntou se eu gostaria de acompanhá-lo ao evento. Prontamente aceitei o convite e durante a noite que chegava aos poucos, eu ia escutando sobre o Muquém e suas histórias.

Estava eu ali com Edinho, acompanhado de sua mulher Geneide, na cozinha, e pouco a pouco pelas lembranças daquilo que seu pai passou para ele sobre o Muquém, ia me falando sobre a origem da comunidade, sobre a relação dos moradores com o território.

É baseado nesse relato, ao apresentar informações sobre a comunidade, que as lembranças do Sr. Edson sobrevivem ao passado, pois, segundo Bosi (2003) as lembranças só se projetam no tempo presente aquilo que possui um real significado.

O Muquém, segundo os moradores, compartilha de uma história da origem da comunidade por um casal que se “amunquenhou” nas terras que hoje dão nome ao território. Esse casal, ao ter esses filhos, dividiu entre eles as terras, dando posse a cada um, porque as relações de doações das terras eram feitas “boca a boca”.

O Muquém, a minha vó dizia que era um povo que se chamava Muquém, era uma mulher e um homem, daí ficou chamado Muquém, eles moravam aqui assim (apontando para umas árvores que ficam próximas do rio), daqui até aquela casa, mas diminuiu porque tomaram, mas você sabe que não pode, daí ficou conhecida por Muquém devido também da terra de Barriga, porque aqui já pertence a terra de Barriga também (Carmem Lúcia, 55 anos, artesã, 2017).

O que chamou a atenção nas narrativas dos moradores é essa relação que sua memória traz ao construir uma identidade; quando eles falam sobre essa história, recorrem às diversas memórias, assim nos firmamos no conceito de Pollak (1989), que assinala que a memória é uma construtora de identidades. Assim, a identidade do grupo está diretamente ligada a um contexto histórico e a várias narrativas de memórias.

E surgem outros apontamentos históricos. Trago esses relatos para contextualizar esse processo de formação da identidade da comunidade quilombola do Muquém. Uma das moradoras da comunidade relata mais um mito¹⁹:

Eu soube assim que o Muquém levou esse nome, porque os escravos quando fugiam da Serra da Barriga, tinham uma trilha de passar para Pernambuco e eles fugiam por aqui, tudo isso aqui era uma mata fechada, quando eles eram perseguidos, eles fugiam e se escondiam aqui. Ficavam *amunquenhad*os,

¹⁹ Por mito refiro-me aqui à maneira como a moradora assume, como verdadeira, a história que lhe foi contada por seus pais sobre o Muquém, sendo esta, entretanto, uma entre as muitas narrativas sobre a origem do lugar.

ficavam embaixo do mato, escondidos, por isso levou esse nome de Muquém, mas eu também soube que era um homem guerreiro do exército de Zumbi, e escolheu esse escravo para lutar com ele, para lutar para os que vinham derrubar Zumbi e o povo que estava com ele escondido na Serra, os escravos do tempo antigo (Mônica Nunes da Silva, 37 anos, artesã, 2017).

Esses diálogos demonstram a diversidade de todos os moradores ao contar os relatos de surgimento da comunidade. Em uma das falas, um deles já chamara a atenção sobre como cada um pode pensar e falar e contar sua história sobre o Muquém:

Então, cada um que conte sua história, entendeu? Cada um coloque para fora do jeito que quiser. Agora para ser sincero para você com todo respeito, não vá pedir que mande uma camisa de força para você não, porque se não, se for escutar a história de cada pessoa. O mais fácil seria você sair em cada uma família e fazer um roteiro familiar. Se você fazer um roteiro familiar você terá uma conclusão, você vai ter várias famílias de várias germinações. O que posso falar para você em documento é que estas terras daqui foram doadas para o Sr. Cassimiro Bezerra da Silva e Felícia Maria da Conceição. Foram os primeiros germinadores da comunidade Muquém, ninguém desceu da Serra da Barriga, porém na eliminação no dia 06 de fev. No Quilombo dos Palmares não sobrou ninguém foram mortos todos eles, por Domingos Jorge Velho e Antônio Furtado, não sobrou ninguém. Aliás, o único que sobrou foi Zumbi e seu amigo de coração Antônio Soares, a qual fugiram para o Quilombo, pra Viçosa, parece que se chama Dois Irmãos, aonde Zumbi depois voltou para ver se reconstituía o Quilombo, mas o local estava vigiado, quase por um século e meio do rei de Portugal, a domínio do senhor governador Pedro de Almeida que era o governador da época (José Edson Bezerra, 51 anos, artesão, 2017).

E ao seguir por essa história do Muquém, Edilene, filha do Sr. Edson, em uma das visitas que fiz à sua casa, me contou, durante uma de nossas conversas, sobre o significado da palavra Muquém e a relação histórica que conhece:

Existem diversas repercussões da palavra Muquém. Alguns dizem que Muquém era um negro que andava com Zumbi, e aqui já funcionava uma aldeia, aqui na realidade era coberto de mata. Aí com tudo que os negros se alojavam na Serra da Barriga, nas suas buscas por alimento, água, eles para fugirem dos predadores, o homem branco, se alojavam aqui nessa mata virgem. Mas, já outros relatos, diz que o nome Muquém era o nome indígena, como tem Muquém, tem o povoado Taquari, tudo nome indígena. Aí a gente não sabe ao certo de onde surgiu a origem e o nome da palavra Muquém, mas a cultura da comunidade tem uma diversidade e relação de cultura negra da Serra da Barriga, com o índio. Você pode perceber que aqui na comunidade não é só de negro, tem traços de índios também. Você pode perceber que a maioria do povo aqui tem os olhos mestiço, tem gente branca, tem gente do cabelo liso, aqui também se alojavam os índios, por isso essa mistura (Edilene N. da Silva, 25 anos, 2017).

De fato, a fala dela se relaciona muito com o histórico e com o desenvolvimento do território da Serra da Barriga, que não impediu que outras pessoas como brancos, negros

alforriados, índios, entre outros grupos, vivessem ali. Ainda assim, a moradora procura pontuar a semelhança da diversidade que existe dos moradores que vivem no Muquém.

Dona Irinéia contou a história que ela conhece sobre a comunidade:

O Muquém, então para eu falar da comunidade eu falo da Serra, pois os escravos quando brigavam no platô, desciam pelo ‘embô’ que era uma passagem pelas pedras do rio que dava acesso à cidade de Garanhuns – PE e Viçosa – AL onde tinham aldeias de caboclos. Assim, deixaram esse nome de Muquém, porque eles se amuquenhavam pela mata. Esses que passavam pela mata eram os caboclos, e o Zumbi e suas tropas de negros, pois desde que existe a Serra, o Muquém também existe, aliás vem desde o tempo do Zumbi (Dona Irinéia R. da Silva, 78 anos, artesã, 2017).

Já para Mônica, a filha de dona Irinéia, ainda se tratava de uma questão de mistério, porque seus avós não gostavam de falar muito sobre a origem da comunidade. Acredita-se que seja mais por questões de preconceito, porque estavam ligados ao antigo Quilombo dos Palmares, e dessa maneira a história não poderia ser transmitida, como ela mesmo enfatizou em sua fala:

Olha a questão da origem do Muquém como dizia meu pai, os mais velhos não deixavam contar, tinha todo aquele mistério de não contar, de receber o pessoal aqui na comunidade, mas, depois que os mais jovens vieram crescendo vai saindo aquele preconceito que existia antigamente, porque existia muito, porque para ser aqui do Muquém e chegar na cidade, você tinha que não dizer de onde era, porque existia muito preconceito. Antes da enchente tinha um povoado chamado Rua da Ponte, e toda vez que ia alguém para União daqui do Muquém, o pessoal ficava tudo na porta, muitos que estavam ali ficavam gritando olho “*o negro do Muquém*”, por ser do Muquém, e isso acontecia nas escolas também. Isso foi muito antes da enchente. Aí foi quando o negro começou a se valorizar, a se gostar, isso foi acabando. Hoje, não tem mais como antigamente, quem ria da gente os pais e avôs, hoje seus filhos estão na comunidade, precisando de nós, ninguém aqui da comunidade virou as costas para os outros povoados (Mônica Nunes da Silva, 37 anos, artesã, 2017).

Assim como Mônica, alguns moradores me relataram sobre a relação da comunidade com o povo da cidade. Diziam que os moradores de União dos Palmares os destravam, quando dividiam as salas de aulas com moradores da comunidade, e quando eles surgiam na beira da estrada, ao atravessar a Rua da Ponte que dá acesso principal ao município, eram recebidos aos gritos: “*Lá vemos negros do Muquém*”. Essa frase traduz muito a situação que os moradores ainda guardam em suas lembranças de quando eram mais novos e tinham que frequentar a escola de ensino médio na cidade.

Entre as tantas conversas, e no dia a dia com os moradores da comunidade, escutei falar sobre a divisão, aliás, uma subdivisão das partes do Muquém. A comunidade se divide em Muquém de Cima e o Muquém de Baixo e este último também é conhecido como

Povoado Muquém, onde se encontra o maior número de moradores. Outra divisão acontece quando logo após a enchente, a área atingida próximo ao Rio Mundaú passa a se chamar de Antigo Muquém, e o conhecido Muquém de Baixo passa a ser nomeado nas palavras dos moradores como Novo Muquém.

Entre as diversas histórias, encontrei também a que se associa ao que é relatado no *Dicionário Aurélio* (2001, p. 471) a palavra **moquém**, segundo a definição: “sm. Bras. Grelha de varas para assar e secar a carne ou o peixe”, a qual já tinha sido constatada nas conversas de tarde na casa de Sr. Edson, quando ele me falou sobre esse mesmo significado.

O que notei desta investigação e do contato com a comunidade do Muquém é que as histórias a que tive acesso, durante as entrevistas, permitiram-me compreender que os indivíduos compartilham as memórias coletivas e individuais a partir do território, assim como articulam ali o reconhecimento de sua identidade cultural, pois esse território, por vezes, recebe influência do histórico Quilombo dos Palmares, e tal elemento influencia fortemente as relações e os costumes vivenciados pelos moradores da comunidade.

A base econômica da comunidade se baseia no cultivo da cana-de-açúcar de pequena produção, na agricultura de subsistência, e na produção de cerâmica, a qual passou a ser produzida em menor escala devido às modificações nos utensílios domésticos, como por exemplo, a substituição das panelas de barro por panelas de alumínio e do fogão de barro por fogão a gás.

Atualmente, os homens da comunidade trabalham no corte de cana-de-açúcar, na retirada de areia das margens do Rio Mundaú, ou saem em busca de ofertas de emprego em outros estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso. Alguns trabalham na Usina Lajinha ou em trabalhos no centro da cidade.

Para as mulheres que ficam em casa, ou para aquelas que conseguem trabalhar no município, e que, em média, têm de um a três filhos, o trabalho não se coloca como opção, e por isso têm a necessidade de deixarem seus menores na casa de familiares. Entre os idosos e aqueles que não possuem renda alguma, a assistência que possuem é do auxílio do governo, como o Bolsa Família ou a aposentadoria. Ainda assim existem os trabalhos temporários que surgem durante o período de novembro, Dia da Consciência Negra, e os terceirizados pela Prefeitura Municipal de União dos Palmares, que emprega algumas pessoas da comunidade no Posto de Saúde e na escola que fica dentro do Muquém.

Entretanto, aqueles que não estudam ou que não estão trabalhando podem ser notados circulando pelas estradas ou, muitas vezes, no espaço cultural que se localiza no centro da comunidade. Outro fator que notei nas pesquisas é que a maioria dos idosos e dos

adultos é analfabeta, porém esse cenário de analfabetismo tem sido reconfigurado nos últimos quase 30 anos, e as crianças e os jovens ocupam e dividem suas salas de aulas com moradores de povoados próximos como Sementeira, Taquari, entre outros que ficam na subida da Serra da Barriga.

Ainda contextualizando sobre a comunidade, não se pode deixar de lado um assunto sobre o qual eu mesmo antes de conhecê-la e de fazer maiores incursões no território me perguntava, pois sempre relacionava a ligação de uma das manifestações religiosas com os membros da comunidade. Acreditava naquilo que durante anos me foi ensinado nas escolas e até mesmo no dia a dia, entre os familiares, o senso comum, e que me passou a convicção de que as comunidades quilombolas e seus moradores estavam ligados a religiões de matriz africanas. Assim, a ignorância não afastou; ao contrário, permitiu uma aproximação para um maior conhecimento sobre os moradores do Muquém e de como eles vivenciam as questões religiosas.

A comunidade possui um centro ecumênico, porém observei que os moradores possuem traços significativos do catolicismo: recorrência de símbolos e imagens nas casas, no nome dado ao posto de saúde, festas realizadas para alguns santos de devoções, também da prática da reza de terços nas casas de alguns mais idosos, da realização de missas durante os eventos e nas festas dos padroeiros, embora a comunidade não faça do catolicismo a única crença ali.

Na casa de Dona Irinéia, encontra-se em sua sala de estar, que foi improvisada para se transformar em um lugar para culto, uma igreja evangélica. Além dessa, outras presenças de religiões foram se mostrando durante minhas visitas, adeptos da umbanda e do candomblé, conselheiros espirituais (mesa branca), curador, porém o fato de existirem curandeiras na comunidade é silenciado. Isso só foi possível de saber porque uma das minhas entrevistadas me disse que existem duas curandeiras, porém entre elas a de idade mais nova não compartilha da informação sobre esse dom entre aqueles que visitam, não tornando pública a sua identidade de rezadeira. Apenas a mais velha admite que reza e que faz cura em pessoas que precisam.

A construção de um altar para colocar a imagem de uma santa chamou-me atenção enquanto pesquisador e até mesmo dos próprios moradores que não sabiam o real significado daquela estátua que fora doada e colocada no altar. O local escolhido foi ao lado do espaço cultural, essa construção iniciou-se em 2015, e lembro que quando cheguei ao Muquém, em minhas primeiras observações, soube que um conflito sobre a escolha de um local no terreno

para a construção de um altar para ser colocada a imagem de uma santa estava acontecendo. Após a escolha, o altar foi finalmente construído.

A imagem de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi doada pelo Sr. Edson B, historiador, e que desde a graduação, e mais ainda durante as décadas de 80, já conhecia e tinha um apreço pelos moradores da comunidade. Suas pesquisas e seus trabalhos foram relacionadas à Serra da Barriga, antigo local do Quilombo, e à própria comunidade. Então, a doação da santa foi como o pagamento de uma promessa, e segundo ele, a santa possui uma relação com a comunidade de origem quilombola e o povo negro.

2.4 Associações e conflito

A comunidade decidiu se organizar a partir de 1992 e fundar a primeira associação dos moradores, com o objetivo de defender os interesses de todos os associados. Não consegui os dados das pessoas que faziam parte da associação desde sua fundação, apesar de meus esforços, mas com o passar do tempo, a comunidade cresceu e os objetivos, interesses e conflitos também.

Atualmente, na comunidade do Muquém existem duas associações: a primeira formada em 1992 com o nome de Associação dos Remanescente dos Pequenos Produtores de Quilombo do Sítio Muquém. Somente após a certificação da comunidade (em 2005) e o reconhecimento como comunidade quilombola, passou a ser chamada de Associação dos Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém, que atualmente (2017) tem como presidenta a moradora Maria Albertina Nunes, conhecida por todos como Albertina, quilombola e artesã.

Após a enchente de 2010, a demarcação das terras passou a ser uma reivindicação de uma parcela dos moradores que fazem parte da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém, que acionaram órgãos do poder público. Então, o INCRA e a Defesa Civil participaram dessas mediações de início com os moradores, para que fosse possível se realizar o estudo para a demarcação das terras ocupadas pela comunidade quilombola.

Isso aconteceu porque muitos dos moradores não tinham para onde ir, já que aproximadamente sessenta casas foram atingidas pelo rio Mundaú. Devido ao episódio, a União do Estado de Alagoas concedeu um financiamento para a reconstrução de casas através do Programa Minha Casa, Minha Vida em parceria com a Caixa Econômica Federal. Enquanto as casas não estavam prontas, foram montadas barracas de lona, pelo governo do Estado para abrigar os moradores.

Paralelamente ao processo de reivindicação da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém, de 2010 a 2012, moradores se reuniram no sentido de contraposição, formando assim um segundo grupo que não compartilhavam da ideia, da demarcação e do uso de terras coletivas no Muquém.

Nesse contexto a recém criada Associação Ádapo Muquém Remanescente Quilombola, aliada a um grupo de moradores que defendia a revogação para o processo e titulação das terras do Muquém. Na concepção desses moradores que faziam parte da nova associação, caso o processo fosse a andamento para o estudo e elaboração do relatório antropológico, os moradores que tivessem maiores porções de terras “entre quatro ou mais tarefas”, dividiriam o uso da terra com aqueles que não tinham terra alguma.

Assim, a nova associação Adapo, formada em 2010, mas com execução a partir de 2012, que tem pouco mais de sete anos, teve, no começo, como presidenta, Maria das Dores de Oliveira Cavalcante, conhecida como (Dorinha), e que de 2016 para 2017 assumiu a pasta de Secretária de Cultura do município. Em 2017, devido aos afazeres como secretária, passou a presidência da Associação para outra moradora do Muquém, Joelma Dias Nunes.

Essas associações disputavam entre si e discordavam quanto à demarcação. Enquanto a maior parte dos moradores que integravam a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém defendia a demarcação, a Associação Ádapo Muquém Remanescente Quilombola foi criada com o propósito e assegurar que o processo de demarcação territorial que encontrava-se em andamento, não seguisse adiante.

As terras do Muquém, desde a sua formação, sofreram com a diminuição do território, muitas vezes devido à apropriação das terras por famílias abastadas e também pela tomada da terra para uso de pesquisa para base experimental de plantação. Mais de 20 hectares que estavam localizados nas terras dos quilombolas, atualmente, pertencem a uma família que ocupa cargos políticos; outros 48 hectares que também faziam parte das terras, hoje são do Estado, sendo nessas terras que funciona a base experimental de plantio de árvores frutíferas, mas desses, 48 hectares foram comprados por um senhor que estabeleceu moradia na comunidade. Essas terras encontram-se ocupadas com plantio de cana-de-açúcar e agropecuária.

Segue um quadro composto mediante os dados levantados durante a inserção em campo do processo de titulação da comunidade e o pedido para demarcação das terras, como também a anulação do processo.

Quadro 1 - Andamento do Processo para titulação

Quadro de Andamento do Processo para Titulação das Terras da Comunidade Quilombola do Muquém	
Data	Assunto
19/05/2005	Certificação da Comunidade pela Fundação Cultura Palmares
18/06/2010	Enchente
15/08/2010	Reunião realizada com os moradores 'pedido de titulação'
16/02/2012	Reunião com o INCRA e moradores, esclarecendo sobre o processo para a demarcação e titulação das terras
Sem data na ata	Reunião de pedido de anulação de desapropriação, identificação, delimitação, desintrusão, demarcação e titulação do território

Fonte: Levy Felix Ribeiro (2017)

O objetivo da construção de uma associação para a comunidade, segundo Albertina, é:

Então, o objetivo de fundar a associação era que nós éramos pessoas isoladas da sociedade e foi em 1993, quando entrou o prefeito Iran Menezes, e ele achou que só daria certo trabalhar com a comunidade se tivesse uma associação, para assim tentar correr atrás, buscar, procurar os objetivos da comunidade. Foi aí que a gente fundou a associação o primeiro nome era Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Muquém e só no ano (2006) passou a se chamar Associação dos Remanescentes de Quilombo do Sítio Muquém. Com um ano de fundada, conseguimos trazer a casa de farinha para melhoria da comunidade, o colégio... os primeiros objetivos foram esses. (Albertina N. da Silva, artesã, diretora do Posto de Saúde e presidenta da Associação, 2017).

Nas conversas com Albertina, perguntei se eles sempre se aceitaram como quilombolas, quando pensaram em formalizar a associação para os moradores, e ela me respondeu que:

A associação antes se chamava Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Muquém, quando foi recebido o título 'o reconhecimento', aí passou a ser, Associação dos Remanescentes de Quilombo do Sítio Muquém. Como eu era presidenta da associação, a gente sentou com a comunidade, junto com a menina da Secretaria de Maceió e o Sebrae, que deu um suporte pra gente, vê se dava certo esse nome. Se a gente for realmente quilombola mesmo ou descendente, foi aí que veio esse nome remanescente. E a gente não mudou logo assim o nome da associação. A gente procurou o prefeito, o

advogado, mas para haver a mudança a gente teve que chamar todos os sócios, para vê se concordava, porque era assim depois da gente ter o nome quilombola a gente ia ser reconhecido, pois num é todo mundo que se aceitava, porque tinha gente que dizia ‘não eu não quero que me chame de negro’. Hoje a gente não tem mais esse problema” (Albertina N. da Silva, artesã, 2017).

Na fala da moradora Edilene, ela ressalta esse receio e o preconceito e de se aceitar ou de se declarar como quilombola:

Olha, aqui antes ninguém se reconhecia como comunidade quilombola, e eu vou lhe dizer a verdade: tem gente aqui na comunidade que não gosta de ser tratado como quilombola. Tem gente aqui que diz que odeia ser quilombola, tem gente que tem esse preconceito, se você falar, vai ficar com raiva. Aí eu vejo aqui em União dos Palmares, Serra da Barriga e Muquém sede do berço da civilização da cultura negra (Edilene N. da Silva, 25 anos, merendeira, 2017).

Na fala de Paulo:

Pois eu já tenho orgulho, porque eu já sabia pelas minhas coroas dessas coisas indígenas, os negros, os índios, ter essa coisa na veia. Porque eu faço parte da comunidade, eu sou de União dos Palmares, mas hoje eu faço parte da comunidade. O pessoal do Muquém são pessoas boas, porque se você procurar na cidade você não vai encontrar alguém com esse dom de fazer o artesanato, e isso é cultura, é tradição, como o Edinho, como Marinalva e outros daqui. A maioria do povo aqui se aceita como quilombola (Paulo, 32 anos, coveiro, 2017).

Almeida (2008) já teria dito em um dos seus trabalhos que:

O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado.

Aliás, foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão “tradicional” de relações políticas (ALMEIDA, 2008, p. 30).

Seria mesmo a responsável pela visibilidade da comunidade a fundação da associação, assim como a melhoria de vida para os moradores. Baseando-se na fala da moradora quando era presidenta da associação, os membros da comunidade não se reconheciam como negros e como quilombolas, até que a associação passasse a ter um novo

nome e um suporte de promoção e logística dos setores do Sebrae, da Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas e do Município de União dos Palmares.

Logo após a certificação da comunidade em 2005, os moradores procuraram direitos os quais a Constituição e o Decreto de 2003 lhes garantiam, mas para isso a comunidade deveria entrar em contato com todos os moradores, para explicar o sentido da demarcação dessas terras, e que elas seriam de uso coletivo. Os moradores do grupo étnico deveriam assim procurar uma instância ou agências que pudessem os ajudar com o processo.

Assim, a relação do histórico da comunidade, a partir de 2006, ganha uma valorização, mas isso só lhe é permitido quando a moradora, como presidente e os membros da associação se reúnem com agências políticas, dando a eles a nomeação, que já é deles por direito.

2.5 O processo da titulação das terras

O processo para demarcação territorial foi acionado pelos moradores por meio da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém. Para essa demarcação, antes de dar entrada, os moradores se reuniram com a única associação, fundada em 1992 por Albertina Nunes, que existia até o ano de 2010. Quando isso aconteceu, já fazia cinco anos de certificação pela Fundação Cultural Palmares. Então, entraram em contato com a associação para que o processo pudesse iniciar.

As reuniões sobre a demarcação me possibilitaram saber quem estava presente e quais eram os principais temas a serem abordados e por quem, e como esse processo estava sendo articulado entre as associações.

Na primeira ata, redigida por Aline Delmiro Nunes, a data prescrita é de 20 de junho de 2010, porém segundo ela informou, a data real da reunião é de 15 de agosto de 2010, na qual estavam presentes a presidenta Albertina e aproximadamente 130 moradores da comunidade.

Segundo o texto da ata, a reunião teve como objetivo a “titulação da comunidade”, e os moradores, enquanto grupo, pediam a titulação das terras. No decorrer da reunião, Edinho falou sobre quais eram os limites que o Muquém fazia com outros territórios, e os mais idosos que ali se encontravam confirmaram esses limites. Após a fala do morador, a presidenta questiona se todos estão de acordo com a titulação das terras. Ainda segundo a ata, todos os membros que ali estavam presentes aceitaram o que foi proposto, muitos assinaram e aqueles que não sabiam assinar se identificaram com o carimbo do polegar.

Com essa primeira reunião, o início para a elaboração e contato com Incra é formalizado pela presidenta da associação, Albertina, porém isso só foi possível depois de dois anos após a enchente, porque os moradores estavam dividindo barracas de lonas entre familiares, já que muitos residentes perderam suas casas.

Foi marcada uma nova reunião com os membros da associação, um representante do Incra, mais uma pessoa da Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela certificação das comunidades quilombolas, e duas antropólogas que foram convidadas para explicar como e quais seriam os procedimentos para a demarcação das terras da comunidade do Muquém. No dia 16 de fevereiro de 2012 estavam presentes os moradores do Muquém, Sr. Gabriel Arruda, chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário do Incra em Alagoas; a Sra. Gesinete de Lucena Sarmiento, coordenadora e representante da Fundação Cultural Palmares; a coordenadora do projeto Ana Claudia Rodrigues da Silva e Juliana Nicolle Rebelo Barreto, antropólogas da pesquisa. Gabriel apresenta quem são as responsáveis pelo projeto para elaboração do relatório antropológico e o que seria executado na comunidade.

A representante da FCP mostra o processo da demarcação, como ele é elaborado, e depois as antropólogas mostraram como seria pensado. A partir da trajetória das pesquisas, esboçaram os elementos para construção do relatório, e essas apresentações possibilitaram para os moradores esclarecimentos sobre como funciona esse processo. Nessa reunião, notei que poucos moradores estiveram presentes.

Enquanto havia toda essa mobilização para a possível demarcação das terras, logo após as pesquisas e os levantamentos para a construção do relatório, uma parcela da comunidade começou a se mobilizar para não querer mais essa demarcação, pois acreditava que isso diminuiria as terras daqueles que possuíam mais do que outros.

De uma forma ofensiva, como as casas estavam sendo construídas para abrigar os moradores da enchente, a formação de uma nova associação iria e foi de encontro com esse pensamento da demarcação das terras, o que gerou certo incômodo e ainda problemas de disputas para a ocupação das novas casas, que ainda estavam sendo finalizadas e seriam entregues em 2013.

Nesse período de 2011 a 2013, algumas reivindicações foram feitas pelos moradores, como melhores condições de moradia e acesso aos programas sociais. Eles atearam fogo em galhos e pneus, paralisando a rodovia, no trecho da AL-205 no KM-3. Membros do Incra e polícias foram ameaçados pelos moradores, assim como esses sofreram uma opressão das esferas públicas.

Com as reivindicações a pedido dos moradores, a Associação do Ádapo começou a se formar e a trazer membros para essa luta visando à paralisação do processo de demarcação das terras quilombolas. Na última ata, redigida sem uma data no texto, o objetivo da reunião com os membros do Incra e os moradores da comunidade – agora com duas associações, porém apenas uma encontrava-se ativa em 2010 – diz que cerca de 70% dos moradores estavam pedindo a anulação do processo de demarcação.

Um trecho importante na ata relata que:

A comunidade não aceita terra coletiva; não acha viável o processo, devido à quantidade de terra a ser inserida, pois não seria suficiente para que as famílias tirem sua sustentabilidade das terras. Pois, quem tem seis, quatro ou três e etc. ficaria, na fala da comunidade, sem nada e também não aceita a terra ser regida pelas associações²⁰.

Essa última reunião contou com mais de 150 moradores que assinaram, dando assim a finalização do processo para a não demarcação das terras da comunidade quilombola do Muquém.

A nova associação, nomeada Ádapo Muquém Remanescente Quilombola foi criada pouco depois da enchente, em 2012. Mais uma associação dividiu os interesses da comunidade, enquanto a de Albertina e seus membros, alguns, estavam interessados no processo de demarcação e titulação, a de Maria das Dores, mais conhecida como Dorinha, não compactuava com esse interesse. Assim, as associações viviam em conflito nesse período, dividindo os interesses dos moradores da comunidade, uns querendo a demarcação e outros não, o que gerou um certo desconforto para todos.

Edson narrou o que aconteceu em uma das reuniões com o Incra e explicou o porquê:

Nesse período da turma do INCRA, veio o Gabriel, Elias e uma outra moça, foi no tempo que a gente fechou a rodovia, que eu andava até com dois facões. O que acontecia? O cara vinha aqui com uma fita metro na mão, media minha casa e dizia sua casa vale X, está com dezoito anos que eu estou fazendo essa casa. Eu não sei o quanto já gastei nessa casa, como é que vêm um cara que nunca colocou um tijolo aqui, vai saber quanto custa minha casa, aí entra a questão de honra. Olha meu parceiro, coletividade, já falei pra você, é pra os índios, que já nasce no sistema da coletividade, vão trabalhar juntos, vão pescar juntos, vão tirar lenha juntos, dorme junto. Então, os índios são coletivos, a terra é pra trabalhar, mas a gente negro é sangue de Zumbi, é foice, é machado, é sangue, é o sangue descendo e a gente brigando. Aí já mais eu Edinho, ia pegar a única herança que meu pai deixou, a única propriedade que ele tinha mais ciúme, partiu e deixou eu aqui tomando conta, porque meus irmãos estão uma parte em São Paulo. Aí

²⁰Texto retirado conforme Ata da reunião de nº3 na Comunidade de Remanescente Quilombola do Muquém (2012), que se encontra no final desta dissertação em anexo.

eu ia passar de morador que eu posso gritar a hora que quiser, e ser dominado e inquilino do Inca, e em cima do meu calcanhar uma associação, meu parceiro, é voltar a escravidão de novo. (grifo nosso). (José Edson Bezerra, 51 anos, artesão, 2017).

Esse apontamento que Edinho faz em sua fala nos faz refletir sobre a breve comparação entre índios e negros, mas, acredito que seja mais numa relação de saber que os grupos étnicos independentemente do contexto histórico, estão e foram marcados por processos que caracterizam cada grupo.

É necessário trazer uma reflexão de como trabalhar e do que se espera encontrar em comunidades quilombolas e indígenas, assim como outros grupos que existem por outros estados, pois, cada comunidade tem sua peculiaridade e necessidade, e não pode ser tomada nota e comparada sobre a vivência de outros grupos que se permitem compartilhar do território coletivamente.

O que o faz pensar que o negro não compartilha com o grupo seria pelo contexto histórico e a comparação segue, quando ele traz elementos de força e brutalidade em sua frase *“a terra é pra trabalhar, mas a gente negro é sangue de Zumbi, é foice, é machado, é sangue, é o sangue descendo e a gente brigando”*. Assim, conota uma certa resistência, alegando aquilo que os antigos quilombos passaram durante anos, a resistência das guerras e o sofrimento. Mas será que também aos índios não foi imposta tal situação?

De fato, essa resistência se encontrou nas questões territoriais, quando ele não aceitou, enquanto morador, herdeiro de terras de seus pais, compartilhar as terras com os moradores que não as possuem. Então, a necessidade de negar a coletividade com o grupo, e afimar mais ainda, o sentido e a relação de pertencimento com o território.

Outro conflito entre as associações são as disputas e as relações que são mantidas para que as coisas aconteçam na comunidade. A necessidade de estar na associação para liderar e propor objetivos é algo também que permeou os conflitos entre os membros das associações. Edinho falou sobre o que aconteceu durante esse período:

Em 2011, pela rejeição da Dorinha, porque Albertina não aceitou, porque a Albertina falou que a Dorinha era muito esperta pra o lado das questões de dinheiro, aí não aceitaram ela na associação. Por mim tinha aceito, mas, enfim, não aceitando foi até bom porque ela criou a outra, e com isso deu força pra gente lutar juntos. A associação dela deu força, e porque a Dorinha não era besta de perder a moradia dela desse jeito, porque ela ia sair voando, o Inca ia comprar a parte dela e ela teria que sair, porque só ia ficar no Muquém quem fosse descendente, quem fosse tercerizado ia sair do

Muquém, só ia ficar os enraizados aqueles que tivessem casados com alguém da comunidade.

Com o Incra aqui dentro, a Albertina cresceu com termo assim, porque ela ia ficar como uma líder. Aí ela teve medo da outra menina entrar, por a Dorinha ser mais desenrolada, a galega, ser mais comunicativa, entendeu? E ela perder o posto de ser a gestora do Muquém. Hoje eu faço parte da comunidade da Albertina, desde o início, e pelo motivo de expulsar o Incra aqui, junto com a Dorinha e com as outras pessoas, Albertina me expulsou da associação, entrei na justiça e ficou dois anos bolando, aí o juiz me deu a causa, ainda bem que o juiz não era do Muquém. Porque toda vez que eu ia pra audiência, um doutor chamado Paulo Cavalcante chegava pra o juiz e falava a comunidade não aceita ele, porque ele só fala palavra pornô na reunião da associação, dizia que eu só acabava com briga, mas não era não. Eu só queria saber e perguntar ao Incra, o pessoal como vai ficar as coisas das terras. Aí eles criavam tumulto pra acabar a reunião e não queriam me responder. Aí toda vez falava isso na frente do juiz. A associação funciona e nós somos a parte, nós somos associados, mas os artesãos são independentes, livres das associações, somos associados, mas em trabalho não. (José Edson 'Edinho', 55 anos, artesão, 2017).

O que esses conflitos geraram foi um desconforto para os membros das associações, em geral para os moradores, pois o processo para demarcação foi anulado, por não fazer sentido algum dar continuidade nesse assunto, uma vez que os quilombolas ali do Muquém não encontravam uma relação de coletividade entre eles.

A discussão pela titularização das terras não seguiu os trâmites legais, pois seria necessário que os moradores aceitassem a inserção dos membros do Incra responsáveis para a pesquisa e para construção do laudo. Contudo, como os moradores não aceitaram, o que aconteceu foi o arquivamento imediato da proposta. Dessa forma, a comunidade só possui a certificação como comunidade quilombola, mas não detém a posse da terra.

Ao conversar com o membro do Incra e responsável pelo processo durante o período das visitas em 2010, ele falou o que aconteceu, para que a titulação não fosse possível:

O que aconteceu foi que o Incra foi chamado para resolver questões territoriais, a gente foi chamada pela Fundação Palmares. Então, o Incra fez inúmeras reuniões, mas eles não quiseram. Então, existia um grupo que tinha terra e um outro que não tinha nada, esse grupo que tinha um pedacinho de terra não queria abrir de jeito nenhum (Elias de Medeiros, Gestor do Programa Quilombolas em Alagoas, 2017).

Segundo Elias, e de acordo também com falas dos moradores, o que aconteceu foi que, logo depois da certificação, com o episódio que assolou boa parte da comunidade em junho de 2010, ao ser acionado, o Incra tomou nota, indo até o Muquém, mas com as novas visitas ficou claro que uma parte dos moradores não compartilhava com essa ideia de titulação da terra, pois alguns moradores possuíam terras herdadas, e alguns não tinham terreno algum.

Então, não concordavam com a distribuição das terras por partes iguais, pois aqueles que tinham mais terras ficariam com partes iguais daqueles que não tinham terra alguma.

Edilene, filha de Sr. Edinho, falou também da dificuldade de se manter uma conversa com as associações: “Eu faço parte, mas no momento eu estou afastada, faço parte da Associação da Ádapo do Muquém, que é da Dorinha, hoje eu estou afastada, sabe por quê? É muita desunião, aí eu preferi me afastar, e hoje é outra diretora” (Entrevistada Edilene N. da Silva, 25 anos, 2017)

Observamos o que diz Silva (1995apud BRASILEIRO; SAMPAIO, 2002, p. 88):

a fim de nortear os processos de identificação e de caracterização das comunidades negras remanescentes de quilombos presentes na cena nacional, a saber: priorização das categorias de autoadscrição e de autodefinição dos interessados; ocupação fundada em apossamento secular de terras; existência de uma base geográfica comum a todo o grupo, invariavelmente sem titulação nem inventários formais de partilha; convivência regulada de modo geral por normas consuetudinariamente construídas; organização do trabalho em unidades familiares; autodenominação como “terras de preto”, “remanescentes de quilombos”, “comunidades negras rurais”, “mocambo”, “quilombo” ou termos análogos que apontem para uma etnicidade predominantemente negra; relativa harmonia do grupo com os recursos naturais disponíveis em seu território. Sugere, ainda, como parâmetros de atuação do Executivo nos processos de reconhecimento e emissão de títulos às comunidades negras rurais, a observância de certos procedimentos, dentre os quais destacamos: competência da Justiça Federal para apreciar todo o processo, com possibilidade, em caso de conflitos; de instituição de medida cautelar em benefício das comunidades negras rurais; em terras públicas, para a emissão do título coletivo de propriedade, considerar como suficiente parecer favorável da Fundação Cultural Palmares – Minc e laudo antropológico elaborado por perito indicado pela Associação Brasileira de Antropologia; para definição dos domínios territoriais em foco, deverão, ser necessariamente ouvidos os beneficiários diretos do ato de reconhecimento.

No processo para a demarcação do território, logo após o grupo étnico se autodeclarar e obter o certificado da fundação, o próximo passo é a ocupação das terras que lhe são por direitos fazer o pedido e dar entrada no Incra para a aquisição das terras.

Pensar nessa identidade que os grupos étnicos afirmam, é pensar que eles compactuam com o local, com o seu território, com a experiência de estar no Muquém rodeados de serras, onde nos períodos de chuva se tem a sensação de estar em campos verdes, cheios de árvores, próximos ao Rio Mundaú. Os moradores mais idosos, em especial o Sr. Edinho, Sr. Raleiro, Dona Irinéia falam do Muquém como parte de membros da família, “esse nosso lugar”, que tantas vezes escutei deles; parece que plantaram suas raízes ali.

Além disso, as narrativas dos moradores mais velhos parecem dar lugar aos documentos históricos; a memória do grupo tenta construir até aonde a comunidade vai, seus limites territoriais, suas fronteiras, as relações de parentescos, os casamentos entre primos; e ainda se reconhece como marcadores de tempo da memória do território os pés de jaqueiras – que para eles se tornaram sagrados, por resistiram à enchente, local onde aproximadamente 50 pessoas ficaram ilhadas durante toda uma noite, tornando-se, por isso, uma metáfora para uma espécie de segunda chance na vida –, o contato com o rio, o uso do barro para a confecção das peças artesanais feitas por alguns moradores mais velhos.

O dia a dia no Muquém se tornou mais próximo de mim do que eu esperava. As conversas ultrapassaram as calçadas, à espera do almoço, como também pelo café da tarde. Mas o próprio Arruti (2006, p. 231) já teria demonstrado em sua pesquisa, que mesmo com essa contingência evidente obrigou-o a avaliar os fatos, a refletir sobre suas relações que são consideravelmente diferentes das leituras e dos textos que ele teria se dedicado.

A construção desse território, deste lugar de pertença é percebida nos discursos, nas atas das reuniões, mas o contato com os indivíduos é o que afirma esse discurso. As histórias, que aos poucos fui conhecendo, tomaram impulso sobre uma legítima aceitação do lugar, como também da ocupação desse território identitário.

A nova construção e o remanejamento da comunidade foram executados pelo Ministério Público, a Defesa Civil e a Prefeitura de União dos Palmares que prestaram serviços logo após a cheia. As famílias desabrigadas ficaram em barracas até que começassem as construções das casas, o cadastramento e a entrega. Os moradores construíram um espaço feito de barro, no qual eles colocaram alguns pertences. Aqueles que não foram atingidos se solidarizaram, acolhendo assim alguns familiares e amigos.

O cadastramento para receber as casas logo após a enchente era de prioridade para os atingidos moradores, mas muitos não conseguiram se cadastrar por motivos até hoje desconhecidos. Joelma, moradora do Muquém, acredita que seja por questões políticas, porém outros que há anos nem moravam na comunidade foram cadastrados e receberam casas. Para alguns, o caso foi ocupar as casas mesmo não conseguindo se cadastrar, pois corria o risco de ficar sem lugar para morar.

3“A MINHA HISTÓRIA É ESSA AQUI” – TÃO PERTO DO RIO MUNDAÚ E FOI TUDO MUITO RÁPIDO

Eu estava no dia da enchente. Eu fui ao Muquém, estava lá conversando com Albertina, eu sempre fazia trabalhos lá, e nessa época era pela universidade, e fui lá falar: “Olha Albertina já estou indo”, e já estava chovendo bastante, o rio estava enchendo. [...] saí de lá para almoçar no Pita que é aquele restaurante perto da comunidade e quando eu ia passando próximo Chesf²¹, aquelas pedras já estavam cobertas, quando eu passei isso era três horas da tarde. Na ponte, a água já estava batendo, olha que é altíssimo! Eu saí e vim para Maceió no meu carro. Quando eu cheguei na Polícia Rodoviária Federal, ali já estava cheio d’água, porque o Rio Cana Brava passa ali próximo. Quando eu estava chegando próximo da Usina Lajinha, a Albertina ligou para mim chorando: “Professor, o Muquém está sendo arrasado”. Isso era umas cinco horas da tarde e quando eu cheguei em Murici, ela ligou chorando dizendo que ia morrer, pedindo socorro-a eu liguei pra Maceió avisando da cheia, quando eu liguei pra o bombeiro, ele disse que já estava avisado, mas não tinha o que fazer, já estava tudo alagado. Ali em Murici aquela baixada já estava toda alagada. Minha sorte foi que já tinha passado. Foram três dias sem circular ali naquela região, porque estava tudo alagado. Depois que ela ligou pra mim, só consegui falar com Albertina dois dias depois.

Do jeito que ela falava, ela morreu, mas o que aconteceu foi que muitos conseguiram chegar na jaqueira, e sobreviveram. Como a água vinha do rio, então ela vinha chegando e todos iam percebendo. Se fosse a noite, todo mundo não tinha se salvado; a sorte foi que a enchente aconteceu pela tarde.

Quando a água estava na ponte, a água já tinha atingindo o galpão, porque o rio era bem próximo, [...] grande parte da comunidade foi para a parte alta e conseguiram fugir. Não sei se você viu a antiga escola, porque as famílias que moravam perto dali, já não conseguiam sair. Veja, ali próximo à antiga escola você tem uma parte elevada e ali já estava alagado, então, o jeito foi ir para a jaqueira.

Quem acredita em milagre, sabe!

Veja só, muitas jaqueiras e coqueiros foram arrancados com a força das águas, e a *jaqueira* não foi arrancada, a semana seguinte eu fui lá, uma calamidade pública e as árvores todas arrancadas. (Zezito de Araújo, professor de História, 20 de set. 2017)

Esta epígrafe acima faz parte de uma narrativa partilhada por moradores do Muquém e/ou pessoas que testemunharam “a enchente de junho de 2010”, que assolou municípios do Agreste e Zona da Mata dos estados de Pernambuco e Alagoas. Assim, na última parte deste trabalho estão algumas das memórias sobre esse momento vivenciado, sobretudo como essas

²¹ CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

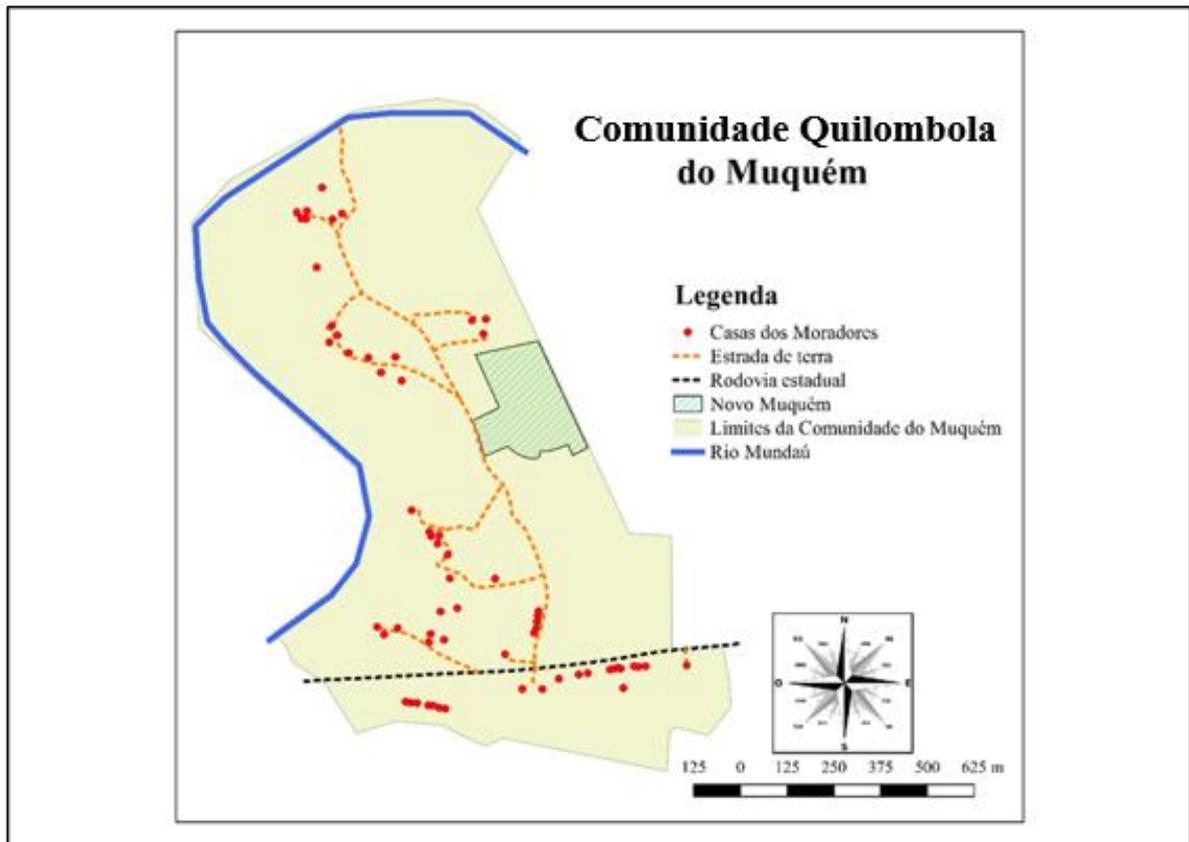
pessoas foram atingidas, as percepções das mudanças no território e como impactaram suas vidas e as relações sociais entre eles. Também procuro compreender quais foram os papéis dos agentes públicos e como foi (e se foi) se acentuando o processo de (re) organização social com a construção das “casas do conjunto”.

Na comunidade do Muquém depois de tanto insistir sobre um assunto que parecia ter sido deixado de lado, pelos moradores, se tratando da questão da não demarcação territorial de suas terras, eu me permiti ser guiado sob a orientação do “olhar”, “ouvir” e “escrever”. Seguindo assim as estratégias de Oliveira (1996), “mergulhei” no assunto “enchente”, o que parecia me deixar mais à vontade, pois as conversas com os moradores fluíam a cada semana em campo. Para isso, foi necessário ter apoio nas memórias dos interlocutores, na perspectiva de elaborar um texto constituído por fatos e experiências vivenciadas, uma vez que a memória é uma das maiores testemunhas dos acontecimentos. A palavra *enchente* parecia fazer parte de um coro em uma só voz nos diálogos com os interlocutores.

Entre aqueles com os quais conversei estão: a senhora Irinéia, artesã conhecida por confeccionar as famosas cabeças de cerâmica; o Sr. Edson; Carmem Lúcia; Maria da Dores; Joelma; Albertina Nunes; Maria das Dores (Dorinha) e aqueles que de prontidão me permitiram escutar sobre os acontecimentos da enchente de 18 de junho de 2010. Ao descrever na pesquisa sobre as percepções daqueles que foram atingidos pela catástrofe, podemos dizer que para alguns foi: “enchente”, “tragédia”, “um castigo de Deus”, ou até mesmo a “natureza mostrando sua força”. Mas deve-se considerar que a maioria dos moradores retrata esse dia como “enchente”.

Em uma breve reflexão sobre o que aconteceu aos moradores, é necessário compreender qual a área atingida e onde se localiza. Assim, segue o mapa que mostra as casas dos moradores, a estrada de terra que dá acesso ao Novo Muquém, como também por onde o Rio Mundaú passa cortando e dividindo as terras da comunidade, e os limites que a comunidade faz com os outros povoados.

Figura 5 - Comunidade Quilombola do Muquém – União dos Palmares/AL



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2016).

O mapa construído foi resultado do levantamento das visitas de casa em casa, durante as observações em campo. Essa figura foi necessária para apresentar as vias de acesso às casas, como também para entender melhor a configuração do espaço, pois existia um número maior de moradores na área que foi afetada pela enchente, diferente da atual configuração das casas, localizadas no trajeto da rodovia estadual AL-205.

Ao pensar em escutar as percepções dos atingidos pela enchente de 2010, busquei um contato com aqueles que estiveram nesse episódio, como também aqueles que ajudaram os moradores no episódio. Não diferente de outras comunidades, os cenários para as conversas muitas vezes foram no seio de suas casas, na cozinha, outras na sala, varanda e quintais, onde a descontração do diálogo era dividida com a lembrança e a perda de uma parte das suas vidas que estavam ligadas ao território, suas casas.

3.1 Tudo mudou com a enchente – Antigo Muquém ao Novo Muquém

Era final de tarde no dia 18 de junho de 2010. “Tão perto do Rio Mundaú e foi tudo tão rápido” (Dona Irinéia, 2017), quando a água começou a subir e invadir a Comunidade Quilombola do Muquém. De fato, esse dia foi um marco para os moradores da comunidade, então tentei reconstruir por meio de um mapa o que era o antigo Muquém, mas, isso só me foi possível a partir das falas dos moradores e das idas ao local atingido. A maioria eram casas de “taipa”, que foram levadas pela força da água.

Eram aproximadamente 60 casas que ficavam próximas ao Rio Mundaú, contando ainda com uma escola, uma casa de farinha e um galpão de artesanato. Tudo foi afetado e mais de 50 casas foram derrubadas pelas águas da correnteza do rio e aquelas que permaneceram em pé, ainda hoje ao se visitar pode-se notar a marca de água que chegou a quase um metro e meio, fazendo com que os moradores saíssem às pressas e se refugassem em pontos mais altos da comunidade, ou em árvores. As casas que margeavam a estrada de barro e davam acesso ao rio, ficavam uma próxima as outras, cerca de dez metros de distância; outras se localizavam mais distantes às margens da rodovia estadual e também foram atingidas, mas não como as que estavam próximas.

Um aspecto que chamou atenção foi a mudança dos termos utilizados como já citados no capítulo dois. Trago isso mais uma vez no sentido de perceber a mudança que aconteceu no dia a dia das famílias. A palavra “sítio”, recebe a partir da (re)construção das casas depois da enchente, o nome de “Comunidade ou Povoado”. Mas, seria assim uma imposição dos órgãos da Defesa Civil e Secretaria de Infraestrutura do Estado, que no período estabeleceram uma reconfiguração de sítio para comunidade.

No cotidiano dos moradores já não se escuta o nome “sítio” e durante a visita ao professor Zezito, ele me chamou atenção em observar essa mudança:

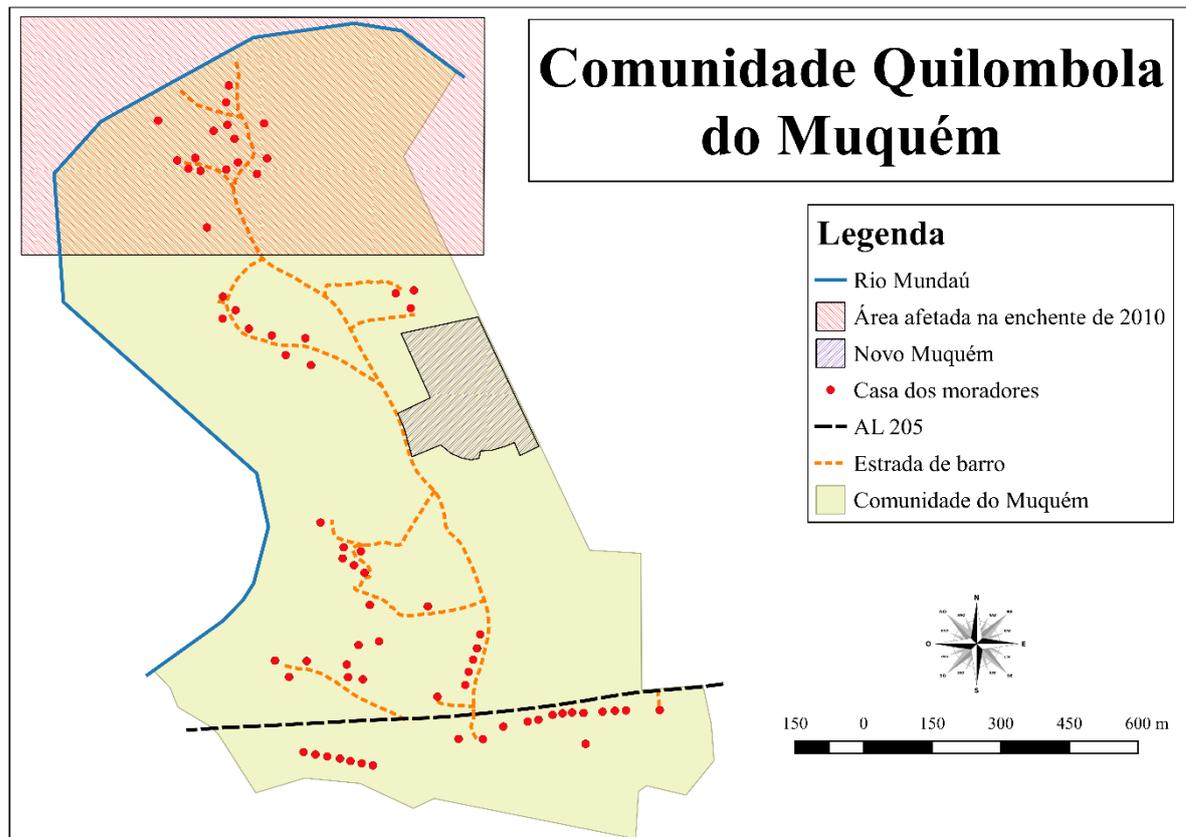
Interessante você falar isso, porque é muito importante pra questão da identidade do grupo, porque quando eles falam isso, do Sítio do Muquém para comunidade do Muquém, está estabelecendo em outras palavras o seguinte: impuseram de fora para dentro, um nome que não era nosso, porque com o nome veio outras práticas, e outros valores, eu digo com o nome de Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém vieram outras práticas, outros valores, outras relações que a própria certificação deu pra comunidade. Isso mexeu na organização, na forma de pensar, de entender o que é ser negro. Por outro lado, foi bom porque eles incorporaram e, quando eu iniciei os meus contatos e meus trabalhos com os moradores do Muquém, eles não faziam nenhuma ligação de Muquém com a Serra da Barriga, nenhuma ligação, inclusive nem conheciam. Isso é até natural, porque a

população de União não conhece e nunca valorizou. Então, geograficamente eles estavam isolados, o mundo deles era o quê? Era a feira de União e o Muquém, eles não tinham um outro contato (Zezito de Araújo, professor de História, 2017).

De fato, o termo **comunidade** pareceu dar novo sentido, e essa imposição de fora para dentro possibilitou que os moradores partilhassem de uma vida urbana, digo isso, no sentido da própria construção das casas – as casas ficaram mais próximas interferindo na privacidade; e o convívio com novos vizinhos, pois a reorganização implicou em novas relações sociais, como também o uso da terra para o plantio, pois com a diminuição do espaço muitos ficaram impossibilitados de plantar, alguns se deslocavam para fazer seu plantio na terra que foi interditada pela Defesa Civil. Contudo, o professor Zezito traz que o fato da certificação trouxe também aos moradores do Muquém “novas” trocas de valores e práticas em seu dia a dia.

Na figura seguinte pode-se ver o local que foi mais afetado pela subida da água do rio, e as casas que foram derrubadas, algumas ainda podem ser encontradas em pé, porém a Defesa Civil logo depois da enchente achou adequado interditar essas casas. Além disso o risco de novas enchentes acontecerem não está descartado. Assim, na figura procurei descrever na legenda como era e como passou a ser a Comunidade Remanescente Quilombola do Muquém. Vale ressaltar que os pontos em vermelhos marcam as casas.

Figura 6- Comunidade Quilombola do Muquém – Área atingida pela enchente



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2016).

Para se ter uma noção de como era e como ficou o Muquém, trouxe a seguir algumas fotografias tiradas durante o período de campo, desde o acesso da entrada para a comunidade, como também fotos que foram cedidas pelo Inca das casas que foram atingidas pela cheia, e também de *sites* que durante a enchente fizeram reportagens sobre o acontecimento.

“Para o município de União dos Palmares, a enchente foi algo que mudou o cenário da comunidade do Muquém” (Izabel Padilha Maia Gomes, 50 anos, diretora do Museu Palácio Floriano Peixoto, 2017) e também dos moradores das margens do Rio Mundaú. Um exemplo é a Rua da Ponte, acesso que liga o centro urbano de União dos Palmares aos Povoados da Sementeira e Taquari, que durante a enchente foram interditados. Assim, o único meio de chegar à comunidade do Muquém foi pelo rio, mas isso só depois de quase dois dias, quando a água começou a diminuir, entre a sexta-feira, 18 de junho de 2010, até a segunda-feira, dia 21 de junho, impossibilitado o local de receber qualquer tipo de ajuda.

Figura 7 - Acesso estrada de barro do Muquém

Fonte: Levy Felix Ribeiro (2015)

Essas fotografias acima mostram o acesso principal à comunidade, porém as casas que ficam à margem da rodovia estadual fazem parte também do Muquém; os moradores intitulam “Muquém de Cima”. A estrada para a comunidade possui cerca de 1 km de distância e não é pavimentada, dificultando em períodos chuvosos chegar ao Muquém de Baixo ou Novo Muquém

As fotografias a seguir são referentes a dois períodos: a figura 10 é uma foto da comunidade bem antes de acontecer a enchente e na figura 11 já se vê que as casas não existem mais, pois foram destruídas com a enchente e com o tempo.

Figura 8 - Estrada de acesso para o Antigo Muquém (antes da cheia)



Fonte: disponível em: <www.jmarcelofotos.com>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

Figura 9 - Estrada de acesso para o Antigo Muquém (depois da cheia)



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2017).

Figura 10 - Antigo Muquém – Casas atingidas pela cheia de 2010



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2017).

Figura 11 - Casa derrubada pela enchente



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2017).

Figura 12 - Área atingida pela cheia – casa próxima a antiga escola



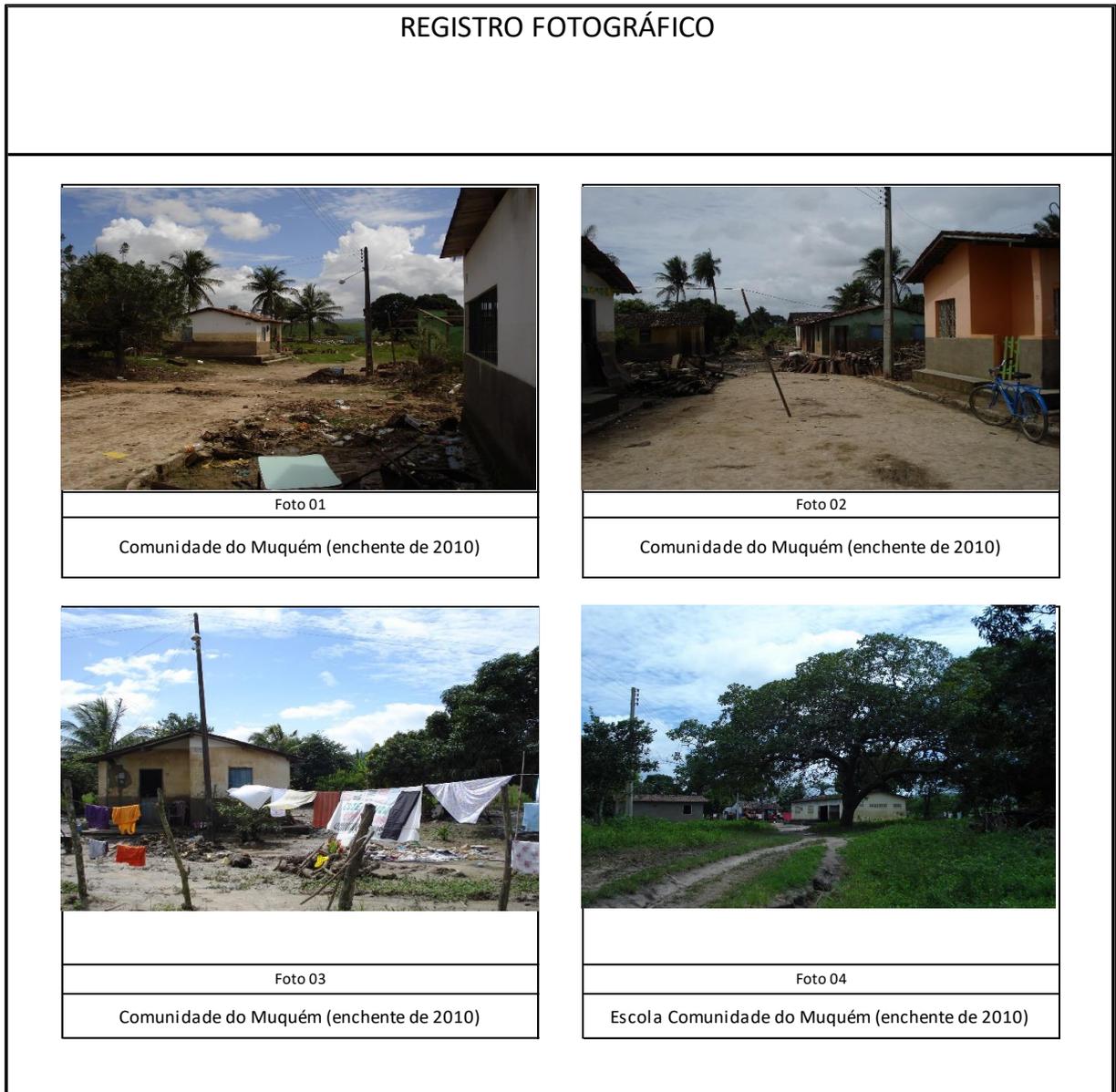
Fonte: Levy Felix Ribeiro (2017).

Figura 13 - Casa atingida pela cheia



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2017).

Figura 14- Casas atingidas pós a enchente de junho de 2010



Fonte: Incra (2010).

A comunidade do Muquém é constituída por 120 casas que foram construídas pela Defesa Civil, além das outras edificadas pelos próprios moradores. Tem um espaço cultural para atividades de lazer: como aulas de dança afro, reuniões, capoeira, coco de roda, quadrilhas para as crianças, jovens e velhos, uma fornaria (local onde as peças de artesanato de alguns artesãos, são feitas, como também, é espaço para deixar as peças secarem), um PSF – Programa Saúde da Família, uma caixa d’água, que segundo alguns moradores foi desperdício de dinheiro, uma vez que água que vem do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) não tem força suficiente para chegar ao topo da caixa. Assim, todas as casas

que estão na comunidade possuem água encanada diretamente da cidade de União dos Palmares, como também fossas sépticas. A comunidade ainda possui dois bares, uma Escola Municipal por nome de Pedro Viera da Silva, um espaço religioso ecumênico e duas associações.

3.2 Da enchente trago memórias

Cada grupo se divide e se contrai no tempo e no espaço. Nessas sociedades surgem outras tantas memórias coletivas originais, e por algum tempo mantêm a lembrança de eventos que só têm importância para elas, mas interessam tanto mais porque seus membros não são muito numerosos. É fácil ser esquecido numa grande cidade, mas os moradores de uma aldeia não param de se observar, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo o que se pode observar em fatos e gestos de cada um, porque eles reagem e influenciam toda essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Nesses meios, todos os indivíduos pensam e se lembram em comum. Cada um, é claro, tem seu ponto de vista e em relação e correspondência tão estreitas com os dos outros que, se suas lembranças se distorcem, basta que se ponham no ponto de vista dos outros para endireitá-las (HALBWACHS, 2003, p. 100).

A enchente marcou drasticamente a vida dos moradores da Comunidade de Remanescente Quilombola do Muquém. E esse acontecimento que muitos não esperavam evidenciou para os moradores uma nova organização social, um novo modelo de viver, as relações com os familiares, as disposições das casas. Assim, mais do que um fator natural, a enchente impactou diretamente a comunidade do Muquém, pois houve uma modificação do espaço, surgindo um novo significado para aqueles que compactuam com as diferentes narrativas. Assunção (2016) enfatiza que assim é importante também compreender a partir da enchente uma reconfiguração social da comunidade.

Dessa forma, trago narrativas de uma parcela dos moradores, esses que presenciaram e tiveram suas casas levadas pelas forças das águas, como também outros nomes que apareceram no andamento dos trabalhos de campo; alguns não vivenciaram o acontecimento durante, e sim o pós-cheia. São os casos da ex-secretária de Turismo do município Izabel Maia e o professor Zezito que no dia da enchente estavam em União dos Palmares; o professor naquele dia 18 de junho pouco antes do rio alagar o antigo Muquém, tinha acabado de sair da comunidade.

Ao visitar o local da área que foi atingida pela enchente em 18 de junho de 2010, escutei falar pelos moradores (lá no Antigo Muquém) assim que retratam o território que sofreu com aumento das águas do Rio Mundaú. No dia 10 de agosto de 2017, na comunidade do Muquém, parei numa encruzilhada, e vi uma senhora vindo em minha direção. Perguntei

se precisava de ajuda, pois nas mãos traziam um balde com sacos de nylon e na outra um enxadeco (ou enxidão). Ela me questiona o que estava fazendo ali. E apresentei e segui pela trilha que era dividida por um córrego d'água que se dirigia ao Rio Mundaú e do outro lado, uma espécie de alagado com vegetação rasteira. Acompanhei a senhora até o meio do barreiro, local de onde eles retiram a argila para fazer o artesanato, e pergunto qual era o nome dela:

Sou uma das filhas de Dona Marinalva e Sr. Olério da comunidade, mas vamos chegando moço, cuidado aí onde pisa. Se não quiser se melar, pode ficar aí, não precisa entrar no barreiro. Sei que o senhor não está acostumado, mas preciso tirar o barro, eu fico aqui até meio dia ou até antes (Carmem Lúcia, 2017).

Após poucos minutos, uma senhora se aproximou e foi falando com Carmen Lúcia, perguntando quem vai vir buscar o barro dela, ou ajudar ela a levar os sacos. Ela falou que seus meninos viriam buscar e eu interrompi como curioso, e questionei quem era ela e qual foi o local atingindo pela enchente em 2010:

Meu filho, isso aqui tudo. Chamei tanto por Deus e por todos que se esqueceram, nesse momento com tanto avião no mundo, não teve ninguém que chegasse para pegar a gente. (Maria das Dores, artesã)

Minha sobrinha estava grávida de 4 meses e ela estava na jaqueira, ela estava pendurada e seu pé já estava ficando dormente; isso das seis da tarde até o outro dia umas quatro da manhã. Eu também estava lá doente de virose, a virose me pegou, sem beber e sem comer. Nossa sorte, dessa noite, foi que não choveu mais, minha sobrinha logo cedo quando olhou para o lugar da nossa casa, notou que minha casa tinha ido embora, pelo menos eu não fui.

Eu até chorei quando vi cair na hora (fala da casa da tia Maria das Dores) (Carmem Lúcia, 2017).

Notei que Dona das Dores, como é conhecida, não hesitou em contar o que aconteceu naquele dia de chuva; falou do período entre julho e agosto na cidade de União dos Palmares:

Olha, tinha muita gente passando mal, se você visse o desespero. Por que o senhor não esteve aqui para falar da enchente em 2010, só vem agora?

Comadre 'Biu' botou para morrer no pé de jaca, aí a cunhada dela a Vera, tinha chegado até um filho dela de São Paulo, "ô minha gente me dê água", e ela bebeu água da cheia, água não! Barro puro, bem que eu não queria que ela bebesse, ainda pedi: "Vera beba não"! (Maria das Dores, artesã, 2017)

No relato de Maria das Dores e Carmem Lúcia pude notar como se entrelaçam uma gama de sentimentos, predominando o abandono, quando se referem aos aviões, Deus, quando pergunta onde estive que não fui antes e ainda o agravante da sobrinha grávida. São formas de lembrar e reivindicar, intuindo uma narrativa que enfatiza o descaso, sendo o episódio da jaqueira um marco, reeditado e narrado de forma heroica.

A queda da casa assistida lá de cima, a observação direta, (des)materializando ali o abandono do Estado, do pesquisador, de Deus. Porém, diante da lama que o grupo se reinventa, tomando para si a atenção do Estado, de onde alguns tiram sua existência tiveram suas casas de “barro” levadas por um grande volume de água e barro; a lama levou e renovou o lugar e as relações, assemelhando-se aos homens caranguejo de Josué de Castro (2010), parafraseado pela Banda Nação Zumbi, em um processo de desorganização para se organizar, “da lama ao caos e do caos a lama” (1994).

Aos poucos ora Maria das Dores, ora Carmem Lúcia me falam do que era o antigo Muquém, e ao falar de nascimento, questionei a Carmem quanto filhos ela tinha.

Tenho meu filho, repare: em casa mesmo eu tenho Raquel, Ana Lúcia, Luciana, Jaqueline, Juliana. A que está em São Paulo é Dima, mas Dima já é filha de um outro casamento e tem Antônio, Juliano e Luciano, tudo são nove. (Carmem Lúcia, 2017).

E muita coisa mudou, pois, para construir essas casas o governo comprou as terras do pai da Dorinha, o posto funcionava na casa de Edinho que é meu primo, mudou a casa de farinha e as casas. Foi tudo destruído, pois muita gente não tinha condição de fazer uma casa, pois morava aqui um em cima do outro. Meu filho, faz tempo que tento se aposentar e não consigo, tenho uma dor no joelho, mas mesmo assim tenho que tirar barro para vender e ganhar um trocado” (Carmem Lúcia, 2017).

Não é tarefa fácil para os moradores retirar o barro, que em meio a lama, constatei o esforço dessas mulheres, quando meus pés coçavam e afundavam a cada movimento, mas o relato dessas moradoras foi de suma importância, principalmente Carmem Lúcia que estava dentro de um poço, não muito fundo, aproximadamente um metro de profundidade, com o enxadeco em mãos, pouco a pouco ia retirando o barro e colocando dentro de um balde e um saco de nylon. Ofereci ajuda, pois se intercalava entre a retirada do barro e as respostas, enquanto sua tia Maria das Dores voltara a espantar o gado em meio ao barreiro.

Em outro momento de trabalho de campo, no dia 21 de setembro de 2017, em uma das conversas com a moradora Edilene filha de Edinho, a tristeza não foi diferente ao relatar o que aconteceu naquele dia da enchente:

Olha, minha casa quando eu morava com meu pai, a nossa casa não foi atingida, mas essa parte de baixo, que era a casa do povo, até a parte da minha vó e minha bisavó, Dona das Neves. Hoje ela é falecida, ela só não morreu no dia da enchente por causa de mim, porque eu trabalhava na feira como feirante. Eu sempre gostei de trabalhar cedo, não era por falta de dinheiro, porque graças a Deus em casa nunca faltou o que comer e vestir, mas você sabe que quando chega numa certa idade, quando você quer voar, você quer dinheiro.

Aí saí a pé para a cidade às cinco da manhã, mas naquele dia estava uma chuva, aquela chuva. Aí meu fio, quando não pensa que não, eu pedi a minha patroa a Di: “Deixa eu ir embora?”. Ela me liberou, eu voltei para a União de pé numa chuva, nesse tempo eu não tinha bicicleta, não tinha moto, estava sem dinheiro do moto táxi. Aí quando cheguei em casa, minha mãe disse “Edilene tua vó está no pé da jaca, escanchada lá, e não quer subir, porque está com pena de perder as coisas”.

Falei para minha mãe: “Eu vou e vou trazer ela”. Quando eu passei pela estrada aqui para ir para lá, a água já estava no joelho, quando cheguei na casa dela eu disse a vó, vamos embora daqui, e ela ainda estava na casa dela, não queria vim, e o rio enchendo, eu vim trazendo ela, uma veia gorda, baixinha, quando chegou no meio, aqui, ela disse: “Oh minha filha, eu não aguento mais não”. Eu disse que se fosse para cair, caía nós duas, se fosse para chegar no lugar mais alto eu só chegaria com ela. Ela pesada com a bengala dela, fui puxando, puxando, quando eu cheguei era umas sete e meia, gritei pela minha tia, minha tia veio e levou ela para casa de pai. Foi a maior felicidade para mim, minha vó e meu avô, muita gente.

Mas, a maior tristeza que tive foi quando vi meus primos e meu avô, no pé de jaca, porque você escutava o barulho das casas, cada tronco, árvore, só Deus para salvar aquele povo. Nós passamos a noite aqui na parte alta, três dias ilhados, sem nada e com fome, a ponte tinha caído, minha mãe tinha feito feira, ela foi que deu assistência ao povo, minha mãe e minha prima. A enchente trouxe muita miséria e tristeza para o povo, mas em compensação trouxe riqueza, porque se não fosse isso muita gente até hoje estaria morando em casa de barro, porque não tínhamos condições de fazer uma casa de alvenaria, e tinha uma ou duas famílias que moravam numa casa só.

Muitos trabalhavam no corte da cana, então o povo depois da enchente muitos dos moradores reviveram, porque ganharam casa pronta, móveis, assistência com cesta básica. Então, essa enchente para o povo não trouxe prejuízo, o povo foi bem estabelecido. (Edilene N. da Silva, 25 anos, 2017)

No dia 19 de setembro de 2017, Izabel Maia Gomes que assumia a pasta da Secretaria de Turismo no ano de 2010, na gestão do prefeito Areski Damara de Omena Freitas Junior– mas conhecido como “Kil”, contou do desespero que foi a enchente, mesmo ela não morando na comunidade, mas nas proximidades:

Eu vivenciei a enchente, porque quando houve a enchente em União dos Palmares, a gente começou a se organizar para fazer a devida assistência. Quando eu cheguei na prefeitura e como eu já tinha mais contato com a comunidade quilombola, porque eu tinha uma percepção muito grande do

atrativo turístico na comunidade, aí acabei me apegando no sentido de ajudar a comunidade, acabei tendo uma relação muito próxima.

Quando cheguei na prefeitura, estava um caos, tudo muito horrível. Aí falei para o prefeito daquela época o Areski, o Kil, “o que é que eu posso fazer?” Ele me pediu pra ligar os rádios amadores, porque estávamos sem energia elétrica toda cidade, sem comunicação de celular, depois que eu conseguir sintonizar os rádios eu pedi ao prefeito pra ser liberada, pra ir em busca do pessoal do Muquém, isso já no domingo. Você tem alguma notícia? O Kil até falou que só recebeu notícia até duas horas da manhã no celular, a enchente foi na sexta à tarde, que a energia caiu e a comunicação cessou e a gente ficou sem contato, até porque a ponte tinha sido atingida, então eu fiquei com o Muquém, pois, cada secretário ficou com um povoado.

Mas, então, como chegar no Muquém? O acesso pela rua da ponte não dava, porque ela tinha caído e aquela rua da ponte foi totalmente destruída. Só para você ter uma ideia, meu irmão ficou preso na fazenda Anhumas que fica perto da comunidade. Aí pensei como eu ia passar? Peguei o pessoal do Exército, tinha uns caminhões, porque os dormentes, ‘os trilhos’, da transnordestina foram envergados, foi uma força da água! A única forma pra se chegar ao Muquém era pelo rio, e isso já era no domingo, no sábado a gente não conseguia, então fomos de caminhão pela BR até a margem do rio. Pegamos aqueles botes de resgate, o rio tinha baixado um pouco, só que ainda existia muita correnteza, aí conseguimos atravessar. Quando cheguei no Muquém, não tinha chegado ninguém.

Fui eu, três pessoas do Exército e um menino que a família dele era do povoado do Taquari. Quando cheguei lá na comunidade foi um desespero, eu por dentro dos matos, querendo enxergar algo, as casas e não tinha mais casa, era um rio. A rua onde tinha casa se transformou num rio que era só lama, e a primeira coisa que vi foi à casa de Dona Irinéia que tinha parte dela ainda em pé. Aí saí chamando se tinha alguém por ali, aí foi que ouviu o Sr. Antônio gritar ele respondeu: “estou aqui”. Quando eu cheguei eles estavam no quintal em cima de um feixe de lenha que eles guardam pra queimar os barros, Dona Irinéia, ele e mais outras pessoas. Aí, Dona Irinéia veio me contar que só se salvaram umas 70 pessoas, na jaqueira, que tinham crianças pequenas até senhoras de 60 anos pendurados na jaqueira. O único contato era a luz do celular e quando eles conseguiram falar com o pessoal lá do alto, porque eles foram avisados logo cedo, era umas três da tarde, por isso que graças a Deus todos se salvaram, porque saíram logo cedo das suas casas. Uns foram pra parte alta do Muquém, onde hoje está o Posto de Saúde, na casa de Sr. Edson, pois os outros não acreditavam que ia acontecer. Os moradores já passaram por enchente, mas essa foi uma tragédia veio carro, veio árvore, veio tudo, não foi normal. (Izabel Padilha Maia Gomes, 50 anos, diretora do Museu Palácio Floriano Peixoto, 2017).

3.3 Um divisor de águas – Enchente de 2010

Amigo meu camarada,
Me desculpa cidadão,

Isso é logo, é o “Raleiro” homem de disposição;
 Vai fazer para vocês no meio de São João
 Mas no dia dezoito no meio de São João
 Deu uma cheia tão grande que doeu meu coração
 Um pedaço do Muquém desceu sem ter perdão
 Um bocado do Taquari, uma parte foi embora
 Lavou a rua da ponte desceu tudo na hora
 A rua do Jatobá, ela também foi embora
 A rua da Cachoeira, e ela desceu também
 O coitado do João Lira é um cidadão de bem
 Um pedaço da Lajinha desceu no rio também
 Mas no dia dezenove fui contar minha história
 Eu peguei padrinho Cícero e sair no mundo afora
 Oh, coitado do Raleiro (...)

(Sr. Raleiro)²²

Em 18 de junho de 2010, quando o nível do rio subiu seis metros, invadindo ruas e casas causando um estrago nas cidades dos Estados de Pernambuco e Alagoas, no total 26 cidades foram atingidas e 15 delas decretaram estado de calamidade pública, 26 pessoas morreram, 607 desaparecidas e 73 mil desabrigadas²³. Em Alagoas, as três cidades que mais sofreram com a enchente foram União dos Palmares, Rio Largo e Branquinha. O cenário, segundo os moradores ficou irreconhecível: casas destruídas e muitas pessoas desabrigadas. Em União dos Palmares, uma região que é chamada de Jatobá, que dá acesso por uma ponte à Serra da Barriga e para comunidade do Muquém cerca de mil casas foram completamente destruídas, o número de desaparecidos e atingidos só não foi maior, porque a enchente foi durante o dia.

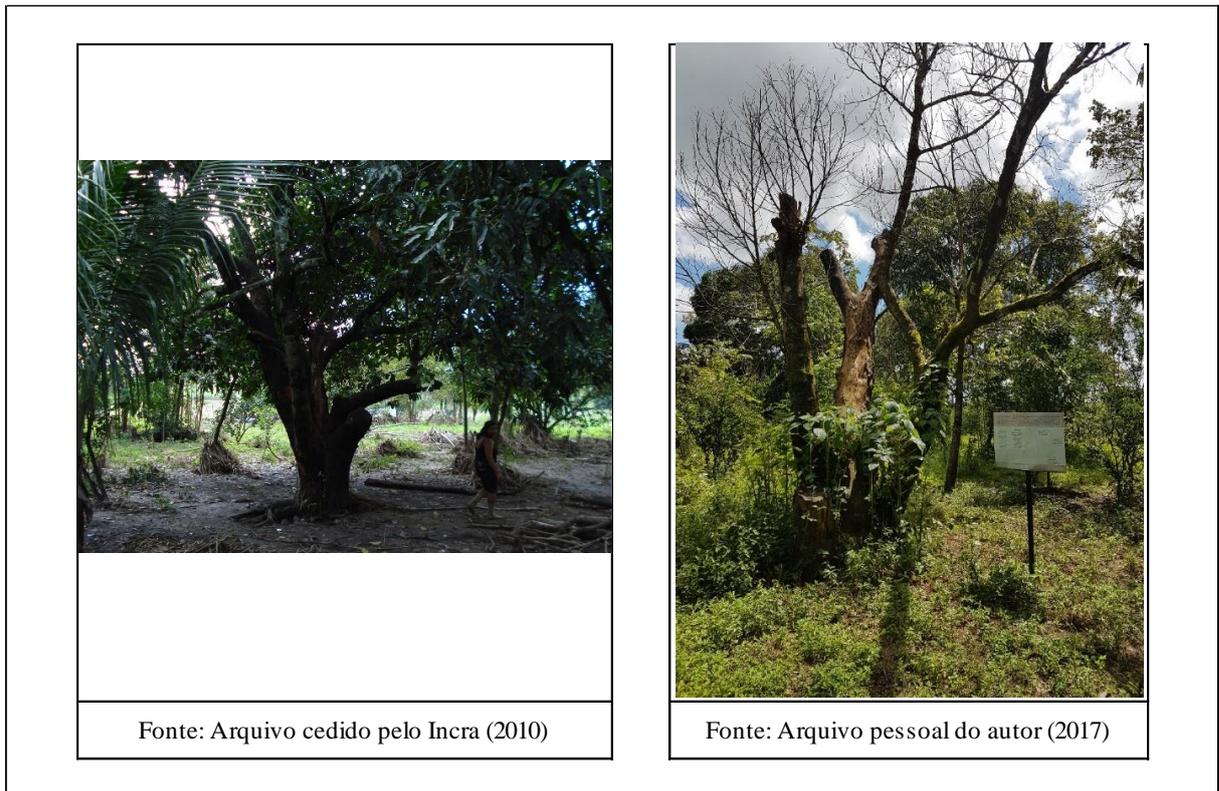
Na memória coletiva dos moradores atingidos, muitos perderam suas casas, aqueles que não foram atingidos emprestaram moradias para os que não tinham para aonde ir. Moradores relatam que para se salvarem com o aumento do nível da água tiveram que subir em pés de árvores como meio de se protegerem e os que conseguiram sair a tempo chegaram em uma parte alta da comunidade, onde a água não conseguia atingir. Muitos daqueles que ficaram nas suas casas só se deram por conta da enchente e do perigo bem depois, o que não dava mais para sair do local. Então, surgiu a ideia de se refugiarem em uma jaqueira, local onde pouco mais de 50 pessoas ficaram ilhadas até a manhã do dia 19 de junho, quando a água começou a diminuir.

²² Esta canção é uma composição do Sr. Raleiro morador do Muquém.

²³ Dados disponíveis em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/06/22/alagoas-vive-cenario-de-guerra-apos-enchentes-que-destruiram-15-cidades.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

Atualmente, a árvore jaqueira que um dia foi forte, aliás resistente durante a enchente, hoje não se vê sua copa e nem seus frutos. Na foto abaixo, podemos notar que ela está quase seca. Olhando assim não se consegue imaginar que um dia essa árvore serviu de apoio para tantas pessoas, e nela estavam toda a esperança de resistência.

Figura 15 - Árvore (jaqueira) antes e depois da enchente



Nas fotos acima podemos notar dois momentos de uma simbologia significativa para a memória do Muquém, em especial para aqueles que se refugiaram na árvore. Neste sentido, a Prefeitura Municipal de União dos Palmares ergueu uma placa contendo os nomes das pessoas que passaram a noite no alto da jaqueira, no feixe de lenha e no telhado da escola. Contudo, ouvi em diversos momentos na comunidade “*tem muita gente que nem tava atrepado na jaqueira*”, sinalizando uma memória e uma narrativa em disputa. Esses homens e mulheres protagonizaram um momento excepcional em suas vidas e isto os coloca na posição de ver e viver uma situação. Logo abaixo, uma fotografia com a visualização mais nítida da placa:

Figura 16-Ao lado da jaqueira, placa erguida com os nomes dos moradores que buscaram nos galhos, no telhado da escola e no feixe de lenha amparo diante da enchente



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2017).

A memória do coletivo é construída através das memórias individuais, mesmo que cada pessoa tenha sua versão da história, segundo Halbwachs (2003). Para os moradores que sofreram com a enchente, a assertiva de uma construção do simbolismo da jaqueira se tornou um ponto de referência para a reconstrução da comunidade. Dona Irinéia, artesã, conta que muitos foram atingidos e que sofreram com o processo de desapropriação das suas terras. Essa mudança fez com que muitos daqueles que perderam as suas casas, se organizassem a partir de um processo de reordenação da comunidade. Porém sua memória foi essencial para contar sobre o acontecido.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 9).

Logo após a enchente, a construção e remanejamento da comunidade foram executados pelo Ministério Público, Defesa Civil, Prefeitura Municipal de União dos Palmares. As famílias desabrigadas ficaram em barracas, até que começassem as construções das casas, o cadastramento e a entrega. Essas barracas, segundo moradores, durante o dia se tornavam “grandes micro-ondas”, ficando impossível a permanência em seu interior; o calor e a falta de ventilação faziam com que adultos e crianças passarem mal. Os moradores construíram um espaço feito de barro, no qual eles colocaram alguns pertences e aqueles que não foram atingidos se solidarizaram, acolhendo quem estivesse desabrigado.

Figura 17 - Barracas cedidas logo após a enchente para os desabrigados



Fonte: INCRA (2010).

Figura 18 - Barracas cedidas logo após a enchente de 2010 (parte mais alta do Muquém)



Fonte: INCRA (2010).

Nessas barracas de lonas, as famílias passaram aproximadamente três anos, até que as novas casas fossem construídas e ocupadas. Os banheiros coletivos foram também uma iniciativa da Defesa Civil, mas não atendeu a todos os moradores, devido até mesmo o número de pessoas. Assim como as barracas, os banheiros coletivos foram construídos para tentar suprir as necessidades fisiológicas dos membros das comunidades, mas até mesmo pelo costume de utilizar os campos, os banheiros acabaram ficando sem utilidade, e pela falta de limpeza, os moradores acabaram buscando e voltando a utilizar a vegetação para fazer suas necessidades diárias.

Figura 19 - Banheiros construídos para os moradores do Muquém



Fonte: disponível em: <www.jmarcelofotos.com>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

A prioridade para o cadastramento e recebimento das casas foram os atingidos, mas muitos moradores da comunidade não foram beneficiados com essa política pública, porque pessoas que não moravam lá há anos foram cadastradas e receberam. De fato, as associações tinham papel importante para o cadastramento das famílias atingidas, mas parece que não foi isso que aconteceu, como depois da enchente duas associações buscavam por melhorias para a comunidade.

Uma das moradoras tentou me explicar como aconteceu essa ocupação das casas e como as associações estavam ligadas a esse processo de distribuição das moradias:

Só ganharam as casas, porque invadiram, porque na realidade foi o seguinte: teve uma briga interna na comunidade das duas associações, porque esse projeto aqui é diferenciado de todos os projetos, aqui a verba é federal. Então não era a Caixa Econômica que ia dar as casas, eram os próprios representantes da comunidade que ia escolher as casas, não era por sorteio.

Então, Albertina na época fez uma lista, uma relação com os povos da enchente, aí realmente ela deu, mas só que o governo construiu 120 casas, mas não foi 120 casas destruídas, ficou ainda em média umas 50 casas que não eram pela enchente, entendeu, aí ela pegou essas casas deu [...]

Aí a Dorinha e a Albertina começaram aquele conflito – “ah eu quero para o meu povo”, a outra dizia. “Ah eu quero para meu povo”, aí começou aquele balaio de gato, então a Dorinha tomou a iniciativa de invadir as casas. “Olha minha gente se vocês não invadirem, como aqui é federal vocês não vão sair

mais, quem pegar pegou”. Aí já sabe, até eu ia invadir minha casa, hoje era para mim está dentro de uma casa dessa. Na época, meu pai colocou eu para correr de casa e eu estava morando com minha vó de favor, e eu ia entrar na casa como solteira. Como eu era solteira não tinha critério, só poderia ganhar uma casa o morador que tivesse filho, ou fosse mãe solteira. Um caso que você deve notar tem muita menina morando na casa, porque é mãe solteira, aí ganhou. Aí quando a turma da Dorinha invadiu, aí a turma da Albertina, decidiu pegar, porque senão nós íamos ficar rodado; pegaram a casa antes do tempo. (Edilene N. da Silva, 25 anos, aux. de serviços gerais, 2017)

Outra moradora do Muquém diz que:

A gente teve que ocupar as casas, quer dizer, a turma de cima, para gente não perder, pois quem tinha cadastro, a gente reuniu a associação e o pessoal que estava construindo as casas entregaram a chave. (Mônica Nunes da Silva, 37 anos, artesã, 2017)

Quando Mônica falou sobre a turma de cima, ela quis dizer os moradores do Muquém de cima, aqueles que possuem suas casas nas margens da rodovia estadual AL – 205. Eles foram sim atingidos pela enchente, pelos menos algumas famílias, mas nem todos tiveram suas casas destruídas.

No plano do governo o projeto tinha o objetivo de distribuir 120 casas no conjunto do Novo Muquém, atendendo aos moradores do antigo Muquém ou (Muquém de Baixo), porque existiam nas casas morando uma a três famílias. Construo essa realidade, no sentido de dizer que pais tinham seus filhos, e esses se casavam e ficavam morando na mesma casa, então por isso havia mais do que uma família morando nas casas.

Para irmã Mauricéia não foi tão diferente, ao falar sobre essa ocupação das casas:

Essa turma aqui que é da outra associação de Dorinha foi a que ocupou. A gente que estava esperando, nós já estávamos no cadastro há muito tempo, aí o pessoal resolveu entregar, porque para dizer que estava pronta, prontinha, não. (Mauricéia, agricultora, casada, 2017)

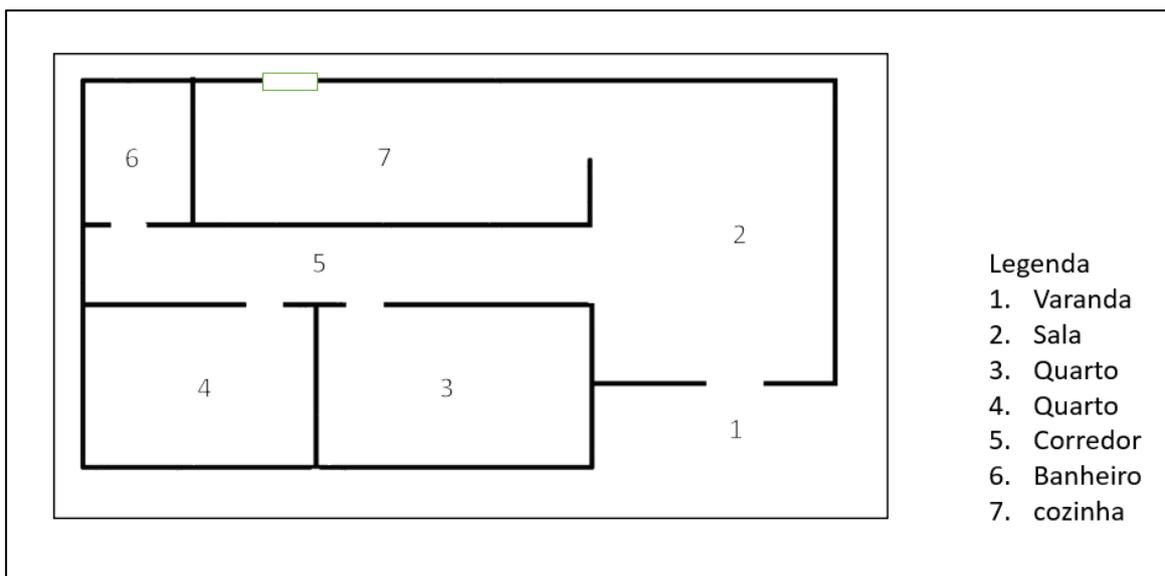
De fato, as casas foram ocupadas antes mesmo de estarem definitivamente finalizadas. Segundo os interlocutores, existia um cadastro que gerenciava quem iria receber as casas, numa ordem quase de prioridade, mães solteiras não deveriam receber as chaves, apenas famílias de casal com filhos é que poderiam ter direito à nova moradia. E um outro fato que me foi dito é a situação de cadastro e a não documentação dessas casas.

Até hoje, depois da invasão ninguém tem papel, documentação de casa, a única coisa feita foi o cadastro. (Mônica Nunes da Silva, 37 anos, artesã, 2017)

Então, mesmo após a enchente em 2010, e durante esses dois anos de espera, porque apenas em 2013 as casas foram ocupadas, as famílias não possuem documentação alguma delas. Para ter uma noção da estrutura das casas, durante as minhas visitas resolvi fazer um croqui, uma planta meramente ilustrativa da organização interna das casas que foram construídas pós-enchente.

Todas as casas que estão localizadas no conjunto (falo de conjunto, porque ao buscar informações encontrei em uma reportagem o nome que foi dado ao local – Conjunto Camila do Muquém, mas não escutei em momento algum os moradores dizerem esse nome) possuem aproximadamente 46m², e na legenda abaixo estão as disposições do que e como as casas foram dispostas.

Figura 20 - Organização interna das novas casas



Fonte: Levy Felix Ribeiro (2015)

O conjunto construído após a enchente segue a disposição quase que de uma zona urbana, e ao andar pelas ruas notei que as poucas que existem possuem nomes. Fui então procurar para saber como chegaram a escolher esses nomes e de onde eles vêm. A escolha surgia mediante a reunião dos moradores por meio das associações e o interessante é que cada nome segue ou representa um episódio do que aconteceu na comunidade.

São as ruas:

- 18 de junho – Dia que aconteceu a enchente em 2010;

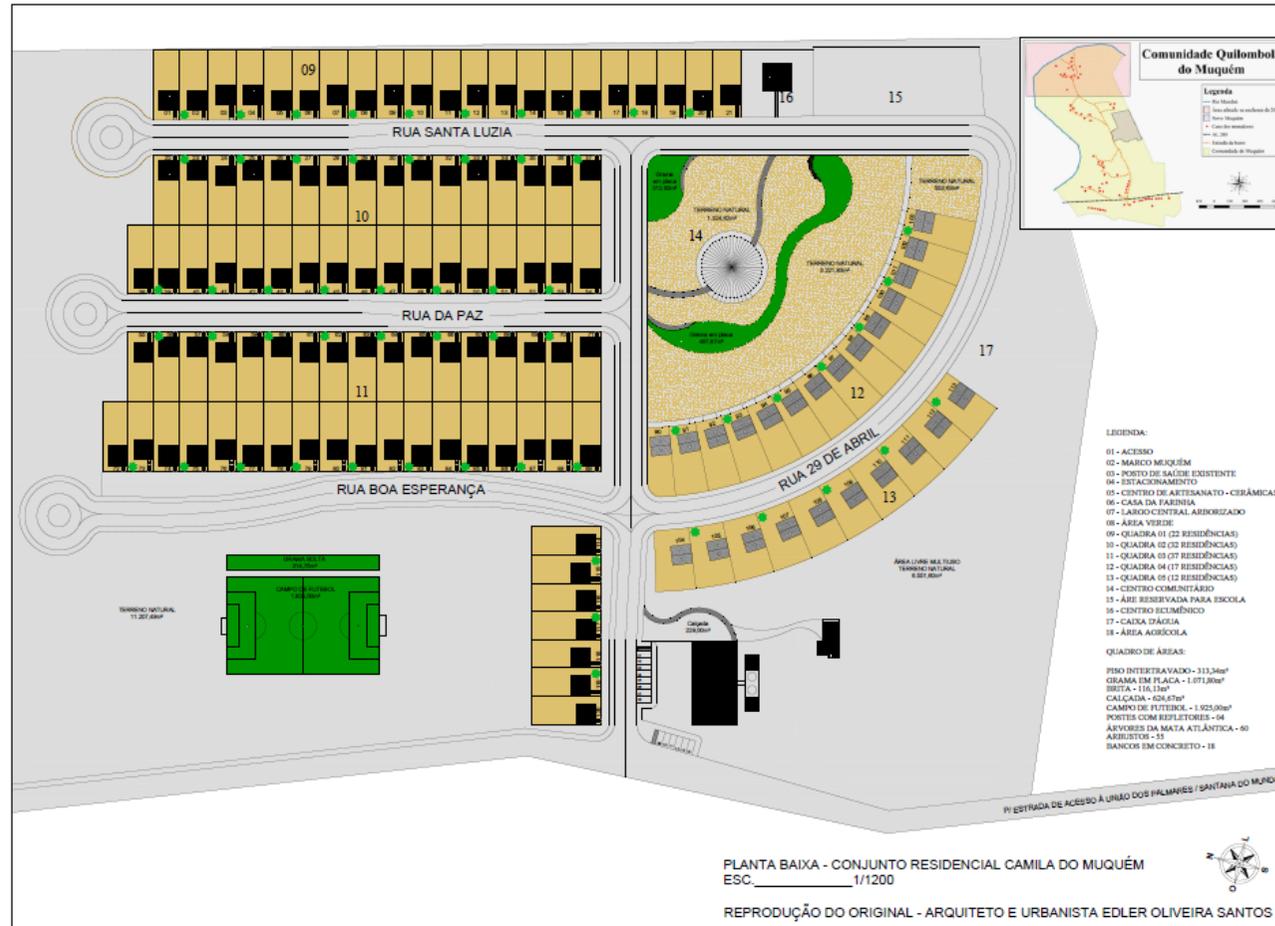
- 29 de abril – Dia em que as casas foram ocupadas em abril de 2013;
- Rua Boa Esperança – Essa foi pela ansiedade e a perspectiva de possuir suas moradias, acreditar que depois de uma enchente muitos ali poderiam ter suas casas e chamar de lar;
- Rua da Paz – simbolizando a necessidade de apaziguar os conflitos que aconteciam após as ocupações das casas;
- Rua Santa Luzia – Uma homenagem à padroeira da comunidade.

Essa descrição foi possível devido a uma conversa informal com Albertina (presidenta) em sua casa, que me descreveu nesses termos como eles (os membros) da associação decidiram nomear as ruas que formam o Conjunto Camila do Muquém²⁴. Segue abaixo a planta baixa da comunidade, pois nela conseguimos notar como as casas foram dispostas, seguindo um modelo mais próximo ao contexto urbano; dessa forma, não se pode comparar de maneira algumas às antigas casas.

As casas no antigo Muquém ficavam distantes uma das outras quase que uns dez metros, e a proximidade com o rio permitia que eles utilizassem a água para os diversos serviços de casa, como lavar roupa e os pratos, na utilização para o banho, no abastecimento de água para os animais. Enfim, com a mudança para o espaço construído, foi necessária uma reorganização desses hábitos.

²⁴ Chamo de Conjunto Camila do Muquém no sentido de referenciar o local, até porque apenas em um *site* de notícias é que retratam o nome do conjunto, mas em momento algum durante o campo, nas observações participantes, nos discursos dos interlocutores, esse nome do conjunto foi citado. Segundo os moradores, Camila

Figura 21 - Conjunto Camila do Muquém



Fonte: Edler Oliveira Santos (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos desafios impostos por este trabalho, acreditei que durante as minhas diversas incursões em campo, junto à Comunidade de Remanescente Quilombola do Muquém em União dos Palmares, eu acompanharia e conheceria sobre o dia a dia desse grupo étnico, pois as imagens e relatos que escutei sobre a enchente me revelaram, de certo, uma triste lembrança do que aconteceu em junho de 2010, cuja a dor e sofrimento só foram sentidos por aqueles que perderam suas casas e tiveram a esperança levada pelas águas do Rio Mundaú.

Para isso, durante a pesquisa, frequentei a comunidade desde outubro de 2015, início dessa jornada, mas só em janeiro de 2016 que as visitas se tornaram mais frequentes. As viagens ao Muquém sempre estavam condicionadas de sexta a segunda-feira, acompanhando os moradores em suas jornadas diárias, como ir à roça, ir ao barreiro, nas conversas no posto de saúde, acompanhando em idas à cidade e entre outros momentos.

É necessário compreender que essas visitas e conversas me conduziram à compreensão sobre a observação da trajetória da comunidade quilombola, quando escutei que não queriam trabalhar no coletivo, ao tempo em que os relatos de solidariedade se derramavam, principalmente durante o período mais emblemático de suas vidas, a enchente. Ouvi sobre a não demarcação de suas terras, e mais, pude “ver” a enchente de várias formas, através dos relatos dos moradores, trazendo pontos positivos e negativos.

Ainda assim, tentei escrever e compreender que o contato com a memória desses moradores é algo muito mais do que mágico, ultrapassa fronteiras, e que suas lembranças trazem importantes fatos que vão se costurando com a vida de um e de outro. Nada se constrói sozinho, sendo que as memórias tratam muitas vezes de elementos importantes, mas também daquele fato que você não quer recordar.

Como mencionado, para elaboração da pesquisa acompanhei não só o dia a dia dos moradores, mas passei a estabelecer uma relação que me permitiu ficar nos fins de semanas em suas casas. Entre as minhas primeiras visitas, uma das pessoas que me ajudaram no processo e contato com a comunidade foi Maria da Dores (Dorinha), que nas diversas atividades conduzidas no Muquém como as reuniões da associação, participação das atividades de lazer e nas aulas de percussão, apresentou-me a alguns moradores, assim também como a Albertina que me possibilitou um reconhecimento das famílias na comunidade, um levantamento socioeconômico, e um número de 105 participantes da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Povoado Muquém; aos ensinamentos e de

detalhes que Sr. Edson me mostrou no caminhar das estradas de barro pela comunidade, dos detalhes, e mais ainda da sua preciosa memória.

A convivência com os moradores foi imprescindível para trazer uma reflexão sobre o grupo, pois foi a partir de 2005 que os moradores do Muquém começaram a compartilhar de uma identidade quilombola. É desta forma que apresentei uma leitura histórica do local e da comunidade e de como os moradores incorporaram uma identidade para este grupo e como eles se utilizaram desse preceito.

Entre as visitas, ficou claro como os moradores escolheram alguém como narrador da história do Muquém e o Sr. Edson assumiu esse papel diante da comunidade. É claro que não diminuiu o trabalho de ir em busca de outras pessoas, mas ele descreveu através de suas lembranças e com sua narrativa sobre a origem da comunidade quilombola do Muquém, todo um processo histórico. Embora tenha escutado outros moradores e alguns tenham me contado praticamente a mesma história, salvo algumas diminuições e acréscimos, a fundação do Muquém se deu através de um casal e deles se constituiu a comunidade.

Outro fato é a ligação que os moradores do Muquém mantêm com o Quilombo dos Palmares, na oralidade dos discursos daqueles que vivem na comunidade. A ideia de que escravos desceram a Serra da Barriga é algo que também é notado, assim transmite a eles uma ligação de ancestralidade, e com isso trouxe uma tradição que é realizada até hoje pelos moradores: a confecção/construção de utensílios de barro.

Ainda retratando o sentimento de pertença, quando se intitulam os “*negros do Muquém*” está aí relacionado não só com a cor da pele, vai além, pois o sentimento de ligação com o território que vivem é algo tão preciso quanto a relação da cor da pele, assim é necessário trazer esses apontamentos para se chegar a uma reflexão do episódio que mudou a organização social dos moradores do Muquém.

De fato, não me aprofundei nas questões do preconceito, racismo e nem na ligação de parentesco entre eles, mas o que observei a partir das falas dos quilombolas, quando os moradores das redondezas e visitantes apontam os moradores como “*negros do Muquém*”, isso parece reativar a consequência do racismo, podendo ocasionar para esta comunidade problemas futuros, como a não aceitação de ser quilombola ou daquele território.

A experiência com a oralidade por meio das lembranças me fez perceber alguns apontamentos, mais precisamente a enchente. Os relatos desse evento através dos testemunhos daqueles que vivenciaram a enchente/tragédia trazem dor e sofrimento. Foi preciso ir em busca dos moradores que tiveram suas casas levadas pela água do rio.

O trabalho possibilitou a contribuição e um olhar sobre o episódio, e escutar aqueles que vivenciaram tudo o que aconteceu durante e após a enchente de 2010 foi de grande importância para o desencadear dos capítulos deste trabalho. Assim, a enchente deve ser notada como início de uma possibilidade de mudança para os moradores foi o que Oliveira (1998) definiu a partir de um processo de reorganização social.

No primeiro capítulo, trouxe uma reflexão de como pensar os moradores do Muquém como grupo étnico e como eles estabeleceram por meio dos processos a busca de uma identidade étnica diferenciada e como adaptaram suas rotinas em relação aos mecanismos políticos. No segundo capítulo, retratou-se mais de uma aproximação histórico-social do grupo e de como eles relacionaram a identidade com os aspectos históricos do Quilombo dos Palmares, buscando assim a partir das narrativas dos moradores construir um pertencimento ao território e uma ligação à memória do grupo.

Para o terceiro capítulo, como já citado anteriormente sobre a enchente, descrevi o que aconteceu naquela sexta-feira, 18 de junho de 2010, quando “a água veio e levou tudo”, menos a esperança dos moradores, pois foi na força de reconstruir que eles se organizaram e redefiniram o controle das suas vidas. A necessidade de repensar e elaborar uma conexão com as histórias do passado parece que permitiu um elo que fortificasse as questões da identidade do grupo.

Não deixo aqui a perspectiva de um trabalho finalizado, mas quero dizer que até um certo ponto, a necessidade para uma contribuição a respeito da construção e autodeclaração da identidade quilombola dos moradores do Muquém foi refletida durante o meu trabalho de campo.

Assim, nessa empreitada, não quero me despedir do Muquém como se tivesse concluído um ciclo, mas quero deixar em aberto a possibilidade de voltar, agradecer e continuar nesse campo com a missão de escrever de maneira muito cuidadosa as memórias desses interlocutores que foram entregues a mim com tanto carinho e prontidão.

Portanto, considero que o trabalho é resultado de uma reflexão dos dias em observação e imersão nesse processo de pesquisa, e que assim como tantas comunidades negras ou indígenas, o Muquém passou por processos de mudanças durante os últimos anos, e que mais à frente este trabalho servirá como suporte a outras pesquisas, pois a comunidade mostrará novos direcionamentos e outras impressões poderão ser retomadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; PEREIRA, M. **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/hol_2011_CaminhosLiberdade.pdf>. Acesso em: 28 de dez. 2016.

AGUIAR, H. J. P. **Ecoturismo e tradição cultural quilombola**: Análise sobre as influências do turismo no parque estadual caverna do diabo nas comunidades de Ivaporunduva e Sapatu (Eldorado/São Paulo/Brasil). 2017. 117f. Dissertação de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

ALAGOAS 24 HORAS. **Quilombolas de Tabacaria, em Palmeira dos Índios, recebem títulos de suas terras**. 2016. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/1015738/quilombolas-de-tabacaria-em-palmeira-dos-indios-recebem-titulos-de-suas-terras/>>. Acesso em: 20jun. 2017.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMORIM, J. Fundação Joaquim Nabuco. **Povos e Comunidades Tradicionais**. 2014. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1052%3Apovos-e-comunidades-tradicionais&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1>. Acesso em: 06 nov. 2017.

ANJOS, R. S. A. **Quilombos**: geografia africana-cartografia étnica: territórios tradicionais. Brasília: Mapas, 2009.

ALMEIDA, A. W.B. Terras de reto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: HÁBETTE, J.; CASTRO, E. (Org.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

_____. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: FRECHAL. **Terra de preto**: quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

_____. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **Terras de quilombos, terras indígenas, 'babaçuais livres', "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

_____. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos. In: ALMEIDA, A. W. B. de (Org.) et al. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Manaus: UEA Edições, 2010.

_____. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ARRUTI, J. **Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional.** 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1995>>. Acesso em: 13 out. 2016.

_____. **A emergência dos “remanescentes”:** notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. 1997. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/ARRUTI_dialogo_entre_indigenas_e_quilombolas.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

_____. **O quilombo conceitual:** para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA), 2003.

_____. **Mocambo:** antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

ARGUEDAS, A. G. **Território para viver:** dinâmicas territoriais da comunidade quilombola de Acauã, Poço Branco, Rio Grande do Norte. 2015. 200f. Dissertação de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19941>>. Acesso: 10 mar. 2017.

ASSUNÇÃO, V. K. Memória e impactos da enchente de 1974: por uma abordagem espaço-temporal dos desastres. **REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, 30, João Pessoa/PB, 2016.

BARROS, E. P. **Quilombo ou Kilombo?** 2007. Disponível em <<https://rl.art.br/arquivos/1293864.pdf?1227193972>> Acesso em 15 de set. 2017.

BARTH, F. Introduction. In: _____. **Ethnic Groups and Boundaries.** London: George Allen and Unwin, 1969.

_____. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

_____. **Etnicidade e o conceito de cultural.** 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_19.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória:** ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1989.

BRASIL. **Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por

remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2003.

_____. **Constituição Federal de 1988.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 mai. 2016.

BRASILEIRO, S; SAMPAIO, J. A. Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste baiano. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CASTRO, J. **Homens e caranguejos.** Local: São Paulo. Editora Civilização Brasileira. 2010.

CASIMIR, M. J. 1992. “**The dimensions of territoriality: An introduction.**” In *Mobility and territoriality*. M. J. Casimir and A. Rao, eds., 1-26. New York: Berg.

CARNEIRO, E. **O Quilombo dos Palmares.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

CORREIA, R. L. L. S. Territorialidades, patrimônio e conservação na Serra da Barriga, sede do antigo Quilombo dos Palmares. **IV Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste.** Trabalho... 04 a 07 de agosto de 2013, Fortaleza – CE.

CARRIL, L. F. B. **Terra de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência.** 1995. 220f. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Quilombo, território e geografia. **Agrárias**, São Paulo, n.3, p. 156 – 171, 2006.

CUNHA, M. C. **Os Direitos do Índio: Ensaio e Documentos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Jaqueiras salvam moradores do Muquém e são reverenciadas.** Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/jaqueiras-salvam-moradores-do-muquem-e-sao-reverenciadas-1.310336>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

DOMINGUES, P; GOMES, F. **Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03.** Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/187>>. Acesso em: 12 out. 2017

FERNANDES, C. S. Quilombo Muquém, uma comunidade visível? In: CAVALCANTI, B. C.; SUASSUNA, C.; BARROS, R. R. (Org.). **Kulé – Kulé: visibilidades negras.** Maceió: EDUFAL, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio.** 4. Ed. Ver. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREITAS, D. **Palmares: a guerra dos escravos.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. **República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII.** Maceió: EDUFAL, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMARES. **I Encontro de Comunidade Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiro de Alagoas.** 2015. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=38300>>. Acesso em: 16 maio 2016.

_____. **Comunidades Quilombolas de Alagoas.** Disponível em: <<http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. **Apresentação.** 1988. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95>. Acesso em: 28 dez. 2016.

GOMES, F. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas século XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. **Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul.** São Paulo: Contexto, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

INCRA (2016). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombolas-de-palmeira-dos-indios-fazem-festa-para-celebrar-imissao-na-posse>>. Acesso em: 20 jun. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA GEOGRÁFICA. **Cidades@.** União dos Palmares. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. **Segundo censo de 2016.** Fonte. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 28 dez. 2016.

JEUDY, H. P. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LEITE, I. B. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização.** 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831999000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

_____. (Org.). **Laudos periciais antropológicos em debate.** 2005. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/laudos.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

_____. **O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais.** 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015/9189>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

LIMA, M. S. G. **A história do quilombo dos palmares na política curricular do município de União dos Palmares**. 2008. 84f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, Ufal, Maceió, 2008.

LINDOSO, D. **A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica**. Maceió: EDUFAL, 2011.

_____. **O poder quilombola: a comunidade de mocambeira e a organização social quilombola**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LIRA, E. R.; NETO, O. B. R. O território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA**, v. 2, n.2, p. 36 – 56, dezembro, 2016.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. 2002. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2016.

LITIG, C. E; WSNDRLEY, L. E. W. **Impacto da modernidade sobre os povos indígenas de Aracruz/ES e os direitos que lhes são conferidos**. Revista Eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental, Santa Maria, v. 19, n. 3, set – dez. 2015, p.369 – 386. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/18324/pdf>>. Acesso em 17 de jul. 2017.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do Açúcar**. Recife: SEBRAE, 2007.

MALLMANN, G. As Comunidades Remanescentes de Quilombo e o Art. 68 do ADCT: Propriedade Da Terra, Reconhecimento e Cidadania. **Revista de Direito Brasileira**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 265-289, jun. 2011. ISSN 2358-1352. Disponível em: <<http://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2685/2579>>. Acesso em: 25 ago. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2011.v1i1.2685>.

MELLO, M. M. **Reminiscências dos quilombolas: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MURA, F. **Á Procura do “bom viver”**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. 2006. 504f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS – MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: QUINTAS, F. (Org.). **O negro: identidade e cidadania**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1995.

_____. **Origem e histórico do quilombo na África**. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>>. Acesso em: 06 out. 2017.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

_____. **Os quilombos e a rebeldia negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção**. Ariús, Revista de Ciências Humanas e Artes, vol.14, nº1/2, 2008.

OLIVEIRA, J. P. **As Sociedades Indígenas e seus Processos de Territorialização**. Conferência realizada na 3ª Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. ABA/UFPA, Belém, Pará, 1 de junho 1993.

_____. **Uma etnologia dos "índios misturados"?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2017.

OLIVEIRA, L. R. C. Pesquisas *em versus* pesquisas *com* seres humanos. In: CERES, V. et al. (Org.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2004.

OLIVEIRA, O. M. **O trabalho e o papel do antropólogo: nos processos de identificação étnica e territorial**. In: LEITE, I. B. (Org.), **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**, Florianópolis: Co-edição NUER/ ABA, 2005. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/laudos.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2017

OLIVEIRA, R. C. de. **Os (des)caminhos da identidade**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. **Identidade étnica, identificação e manipulação**. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70360202>>. Acesso em: 15 de mar. 2017

PALÁCIOS, M. **O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos**. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Idade Média**. Salvador: UFBA, 2001.

PALMEIRA, F. S. Reflexões sobre identidade étnica nos discursos da literatura afro-brasileira. **Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2015.

PEREIRA, A. A. **A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil"** - DOI: 10.5752/P.2237-8871.2011v12n17p25. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 25-45, out. 2011. ISSN 2237-8871. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n17p25/3725>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PERUZZO, C. M. K; VOLPATO, M. O. **Conceito de comunidade, local e região: inter-relações e diferença.** 2009. Disponível em:<<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/508/482>>. Acesso em: 12out. 2017.

PINHEIRO, T. R. **Turismo étnico e a construção das fronteiras étnicas: o caso do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty (RJ).** Dissertação (Mestrado). 2015. 106f. Programa de Pós-graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** São Paulo: UNESP, 1998.

RAMOS, A. **O Negro na civilização brasileira.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.

RAMOS, Acida, **Sociedades Indígenas.** São Paulo. Editora Ática, 1986.

ROCHA, S.B.S. **A perspectiva da valorização cultural do Quilombo dos Palmares através do turismo: o caso da comunidade do Muquém, no município de União dos Palmares – Al.** 2013. 111f. . Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria – Mestrado Acadêmico. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Comunicação, turismo e lazer, Universidade do Vale do Itajaí, Univali, 2013.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e territórios nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, ano 5, n. 10, jan. /jun. 2002

SANTOS, A. C. **Escola, família e comunidade quilombola na afirmação da identidade étnica da criança negra.** 2008. 122f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal de Alagoas. Disponível em:<http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405448106_ARQUIVO_textoparaaANPUH1.3semresumo.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

SANTOS, D. N. **A concordância verbal na fala de afrodescendentes da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares – Alagoas.** 2013. 127f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade federal de Alagoas, UFAL, 2013.

SILVA, D. S. da. **Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil.** In: Associação Brasileira de Antropologia. *Terra de quilombos.* Rio de Janeiro,1995.

SILVA, S. L. **Contexto comunitário e educação patrimonial**: um estudo de caso em União dos Palmares – AL. 2010. 237f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2010.

SILVA, J. S. M. SOUZA, S. T. **Quilombo de Barrocas em Vitória da Conquista/BA**: história e tradições de um povo. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2030.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2006.

SILVA, S. R. **Quilombos no Brasil**: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2016.

SILVA, J. O. **Quilombo, cultura e política**: uma etnografia das políticas culturais na comunidade de Castanho, PE. 2014. 198f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2014.

SILVEIRA, O. **Vinte de novembro**: história e conteúdo. 2003. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf> Acesso em: 06 nov. 2017.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se**. Panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileira. 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2130/1/2008_BarbaraOliveiraSouza.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SOUZA, B. O. Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos políticos-organizativos e identitários. **Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.

SOUZA, J. A. **Etnografando a Pitombeira (Várzea/PB)**: Disputas e divergências entre origens e direitos a [uma] identidade quilombola. 2011. 225f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

WOLF, E. **Europa y la gente sin historia**. México, Fondo de Cultural Económica, 1987.

ANEXOS

Ata da Reunião da Associação Remanescente de Quilombo do Sítio Muquém para a titulação da Terra, realizada no dia vinte de junho de dois mil e dez, a reunião teve início com a palavra da presidente para comunicar a comunidade sobre os problemas que está ocorrendo uma delas foi a titulação da comunidade, onde a comunidade estava pedindo a titulação da Terra. O morador Edinho começou a falar de onde era as diárias da comunidade, Também os mais velhos que estava presente confirmou a palavra do Edinho, voltando a falar a presente Albertina perguntou se todos moradores presentes concordava com a titulação da Terra e todos presente concordou logo após todos assinaram o abaixo assinado onde estava pedindo a titulação da Terra. Eu Alene Delmiso Nunes lahei a presente ata que depois de lida sera assinada por mim e pelos moradores presentes. 20 de junho de 2010.

Alene Delmiso Nunes.

Obs: Em tempo, a data real da reunião foi no dia 15 de agosto de 2010.

Alene Delmiso Nunes.

Presidente: Albertina Nunes da Silva

16/02/2012

1672

Ata de reunião da comunidade Quilombola Muquém com o Icrá Federal no salão do Bar de Madalena sobre a temática: Informação. Com a presença das duas associações.

As 11h45m o Sr. Gabriel deu início a reunião com a apresentação da Equipe de Antropólogos responsáveis pela realização do relatório antropológico. O relatório da Comunidade Muquém será feito por Juliana Barreto e coordenado por Ana Cláudia. Ainda estava presente a representante da Fundação Cultural Palmares, Genesete Nunes esclarecimento da Sr. Genesete sobre todos os fases do processo de realização do território (do Sr. Gabriel e não da Sr. Genesete). A coordenadora da equipe de antropologia fez uma apresentação do trabalho que será desenvolvido. Após os esclarecimentos foi aberto para perguntas das pessoas presente onde o senhor Edson, Sra Joana, Sra Custina, Sra Maria dos Deuses e a presidente Maria Dos Deuses e Albertina Nunes, Manifestaram suas dúvidas e emé esclarecimento por parte do ICRRA e da equipe de Antropologia. Assim a reunião foi encerrada. A presente ata será lida e aprovada pelos abaixo assinados. 16/02/2012.

76

33

Ata de reunião da Comunidade Quilombola Muquém com a presença das duas associações e do INCRA, realizada no Bar da Madalena às 11:45. O Sr Gabriel deu início a reunião com a apresentação da Equipe (da) de Antropólogos responsáveis pela realização do relatório antropológico. O relatório da Comunidade Muquém será feito por Juliana Barreto e coordenado por Ana Cláudia. Ainda estava presente a representante da Fundação Cultural Palmares Genisete. Ouve esclarecimento do Sr. Gabriel sobre todas as fases do processo de regularização (da comu) do território. A coordenadora da equipe de antropologia fez uma apresentação do trabalho que será desenvolvido. Após os esclarecimentos foi aberto para perguntas das pessoas presentes onde, o senhor Edson, Sra Joana, Sra Cristina, Sra Ms das Neves e a presidente Albertina, manifestaram poucas dúvidas e ouve esclarecimento por parte do INCRA e da equipe de antropologia. Assim a reunião foi encerrada. A presente ata será lida e aprovada pelos abaixo assinados
16 de fevereiro de 2012.

Joana Nunes Bezerra



José Cícero Cabral da Silva



Gilda Nunes



Antonio Nunes



Trineia Rosa Nunes da Silva



Dulce Maria Nunes da Silva

Ata de Reunião na Comunidade Qui-
ombo Muquém, referente a Anulação,
o Pedido de Desapropriação, Identificação,
delimitação, desinstituição, demarcação e titu-
lação do território, do Inera Federal.

Às 9h50, na Comunidade Muquém,
iniciou a reunião, onde, se colocou o
Sr. Everaldo do Inera e o Sr. Elias,
colando para a Comunidade de quem
foi o pedido da abertura do Processo
Muquém (Associação Remanescente do
Sítio Muquém). A Comunidade Muquém
relatou (na pessoa de José), que a mesma
não foi esclarecida sobre o processo.
A comunidade ficando ciente do
que se tratava o processo, decidiu
aproximadamente 70% que não
queria o processo mais. A Comu-
nidade não aceita terra coletiva;
não acha viável o processo, devido
a quantidade de terra a ser inserida,
não vai ser suficiente para que os

famílias tire suas sustentabilidade da Terra. Pois quem tem seis, quatro, três, etc; picoria, na fala da comunidade, sem nada e também não aceita ser regida pela (a) associação (a).

Então ficou defe digo decidido que seria onexado o abaixo assinado nesta ata. Assinando todos presentes para que o processo cancelado na sempre. Ante a comunidade presente.

José Antonio da Silva

Jelson da Silva
Júlio da Silva Santos.

Mansel Ziterio

 Adauto Nunes

 Maria dos Reis da Conceição

 Maria Sonia Dias Nunes

 Lindalva Bezerra Nunes da Silva

 Maria Benedita Nunes
Jafma da Silva Costa

 Almir Aparecida Ferreira da Silva (2)